BOLETIM INFORMATIVO

Julho de 1998
Número 1

CENSOS 2001

XIV RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO
IV RECENSEAMENTO GERAL DA HABITAÇÃO

Nesta edição:

Apresentação — Pág. 1

O que são os Censos — Pág. 2

Para que servem os Censos — Pág. 3

Como se fazem os Censos — Pág. 3

Plano de actividades dos Censos 2001 — Pág. 8

GABINETE DOS CENSOS 2001

Av. António José de Almeida
1000 Lisboa

Telefone 01-842 61 00
Fax 01-842 63 58

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

Apresentação

O Instituto Nacional de Estatística já iniciou a preparação dos "Censos 2001": o XIV Recenseamento da Geral da População e o IV Recenseamento Geral da Habitação.

Estas operações estatísticas, que, em Portugal, se vêm efectuando de dez em dez anos, são, pela sua própria natureza e de longe, as de mais ampla envergadura, maior complexidade e de mais elevados custos, em qualquer país onde se realizem.

Trata-se, com efeito, de operações exaustivas: quer dizer, todas as famílias são inquiridas, para se poder contar e caracterizar todos os portugueses que em Portugal residem, e todos os locais de alojamento são contactados, para se saber aonde e em que condições habitam.

A responsabilidade pela realização dos Censos é atribuída ao INE, como órgão executivo central do Sistema Estatístico Nacional. Mas operações como estas são verdadeiros projectos nacionais, no duplo sentido de que o seu êxito técnico só é possível com a colaboração de todos e de que os seus resultados a todos interessam.

Daí que a primeira preocupação de que cuidamos, e de que continuaremos a cuidar até à conclusão dos Recenseamentos, seja a de obter a mais ampla sensibilização possível para a importância do que está em causa e, como consequência, a boa vontade para responder com atenção e com rigor, quando chegar a hora de o fazer.

Mas é-nos igualmente necessário - e a lei há-de dispor em conformidade - obter, não já a sensibilização, porque decerto ela existe à partida, mas a colaboração activa das autarquias, câmaras municipais e juntas de freguesia, na própria realização das operações. O conhecimento específico que nessas sedes exista sobre o território da sua jurisdição e o respectivo povoamento é, também para estes efeitos censitários insubstituível.

O boletim informativo cuja publicação agora se inicia – o "Censos 2001" – insere-se, primordialmente, no esforço de sensibilização junto de utilizadores institucionais dos resultados dos Censos, utilizadores que, no caso das autarquias, serão também protagonistas do processo de recolha da informação de base. Mas convidamos desde já esses principais destinatários a potenciar o alcance desta primeira iniciativa, difundindo-a.

A nossa presença informativa e mobilizadora ir-se-á intensificando ao longo do tempo e adoptará, na devida altura, também outras formas e outros meios mais adequados à generalidade da população.

Esperamos dos nossos leitores que nos acompanhem, que difundam o "Censos 2001" em toda a medida das suas possibilidades, e que nos ajudem com os seus comentários, sugestões, dúvidas e críticas.

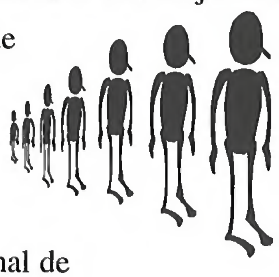
Numa palavra bem actual, que tornem este boletim o veículo de uma comunicação interactiva. Para que os Censos 2001 venham a ser um êxito de todos nós.

Carlos Corrêa Gago
Presidente da Direcção

O que são os Censos

Os Censos são tradicionalmente a contagem da população dum país a que, em época mais recente, se acrescentou a sua melhor caracterização e um levantamento do parque habitacional.

Na verdade, já antes da era de Cristo se faziam recenseamentos, essencialmente com objectivos militares e de cobrança de impostos.



No entanto, data de 1853, com a realização do Congresso Internacional de Estatística em Bruxelas, o início da normalização internacional dos recenseamentos da população e a recomendação para a sua realização decenal nos anos terminados em Zero. Pode dizer-se que aquele ano marca o nascimento dos Censos da época moderna.

Em Portugal, data de 1864 a realização do primeiro recenseamento normalizado segundo as recomendações internacionais. Antes dele realizaram-se "numeramentos", "contagens" e até mesmo "recenseamentos" que, por não serem exaustivos e não terem sido utilizados os princípios estatísticos que hoje são exigíveis, não podem ser considerados equivalentes à série de recenseamentos iniciada em 1864.

Nos nossos dias, e segundo os Princípios e Recomendações para os Censos da População e da Habitação, editados pelas Nações Unidas, os Censos são entendidos como processos normalizados de recolha, tratamento, avaliação, análise e difusão de dados referenciados a um momento temporal específico e respeitantes a todas as unidades estatísticas (indivíduos, famílias, alojamentos edifícios) de uma zona geográfica bem delimitada, normalmente o país.

As recomendações internacionais referem ainda os quatro princípios base dos Censos:

- *recenseamento individualizado*: os Censos implicam que cada unidade estatística seja recenseada individualmente e que as suas características sejam registadas separadamente;
- *universalidade dentro de um território definido*: os Censos devem cobrir um território preciso, no nosso caso todo o país. O Censo da população deve incluir todos os indivíduos presentes e residentes no país e o Censo da habitação deverá incluir todos os edifícios e alojamentos independentemente do seu tipo;
- *simultaneidade*: cada unidade estatística deve ser recenseada, tanto quanto possível, considerando o mesmo momento de referência;
- *periodicidade definida*: os Censos devem ser realizados em intervalos de tempo regulares para que a informação possa ser comparável.

Até hoje em Portugal realizaram-se treze recenseamentos da população e três recenseamentos da habitação, remontando a 1970 a realização simultânea dos dois tipos de recenseamentos. As razões para tal acontecer são várias:

- a informação dos dois Censos complementa-se, permitindo obter uma imagem conjunta das características da população e das infra-estruturas habitacionais existentes;
- a campanha de sensibilização do público é apenas uma, assim como a solicitação de resposta à população;
- é uma forma de rentabilizar os elevados recursos humanos e financeiros envolvidos.

Para que servem os Censos

Através dos Censos é possível obter, para cada nível geográfico, uma "fotografia" dos indivíduos e das suas condições de habitabilidade.

Por outro lado, se olharmos comparativamente os dados dos recenseamentos já realizados em Portugal, poderemos analisar as transformações da sociedade portuguesa tanto em termos demográficos como sócio-económicos. Os dados censitários são, portanto, fundamentais para a análise da estrutura social e económica do país, da sua evolução e tendências, permitindo ainda a comparação com as estruturas e dinâmicas sociais de outros países.

Deste modo, os Censos são uma fonte única e renovável de dados que, caracterizando a população e o parque habitacional, surgem como valiosos instrumentos de diagnóstico, planeamento e intervenção, nos mais variados domínios, como por exemplo:

- na definição de objectivos e prioridades para as políticas globais de desenvolvimento;
- no planeamento regional e local;
- nos estudos de mercado e sondagens de opinião;

- na investigação em ciências sociais;

Finalmente, os inquéritos intercensitários são ferramentas importantes para recolher o mais variado tipo de informação em intervalos de tempo relativamente curtos, mas tais operações só são possíveis com base em amostras representativas que são desenhadas a partir de resultados censitários.

Como se fazem os Censos

Programa global e Plano de difusão

Uma das primeiras tarefas a executar na preparação dos Censos é a elaboração de um programa global, que procure dar uma visão integrada de todas as actividades que concorrem para a realização das operações censitárias, assumindo ainda uma importância determinante na discussão interna e externa dos objectivos censitários. Neste documento constam ainda as unidades estatísticas e variáveis a observar tendo subjacentes os seguintes critérios de selecção:

- as necessidades nacionais;
- a comparabilidade internacional;
- a pertinência das variáveis a observar tendo em atenção a técnica de recolha de dados a utilizar;
- os recursos disponíveis.

Simultaneamente é preparado o plano de difusão dos resultados censitários que tem por objectivos:

- a adequação, tão exaustiva quanto possível, às necessidades dos utilizadores nacionais;
- a manutenção de uma estrutura que permita, facilmente, a comparação com as operações anteriores;
- a adaptação às solicitações internacionais.

Neste momento encontram-se já em discussão no Conselho Superior de Estatística o projecto do Programa Global dos Censos 2001 e o projecto do Plano de Difusão. Para mais informações, pode consultar estes documentos na morada do INE na Internet (www.ine.pt).

Metodologia e rede de recolha de dados

A recolha da informação estatística é uma tarefa que apresenta, muitas vezes, alguma complexidade e, sobretudo, reveste-se de bastantes dificuldades tanto do ponto de vista teórico como prático.

De facto, desde a necessidade da aplicação rigorosa dos conceitos estatísticos estabelecidos, passando pelas dificuldades em identificar as unidades estatísticas a observar, até aos problemas que se enfrentam para conjugar a disponibilidade da população para responder aos questionários com as suas actividades diárias, torna-se evidente que se trata duma tarefa nada fácil.

Por outro lado, a *contagem da população* implica normas precisas quanto ao local de contagem dado que muitas pessoas estão deslocadas, definitiva ou temporariamente, das suas terras de origem. Este é um dos problemas técnicos mais importantes e difíceis que as contagens apresentam. De facto, num recenseamento terão de evitar-se as duplas contagens (por exemplo, uma pessoa contada em dois locais distintos), assim como as omissões de pessoas, pelo facto de poderem estar deslocadas do seu local de residência habitual.

Daí que se torne importante estudar qual a melhor metodologia para obter a informação que se pretende e que esta apresente um nível de qualidade adequado.

Nos recenseamentos da população e da habitação, uma grande parte dos países utilizam, na recolha de dados, um método clássico de *entrega/recolha de questionários* à população.

Neste caso, recruta-se um conjunto de pessoas (agentes recenseadores) que vão de porta em porta entregar os questionários, e instruções de preenchimento dos mesmos, passando mais

tarde para os recolher após terem sido preenchidos pelos indivíduos.

Do mesmo modo, nos próximos Censos, os trabalhos de recolha de dados serão executados por agentes recenseadores. A cada um dos agentes será atribuída uma área de trabalho bem definida e delimitada cartograficamente (secção estatística), contendo em média cerca de 300 alojamentos.

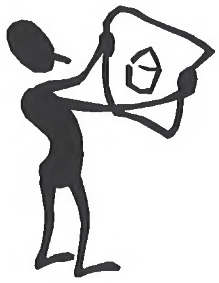
Para assegurar um funcionamento correcto de toda a operação de recolha de dados é necessário ter subjacente toda uma estrutura executiva em modelo hierárquico como é habitual utilizar em Portugal, com um envolvimento responsabilizado de todos os níveis definidos.
Neste contexto, na organização e execução dos próximos recenseamentos, tomarão parte:

- o Conselho Superior de Estatística;
- o Instituto Nacional de Estatística;
- os Serviços Regionais de Estatística das Regiões Autónomas;
- as Câmaras Municipais;
- as Juntas de Freguesia.

Base cartográfica

Como dissemos, a cada um dos agentes será atribuída uma área de trabalho bem definida e delimitada cartograficamente. Para que tal aconteça é necessário dispor de uma base cartográfica actual e de qualidade.

Nesse sentido, desenvolvem-se actualmente trabalhos com vista à actualização e digitalização da Base Geográfica de Referenciação Espacial utilizada nos Censos de 1991 (BGRE 1991). O objectivo é construir uma Base Geográfica de Referenciação de Informação, cuja estrutura, baseada nas áreas de actuação dos agentes recenseadores (secções estatísticas), facultará um valioso instrumento de planificação e controlo da cobertura da operação censitária; pretende assegurar-se, por um lado, que todas as zonas do país tenham sido levantadas de forma a proceder-se à enumeração correcta das unidades estatísticas e que, por outro, os dados recolhidos sejam referenciados às unidades territoriais correctas.



Legislação

A realização de recenseamentos da população e habitação em Portugal implica necessariamente um forte envolvimento e apoio das Autarquias Locais.

Deste modo, é fundamental dispor de um instrumento legal, aprovado pela Assembleia da República, que clarifique e facilite as várias tarefas e qual a participação dos vários intervenientes nas mesmas, especificando essencialmente:

- a cobertura da operação na sua vertente de abrangência territorial e administrativa;

- o momento censitário;
- a metodologia da recolha de dados;
- a definição da estrutura organizativa e competências aos vários níveis dos intervenientes;
- as garantias de confidencialidade dos dados;
- a definição das regras de actuação e das penalizações para infracções;
- as fontes de financiamento e normas de execução orçamental.

Elaboração dos questionários

O questionário é o instrumento base de recolha da informação; deste modo o seu desenho, formulação das questões e formatos são cruciais para o sucesso de um recenseamento.

Os questionários devem ser concebidos tendo em consideração alguns factores determinantes, como por exemplo: o método de recolha, o tipo de dados a recolher, a forma mais ajustada de formulação das questões e sua ordenação e as técnicas de processamento de dados a utilizar.

Em princípio, e à semelhança da opção tomada nos últimos Censos, serão utilizados basicamente quatro tipos de questionários. Para além dos questionários de *Edifício e Alojamento*, utilizar-se-ão ainda dois tipos de questionários para análise da população: os questionários de *Família e Individual*, procedimento que, aliás, é o mais corrente nos países da Europa ocidental.

Operações experimentais

Os primeiros testes usualmente levados a cabo na preparação de uma operação censitária, são os testes dos questionários.

O objectivo é testar a aceitação e entendimento das questões e respectivas instruções, por parte da população, assim como conhecer a opinião da população sobre a organização e desenho dos questionários.

Na preparação dos próximos Censos está prevista a realização de dois testes de questionários, estando o primeiro calendarizado já para o Outono do corrente ano.

Mais próximo do lançamento dos trabalhos de campo referentes à operação censitária será efectuado um inquérito-piloto, que se traduz num "ensaio geral" dos procedimentos inerentes a uma operação estatística desta dimensão e que pretende avaliar a adequação de todo o plano e organização censitária.

Controlo e avaliação da qualidade

O controlo e avaliação da qualidade serão assumidos nos Censos de 2001 como tarefas fundamentais, de modo a garantir que o processo produtivo detecte, em tempo oportuno, as falhas existentes e que os resultados se revistam de níveis de qualidade elevados, pois só assim se conseguirá que os Censos tenham longa vida enquanto fonte de dados.

Assim, está desde já a ser estudada uma estratégia que implicará métodos tanto para assegurar (controlar e promover a qualidade) como para avaliar essa mesma qualidade.

Para assegurar a qualidade será necessário que o controlo a efectuar detecte e meça os erros nas diferentes fases do processo produtivo, de modo a serem desde logo corrigidos.

A avaliação da qualidade será feita em termos de precisão e cobertura (medição dos erros de conteúdo e de cobertura).

Programa de comunicação

Um dos grandes pilares em que assenta o sucesso de qualquer operação estatística como os Censos, consiste na disponibilidade da população para responder aos questionários no momento em que tal lhe é solicitado.

Ora, só é possível garantir esta disponibilidade e aceitação para colaborar se for preparada uma larga campanha de divulgação e esclarecimento da realização da operação censitária, dos seus objectivos e da forma como as pessoas podem participar ou serem contactadas.

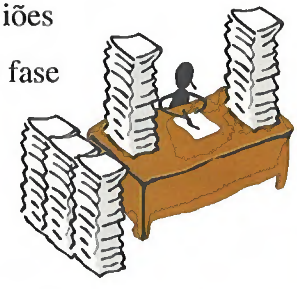
Actualmente está já em preparação o Programa de Comunicação dos Censos 2001, cujo principal objectivo é assegurar que todos os aspectos da recolha e divulgação de resultados sejam conhecidos e aceites pelo público em geral.

Tratamento dos dados

Um recenseamento é invariavelmente a maior e mais cara operação de processamento de dados que um país leva a cabo.

De facto, os Censos são operações que, para além das dificuldades nos trabalhos de recolha de dados, apresentam um volume de dados extremamente pesado para tratamento, quer no que respeita à transferência dos dados dum suporte papel para suporte informático, quer em termos de codificação de algumas variáveis e mesmo na validação e correcção dos dados introduzidos em ficheiro.

Tomando como exemplo os últimos Censos, pode adiantar-se que foram manipulados 20 milhões de questionários, significando no seu conjunto cerca de 1,07 biliões de caracteres digitados na fase de registo informático dos dados.



À semelhança do que se passa noutros países, está a ser estudada a hipótese de utilização de um sistema de leitura óptica dos questionários dos Censos 2001. Existem já experiências na Suíça, Áustria, Reino Unido, Israel, Austrália e Nova Zelândia, entre outros, que apontam para que, no futuro, seja esta a tecnologia a utilizar com enormes benefícios técnicos.

Análise da informação

Apesar de todo o trabalho de avaliação da consistência da informação que será necessariamente desenvolvido na fase de tratamento dos dados (validações, correcções), proceder-se-á ainda a uma análise final da informação contida nos ficheiros e nos quadros de apuramento previstos para publicação ou disponibilização.

A análise a efectuar assentará essencialmente em três componentes:

- análise da consistência de valores inter-quadros;
- confrontação dos mesmos com os resultados das duas operações censitárias precedentes;

- comparação com valores resultantes de outras fontes: estimativas da população, recenseamento eleitoral, inquérito ao emprego, estatísticas sobre nascimentos, etc..

Plano de actividades dos Censos 2001

A concepção e execução dos Censos 2001 desenvolvem-se em torno do seguinte conjunto de treze grandes actividades:

1. Programa dos Censos e Plano de Difusão
2. Previsão de meios e custos
3. Base cartográfica
4. Legislação
5. Questionários e outros documentos
6. Operações experimentais
7. Sistema informático
8. Avaliação de qualidade
9. Programa de comunicação
10. Rede de recolha de dados
11. Tratamento de dados
12. Análise e difusão
13. Relatório final.

Estas actividades estão desagregadas em sub-actividades com um cronograma que define as respectivas tarefas de execução.

O cronograma detalhado destas actividades pode ser consultado na morada do INE na Internet.

Até ao final de 1998 está prevista a conclusão das seguintes actividades:

☒ Aprovação do Programa Global e do Plano de Difusão;

☒ Aprovação da legislação;

☒ Realização do primeiro teste dos questionários;

☒ Decisão sobre a utilização da leitura óptica.

Fevereiro de 1999
Número 2

BOLETIM INFORMATIVO

CENSOS 2001

XIV RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO
IV RECENSEAMENTO GERAL DA HABITAÇÃO

Nesta edição:

O que é o Programa Global Pág. 1
A metodologia dos Censos Pág. 2
As unidades e características a observar Pág. 2
- ✓ Edifício Pág. 3
- ✓ Alojamento Pág. 4
- ✓ Família e núcleo familiar Pág. 5
- ✓ Indivíduo Pág. 5

Outros elementos de apoio aos Censos Pág. 6
- ✓ Legislação Pág. 6
- ✓ Cartografia Pág. 6
- ✓ Programa de comunicação Pág. 7
- ✓ Programa de controlo e avaliação da qualidade Pág. 7
- ✓ Cronograma Pág. 8

GABINETE DOS CENSOS 2001

Av. António José de Almeida
1000 Lisboa

Telefone 01-842 61 00
Fax 01-842 63 58

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

O que é o Programa Global

Uma das primeiras tarefas a executar na preparação dos Censos é a elaboração de um programa global, que procure reflectir o conteúdo dos mesmos e dar uma visão integrada de todas as actividades que concorrem para a realização das operações censitárias.

Tratando-se de um documento globalizante e, simultaneamente, de síntese, assume pois uma importância determinante na discussão interna e externa tanto dos objectivos censitários, das unidades estatísticas e variáveis a observar, dos métodos a utilizar como de todos os outros elementos de enquadramento e apoio, como sejam a legislação, o controlo e avaliação da qualidade, a publicidade e marketing, a base geográfica, etc.

Este documento, cuja proposta inicial é da inteira responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística, foi organizado de modo a proporcionar, numa primeira parte, uma perspectiva da evolução histórica das variáveis observadas nos recenseamentos desde 1864; segue-se-lhe uma análise resumida do enquadramento metodológico da respectiva recolha de dados.

No capítulo que constitui a parte central do documento descrevem-se as unidades estatísticas e respectivas características a observar.

Finalmente abordam-se as principais componentes de enquadramento e apoio ao desenvolvimento deste programa (cartografia, legislação, comunicação, avaliação da qualidade e o cronograma).

É, pois, objectivo deste boletim informativo dar a conhecer de uma forma sintética o Programa Global dos Censos 2001, incidindo especialmente no capítulo respeitante ao chamado conteúdo dos Censos: unidades estatísticas a recensear, características a observar e respectivos conceitos.

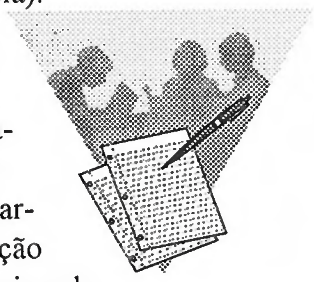
O Programa Global dos Censos 2001 já foi aprovado pelo Conselho Superior de Estatística e encontra-se disponível na íntegra na morada do INE na Internet (www.ine.pt)).

A metodologia dos Censos

Nos Recenseamentos da População e da Habitação, uma grande parte dos países utilizam, na recolha de dados, o método clássico de *entrega/recolha de questionários* à população. Neste caso, recruta-se um conjunto de indivíduos (recenseadores) que vão de porta em porta entregar os questionários, e instruções de preenchimento dos mesmos, passando mais tarde para os recolher após terem sido preenchidos pelos indivíduos.

Os trabalhos de recolha de dados são assim executados pelos chamados *recenseadores*, indivíduos especialmente recrutados e formados para o efeito. A cada um deles é atribuída uma área geográfica bem definida e delimitada cartograficamente, designada por Secção estatística, contendo em média cerca de 300 alojamentos.

Cada unidade estatística é contada no local onde se encontra ou se localiza no momento censitário, e os dados recolhidos em relação a cada característica referem-se ao mesmo momento (data de referência).



A metodologia de recolha consiste assim no preenchimento pelos recenseadores dos questionários de Edifício, Alojamento (1ª parte) e Família e na distribuição dos questionários individuais e de alojamento (2ª parte) na semana que precede a data censitária e na sua recolha e verificação, após preenchimento pela população, nas quatro semanas seguintes.

Trata-se duma metodologia que não se aplica de forma pura mas geralmente mista. Isto quer dizer que em muitas situações o recenseador terá de preencher os questionários inquirindo, para o efeito, directamente as pessoas a que respeitam.

Noutras situações, normalmente nas zonas urbanas e após várias insistências, pode utilizar-se a via postal para a devolução dos questionários dos alojamentos e respectivas famílias que não foi possível contactar durante o processo de recolha directa.

Apesar de o Instituto Nacional de Estatística, através do Gabinete dos Censos, ser a entidade responsável pela realização dos Censos 2001, outras entidades tomam parte na organização e administração desta operação estatística:

- A Secção Eventual para o Acompanhamento dos Censos 2001, do Conselho Superior de Estatística: órgão superior de orientação e coordenação dos Censos 2001 competindo-lhe, designadamente, analisar e aprovar o programa dos Censos, incluindo as variáveis a observar e o respectivo plano de difusão dos resultados; acompanhar todo o processo de execução das várias actividades, bem como proceder à sua avaliação final.
- As Direcções Regionais do INE e os Serviços Regionais de Estatística, das Regiões Autónomas têm a missão de coordenar e promover regionalmente a realização dos Censos, dinamizar, supervisionar e dar apoio técnico aos municípios.
- Os Municípios organizam, coordenam e validam os trabalhos dos Censos na respectiva área.
- As Freguesias têm como atribuição a tarefa de organizar e controlar os trabalhos no terreno, em íntima ligação com a respectiva autoridade municipal.

Em 2001 prevê-se utilizar uma estrutura de questionários idêntica à dos Censos de 1981 e 1991.

Unidades estatísticas e características a observar

Um recenseamento é uma operação estatística básica para qualquer país, constituindo uma fonte rica e duradoura de informação estatística; deste modo é fundamental que o respectivo

conteúdo - unidades estatísticas, variáveis a observar e respectivas definições - seja cuidadosamente estudado, na perspectiva da utilização máxima dos resultados censitários.

Assim, na decisão sobre o conteúdo dos Censos 2001 estiveram presentes certos critérios, fundamentais para a prossecução dos objectivos censitários, como sejam:

- As necessidades nacionais;
- A comparabilidade temporal;
- A comparabilidade internacional;
- A pertinência das variáveis a observar tendo em atenção as técnicas de recolha utilizadas;
- Os recursos disponíveis.

O objectivo de qualquer Censo é, em primeiro lugar, enumerar, ou seja *contar*. Seguidamente, e não menos importante, surge o segundo objectivo: *caracterizar*, isto é conhecer como se distribuem determinadas características nos universos em estudo.

Neste sentido, poderemos definir as unidades estatísticas de um Censo como entidades (indivíduos, famílias, núcleos familiares, alojamentos, edifícios) que possam ser objecto de observação (contagem e caracterização), tornando-se imperioso que a cada uma destas unidades de observação esteja claramente associada uma definição precisa e objectiva, completamente distinta das restantes.

Como vimos, o segundo objectivo de um Censo é caracterizar as unidades estatísticas seleccionadas. Para tal, constituem-se vários grupos de características a observar relativamente a cada unidade estatística.

Na proposta para os Censos 2001 mantém-se a observação exaustiva, directa ou indirecta, das unidades estatísticas seleccionadas para os Censos 91. No entanto, foram decididas algumas alterações ao nível do conteúdo das características ou variáveis a observar. Dessas diferenças entre 1991 e 2001 daremos conta à estatística.

A apresentação que se segue é semelhante à ordem pela qual, no terreno, os recenseadores farão a abordagem das unidades estatísticas a observar.

Quadro 1 – Síntese das unidades estatísticas

Unidades estatísticas a observar em 2001:	
Directamente	Indirectamente
Edifício	-
Alojamento	-
Família	Núcleo familiar
Indivíduo	-

✓ Edifício

Todas as variáveis relativas a esta unidade estatística serão observadas unicamente para os edifícios designados por *clássicos*, isto é construções cuja estrutura e materiais empregues têm um carácter não precário, ou seja, cuja duração esperada seja pelo menos de 10 anos.

Este tipo de edifícios opõe-se a construções de outro tipo, mas improvisadas, como sejam contentores e barracas, ou de outra natureza que, embora objecto de contagem, não serão caracterizadas nestes Censos.

Todas as características observadas nos últimos Censos se mantêm, surgindo ainda seis novas variáveis:

- *Estado de conservação do edifício e necessidades de reparação:* o objectivo será conhecer o estado de conservação dos edifícios tendo em atenção o tipo de reparações eventualmente necessárias, no momento censitário;
- *Recolha de resíduos sólidos:* o objectivo é observar se o edifício é servido ou não por

um sistema público de recolha regular e organizada.

- *P*ara medir o risco do edifício em caso de sismo serão ainda observadas três variáveis: *posicionamento do edifício*, *configuração do R/C* e a *altura do edifício face aos edifícios adjacentes*.

Quadro 2 – Edifício: síntese das variáveis

Unidade estatística	Variáveis a observar
Edifício "clássico"	⇨ Tipo de edifício. ⇨ Tipo de utilização. ⇨ *Posicionamento do edifício.* ⇨ *Altura relativa face aos adjacentes* ⇨ *Configuração do rés-do-chão* ⇨ Número de pavimentos. ⇨ Número de alojamentos. ⇨ Época de construção. ⇨ Materiais de construção. ⇨ *Necessidades de reparação.* ⇨ *Recolha de resíduos sólidos.* ⇨ *Estado de conservação(derivada)*

✓ Alojamento

É objectivo dos próximos Censos recensear:
a)todos os alojamentos situados em edifícios clássicos e destinados à habitação de pelo menos uma família (*alojamento familiar clássico*);

b) todos os locais que, apesar de estarem a ser utilizados como habitação, não cumprem todos os critérios para se considerarem de carácter não precário (ex. barracas);

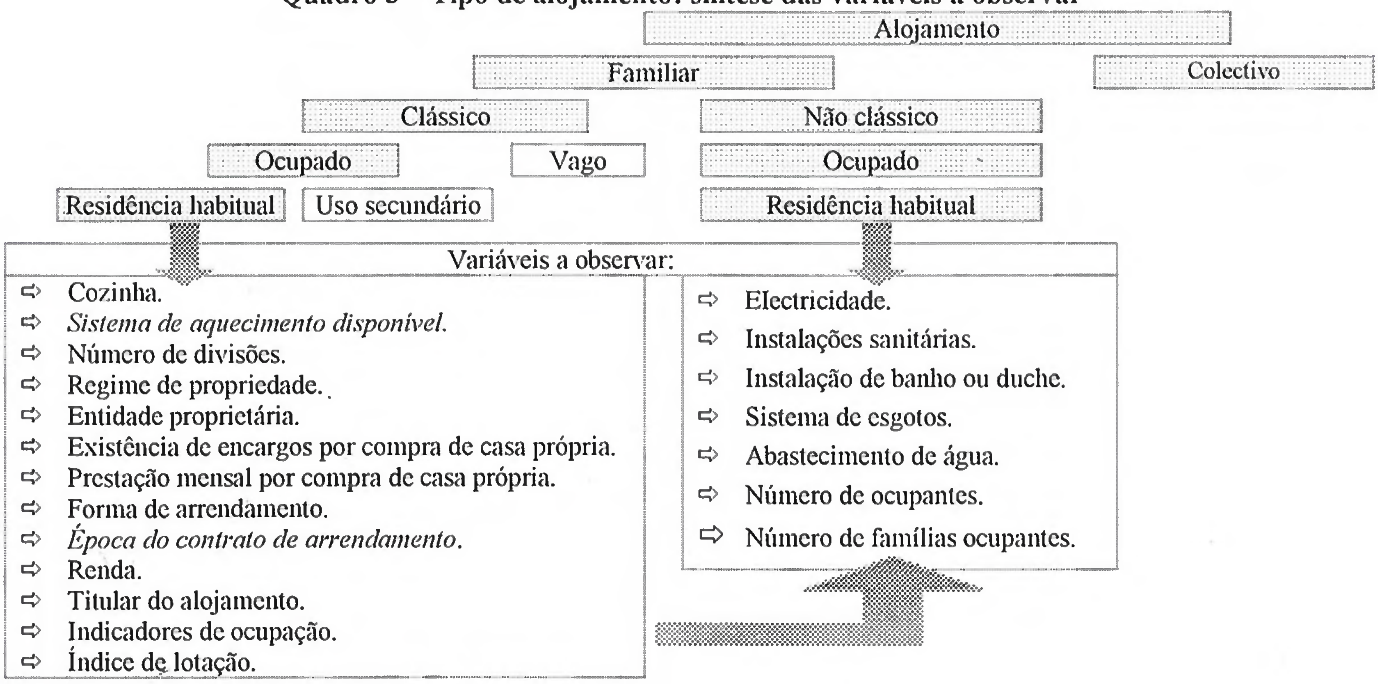
c) todos os locais que apesar de não terem sido construídos para habitação ou não se destinarem à habitação, estão a ser utilizados como alojamento de uma família (ex. roullote, garagem, etc.).

Serão ainda objecto de contagem e tipificação os *alojamentos colectivos* (hotéis e similares, lares de terceira idade, conventos, hospitais, prisões, etc.).

A alteração de fundo no que respeita à unidade estatística alojamento centra-se na inclusão de duas novas variáveis: sistema de aquecimento disponível e, no caso dos alojamentos arrendados, a época do contrato de arrendamento.

No Quadro 3 apresentamos, para cada uma das categorias de alojamentos definidos, as respectivas variáveis a observar.

Quadro 3 – Tipo de alojamento: síntese das variáveis a observar



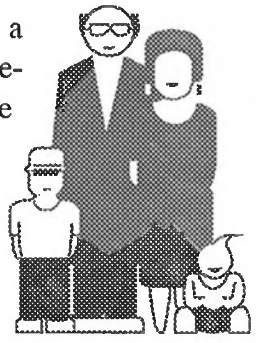
✓ Família e núcleo familiar

A classificação dos alojamentos em familiares e colectivos faz-se segundo a natureza do conjunto de indivíduos que os ocupam. Essa natureza, pode reflectir-se mais precisamente em quatro situações distintas e exclusivas:

1. Os indivíduos vivem sós num alojamento;
2. Os indivíduos vivem em conjunto com familiares no mesmo alojamento, isto é com indivíduos com quem têm relações de parentesco;
3. Os indivíduos residem em conjunto com outros que não são seus familiares partilhando com eles apenas um mesmo alojamento; e
4. Os indivíduos vivem em conjunto com outros indivíduos num mesmo alojamento, mas beneficiando dos objectivos de uma instituição que os "governa".

Quando nos referimos às duas primeiras situações, estamos perante aquilo que designaremos por *família clássica.*

A situação descrita em 3. remete-nos para os casos em que cada indivíduo ou grupos de indivíduos constituem famílias clássicas, situação idêntica à indicada em 1.. Finalmente, a situação descrita em 4. traduz o conjunto de pessoas a que chamaremos *família institucional.*



Por outro lado, e retomando a situação descrita em 3., podemos ainda observar o tipo de relações de parentesco mais restritas que se estabelecem entre os membros da família. É a partir desta análise que chegamos à identificação do *núcleo familiar*, quando estamos perante indivíduos que se relacionam como marido e mulher (estejam estes legalmente casados ou não), perante pais e filhos ou avós e netos.

Quadro 4 – Família e núcleo familiar: síntese das variáveis

Unidade estatística	Variáveis a observar
Família clássica (Unidade estatística derivada:)	➪ Relação de parentesco. ➪ Dimensão da família. ➪ Tipo de família clássica com base no número de núcleos familiares. ➪ Tipo de família clássica com base na estrutura etária e dimensão. ➪ N.º de pessoas com actividade económica. ➪ N.º de pessoas desempregadas. ➪ N.º de pessoas a cargo. ➪ N.º de crianças. ➪ N.º de pessoas com 65 ou mais anos.
Núcleo familiar	➪ Tipo de núcleo familiar. ➪ Dimensão. ➪ N.º de filhos ou netos. ➪ Filhos ou netos segundo a idade. ➪ N.º de filhos ou netos com menos de 6 anos de idade. ➪ N.º de crianças. ➪ Condição perante a actividade económica dos membros do núcleo
Família institucional	➪ Dimensão.

✓ Indivíduo

O conceito de indivíduo, como unidade estatística objecto de observação nos Censos, compreende toda a pessoa residente, ou apenas presente, num alojamento no momento censitário (às 0 horas do dia do recenseamento) ou que, não estando presente a essa hora, lá chegar até às doze horas desse mesmo dia.

As diferenças relativamente aos últimos Censos, situam-se essencialmente na exclusão das duas variáveis relativas aos indivíduos do sexo feminino, duração do casamento e número de filhos nascidos vivos, na passagem dos 12 para 15 anos, como idade mínima para observação das variáveis económicas dos indivíduos e observação do local de trabalho ou estudo para todos os residentes.

Quadro 5 – Indivíduo: síntese das variáveis

Unidade estatística	Variáveis a observar
Indivíduo	⇨ Local de residência habitual. ⇨ Situação perante a residência. ⇨ Local de residência anterior. ⇨ Sexo. ⇨ Idade. ⇨ Estado civil. ⇨ Naturalidade. ⇨ Nacionalidade. ⇨ Alfabetismo/analfabetismo. ⇨ Frequência de ensino. ⇨ Nível de ensino. ⇨ Curso superior. ⇨ Condição perante a actividade económica. ⇨ Profissão. ⇨ Número de trabalhadores da empresa. ⇨ Ramo de actividade económica. ⇨ Situação na profissão. ⇨ Número de horas de trabalho. ⇨ Principal meio de vida. ⇨ Local de trabalho ou estudo. ⇨ Meio de transporte utilizado no trajecto residência/local de trabalho ou estudo. ⇨ Duração do trajecto residência/local de trabalho ou estudo. ⇨ Religião ⇨ Qualificação académica. ⇨ Sector de actividade económica. ⇨ Grupo sócio-económico. ⇨ Dimensão dos lugares.

Outros elementos de apoio aos Censos

✓ Legislação

A legislação já tem o respectivo projecto preparado e aprovado pelo Conselho Superior de Estatística. Espera-se que seja aprovada pelo governo com a maior brevidade, de modo a envolver desde já as autarquias locais na identificação dos limites das freguesias, dos aglomerados populacionais e noutros trabalhos ligados à cartografia de apoio.

✓ Cartografia

BGRI 2001 – O que é?

A Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI 2001) é um instrumento técnico fundamental de apoio à execução dos Censos 2001.

Constituída por um conjunto de suportes cartográficos que contêm a identificação dos limites administrativos (Distrito , Concelho e Freguesia) e estatísticos (Secção e Subsecção Estatística), a BGRI 2001 permitirá assegurar que as unidades estatísticas (edifícios, alojamentos, etc.) a observar, sejam correctamente codificadas e referenciadas às respectivas unidades territoriais.

Os dados recolhidos no âmbito desta operação, bem como a informação estatística apurada, ficam desta forma georeferenciados ao nível da unidade geográfica de maior pormenor - subsecção estatística.

A BGRI desempenha, também, um papel fundamental no controlo da cobertura destes recenseamentos.

Entidades Intervenientes

A construção da BGRI 2001 é viabilizada através do aproveitamento de sinergias entre o Instituto Nacional de Estatística e os principais organismos produtores e utilizadores de informação geográfica e alfanumérica, nomeadamente o Instituto Geográfico do Exército (IGeoE), o Instituto Português de Cartografia e Cadastro (IPCC) e os CTT - Correios de Portugal.

De destacar igualmente a intervenção das Comissões de Coordenação Regional, Associações de Municípios e Câmaras Municipais no processo de construção e validação da BGRI 2001.

Fases da Construção da BGRI 2001

A construção da BGRI 2001 assenta na actualização da versão digital dos limites administrativos e estatísticos da BGRE 91 e na associação de ficheiros de unidades de

alojamento, que possibilitem uma redefinição do seccionamento estatístico, de acordo com as seguintes fases:

1. Digitalização da BGRE 91;
2. Inventariação e recolha de informação cartográfica e alfanumérica actualizada;
3. Construção da versão preliminar da BGRI 2001;
4. Validação daquela versão preliminar;
5. Construção da versão final da BGRI 2001.

✓ Programa de comunicação

A campanha promocional dos Censos 2001 terá em conta dois objectivos base:

- A mobilização da opinião pública tanto na aceitação como no preenchimento dos questionários;
- A promoção da imagem e utilização dos resultados censitários.

Definidos os objectivos, é necessário construir a mensagem que se quer fazer passar, e esta é quase idêntica quer se trate de um ou outro objectivo. Pretende-se realçar a mensagem da importância deste tipo de operações estatísticas explicitando "Censos - o que são, como se realizam e para que servem".

Um recenseamento é pela sua natureza uma operação estatística de carácter exaustivo, que pretende, portanto, efectuar um levantamento de dados sobre toda a população; como tal, quando pensamos em termos de "mobilização da opinião pública" estamos a falar da população como um todo.

No entanto, a campanha de comunicação dos Censos 2001, terá presente que apesar de ser uma só a mensagem a passar, o código da mesma e respectivos canais de comunicação deverão ser diferenciados por segmentos populacionais (líderes de opinião, órgãos do poder local, população escolar,etc.), não só para salvaguardar o bom entendimento da mensagem, como também para envolver cada um destes segmentos como agentes dinamizadores desta operação estatística.

✓ Programa de controlo e avaliação da qualidade

Este programa tem duas componentes claramente distintas, apesar de concorrerem para o mesmo objectivo: o controlo e a avaliação da qualidade.

De facto, a execução de uma operação estatística da envergadura de um recenseamento envolve imensos e importantes recursos, tanto físicos como humanos, resultando o sucesso desta operação de um eficaz planeamento, organização e utilização desses recursos.

O controlo do processo produtivo dos Censos 2001 encontra-se directamente relacionado com esta eficaz organização e utilização dos recursos, principalmente no que respeita aos recursos humanos e ao desenho dos instrumentos de controlo da execução da sua qualidade.

O **controlo da qualidade** assumirá assim maior importância nas fases de:

- Selecção, formação e avaliação técnica dos intervenientes locais e regionais;
- Distribuição e recolha dos questionários. Nesta fase as principais soluções passarão pelo controlo individual do trabalho realizado e pela construção de um sistema de alerta baseado em valores esperados e mesmo pela avaliação da qualidade dos dados à medida que vão sendo recolhidos.
- Tratamento de dados. Sendo uma das fases mais morosas e delicadas da operação censitária, a sua qualidade depende da forma como sejam registados e codificados os dados. Para o recenseamento de 2001, está prevista uma maior automatização do tratamento de dados por forma a minimizar os erros e o tempo de processamento.

Uma operação estatística com a natureza e dimensão de um recenseamento, por melhor que seja a metodologia escolhida para a realizar, tem

sempre e inevitavelmente erros associados. Assim, importa também definir medidas de avaliação e quantificação dos erros para aferir do rigor da informação produzida.

São objectivos da **avaliação da qualidade**:

- medir o rigor,
- identificar fontes de erro e
- fornecer linhas de orientação para programas estatísticos futuros.

Pretende-se, assim, avaliar duas categorias de erros: de cobertura e de conteúdo.

A avaliação da cobertura traduzir-se-á no cálculo dos erro de cobertura nos edifícios, alojamentos, famílias e indivíduos. Estes indicadores da cobertura dos dados censitários são elementos centrais para a formação da opinião pública acerca da qualidade dos Censos, na medida em que estes erros afectam o rigor das contagens censitárias, ou seja, a dimensão dos vários universos apurados.

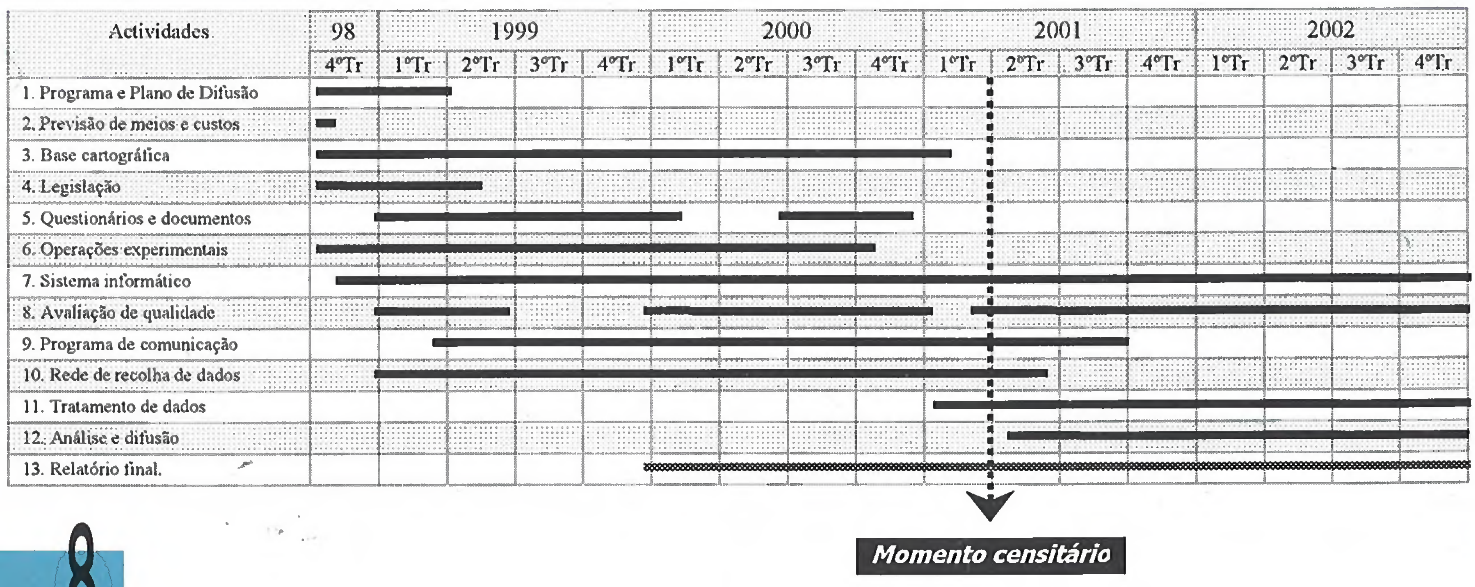
A avaliação do conteúdo permitirá ter indicadores sobre a qualidade dos dados recolhidos, que estão directamente relacionados com as características afectas às unidades estatísticas que foram recenseadas; este indicador de qualidade é afectado, principalmente, por declarações erradas ou inconsistentes ou pela impossibilidade em obter a informação requerida devido ao desempenho do recenseador ou ao mau entendimento do questionário.

A forma mais conhecida de avaliar uma operação estatística é o desenvolvimento de uma outra que seja uma reobservação de uma amostra da anterior e cujos objectivos principais consistem, para cada unidade estatística, no cálculo dos erros de cobertura e na avaliação dos erros de conteúdo das variáveis e respectivas modalidades. Designada por **Inquérito de Qualidade,** esta operação estatística constituirá o verdadeiro instrumento de medida final da qualidade dos Censos. Este inquérito será realizado após o término do processo de recolha dos questionários dos censos e os seus resultados, após a comparação com os dados da operação censitária, constituirão o "certificado de qualidade" dos Censos 2001.

✓ Cronograma

O cronograma estrutura e calendariza todas as tarefas da operação Censos 2001; na elaboração deste cronograma está presente, como grande objectivo, a redução do tempo de disponibilização dos resultados o que só é possível com uma maior automatização no tratamento dos dados; isto significa que se está a estudar a possibilidade de utilização da leitura óptica dos questionários de modo a antecipar significativamente a disponibilidade dos resultados finais, por comparação com as operações anteriores.

Quadro 6 – Cronograma das principais actividades dos Censos 2001



Maio de 1999
Número 3

BOLETIM INFORMATIVO

Nesta edição:

Primeiro teste dos questionários dos Censos 2001 Pág.1
Objectivos do teste Pág.1
Metodologia Pág.2
Resultados Pág.4
- ✓ Avaliação do Questionário de Alojamento Pág.4
- ✓ Avaliação do Questionário de Indivíduo Pág.5
- ✓ Questionário de Opinião Pág.7
- ✓ Opinião sobre o Questionário de Alojamento Pág.7
- ✓ Opinião sobre o Questionário de Indivíduo Pág.7

Leitura Óptica dos Questionários Pág.8
Conclusões Pág.9

GABINETE DOS CENSOS 2001

Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa

Telefone 01-842 61 00
Fax 01-842 63 58

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

CENSOS 2001
XIV RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO
IV RECENSEAMENTO GERAL DA HABITAÇÃO

Primeiro teste dos questionários dos Censos 2001

As primeiras operações experimentais que, usualmente, são levadas a cabo na preparação dos censos, são os testes dos questionários. Genericamente, o objectivo é testar a pertinência das questões, a sua formulação e as instruções que as acompanham, assim como a sequência da formulação das questões/desenho do questionário. Numa perspectiva mais alargada poderão ainda testar-se métodos de recolha e tratamento dos dados.

Foi nesse sentido que foi preparado e realizado o primeiro teste de questionários dos Censos 2001, que decorreu em Outubro de 1998.

O presente boletim dará conta dos objectivos e metodologia que presidiram a esse trabalho, assim como dos principais resultados que foram obtidos neste teste.

À semelhança do que aconteceu nos dois Censos precedentes, foi decidido associar ao teste dos questionários uma auscultação à opinião da população sobre os mesmos.

Objectivos do teste

No início dos trabalhos, foram identificados alguns potenciais problemas que poderão surgir no desenrolar dos próximos censos e, nesse sentido,

foram estabelecidos os seguintes objectivos principais para este teste:

- Quantificar o auto-preenchimento, ou seja, o preenchimento dos questionários pela própria população;
- Identificar e quantificar os erros nos questionários auto-preenchidos;
- Identificar as principais causas de erro;
- Conhecer a opinião geral dos entrevistados relativamente aos modelos de questionários e instruções que os acompanham;
- Inventariar os problemas sentidos pelos recenseadores no processo de distribuição e recolha dos questionários;
- Testar a viabilidade da leitura óptica dos questionários.

Metodologia

De forma a atingir os objectivos atrás enunciados, o teste foi realizado em todas as regiões (NUTS II) do país, incidindo em cada uma delas sobre pelo menos duas secções estatísticas, de forma a cobrir áreas predominantemente urbanas e outras predominantemente rurais. No total, foram abrangidos cerca de 1 168 alojamentos.

Os trabalhos de campo iniciaram-se a 15 de Outubro, tendo terminado a 13 de Novembro de 1998.

Quadro 1 – Secções e subsecções abrangidas no teste de Outubro de 1998

Região	DT/CC/FR	Concelho	Freguesia	Secção	Subsecção
Norte	13 01 17	M. Canavezes	Rosem	001	Todas
	13 12 12	Porto	Sto. Ildefonso	022	Todas
Centro	06 02 11	Cantanhede	Pocariça	003	Todas
	06 03 18	Coimbra	St. Ant. Olivais	024	Todas
Lisboa e Vale do Tejo	14 05 04	Benavente	Barrosã	002	Todas
	11 06 32	Lisboa	Sta. Mª Belém	019	Todas
	11 06 33	Lisboa	Sta. Mª Olivais	026	Todas
	11 11 02	Sintra	Algueirão- M. Martins	004	Todas
	14 18 01	Tomar	Alviobeira	002	Todas
	14 19 15	Torres Novas	S. Pedro	007	02
Alentejo	07 04 07	Estremoz	Sto. Estevão	001	Todas
	07 05 04	Évora	Nss. Sra. Torega	002	Todas
Algarve	08 08 03	Loulé	Ameixial	003	Todas
	08 10 03	Olhão	Olhão	007	Todas
R. A. Açores	43 01 06	Angra do Heroísmo	Cinco Ribeiras	001	01 e 06
	43 01 03	Angra do Heroísmo	Santa Luzia	001	02 e 05
R. A. Madeira	31 03 01	Funchal	Imaculado Coração Mª	002	Todas
	31 06 02	Porto Moniz	Porto Moniz	002	Todas

O momento censitário foi referenciado às 0 (zero) horas do dia 19 de Outubro de 1998.

Neste teste foram abrangidas as seguintes unidades estatísticas: edifícios, alojamentos (familiares e colectivos), famílias clássicas a residir ou presentes em alojamentos familiares e indivíduos a residir ou presentes em alojamentos familiares. Assim, as famílias institucionais e as famílias clássicas residentes ou presentes em alojamentos colectivos e respectivos indivíduos que as integram foram excluídas do âmbito do teste.

Foram utilizados três tipos de instrumentos de notação:

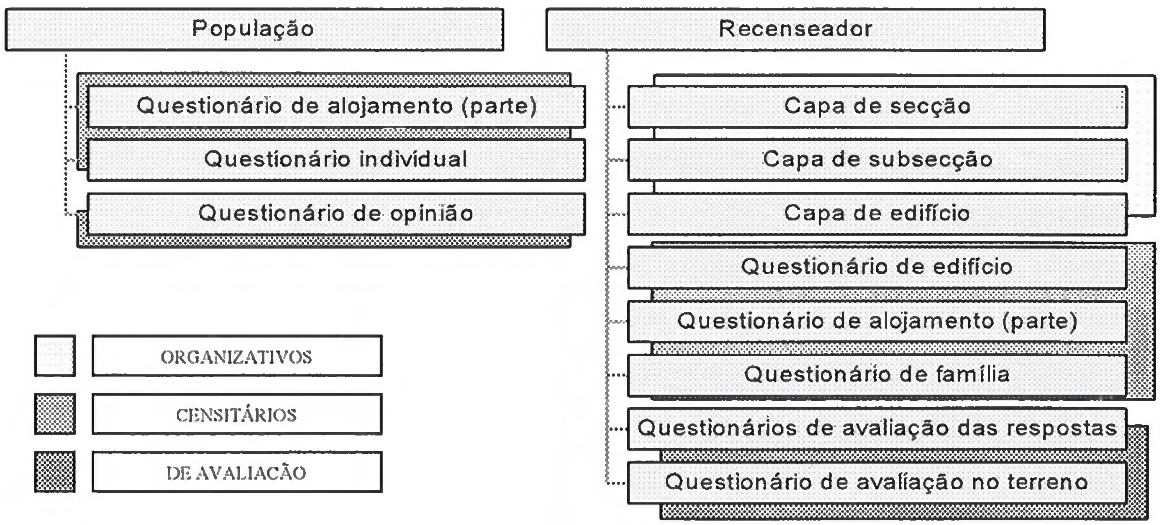
- organizativos (capas de secção, subsecção e de edifício);
- censitários (questionário de edifício, alojamento, família clássica e indivíduo), e de avaliação (questionário de opinião, de avaliação das respostas e de avaliação no terreno).

As capas de secção, subsecção e edifício, cujo preenchimento é da inteira responsabilidade do recenseador, permitem uma organização do trabalho hierarquizada em termos geográficos e, simultaneamente, controlar o número total de questionários utilizados.

Relativamente ao questionário individual foram elaborados e testados dois modelos (A e B) cujas diferenças se situaram essencialmente ao nível da apresentação gráfica das perguntas.

O modelo A foi aplicado nas regiões Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Algarve e Madeira e o modelo B nas regiões Norte, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Açores.

Figura 1 – Instrumentos de notação utilizados no teste de Outubro de 1998



Como se pode observar na figura 1, aos recenseadores competiu o preenchimento das capas de secção, subsecção e edifício, questionários de edifício e de família, assim como parte do questionário de alojamento.

À população coube responder, à 2ª parte do questionário de alojamento, aos questionários individuais e ainda ao questionário de opinião.

No momento da recolha dos questionários competiu ainda ao recenseador verificar as respostas dadas pela população aos questionários de alojamento e individuais, elaborando para tal entrevistas e anotando os resultados no "Questionário de avaliação das respostas". A anotação, para cada pergunta, da situação de cada resposta dada pela população (resposta correcta, incorrecta, indevida ou recusa) serviu de suporte à tipificação dos erros e suas causas nos questionários de alojamento e individual preenchidos pelos indivíduos.

Finalmente, e terminados os trabalhos, o recenseador preencheu o "Questionário de avaliação no terreno" , de forma a registar os principais problemas sentidos.

Resultados

Avaliação do Questionário de Alojamento

A taxa de auto-preenchimento (preenchimento dos questionários efectuado pelo representante da família ou por outra pessoa do alojamento) relativa ao questionário de alojamento situou-se, para o total das secções estatísticas observadas, nos 38,6%. A taxa de recusas de resposta ao questionário, que no total atingiu os 3,2%, foi substancialmente superior nas áreas urbanas (5,6% contra 0,2% nas áreas rurais).

Quadro 3 – Avaliação das respostas ao questionário de alojamento respondido por auto-preenchimento (%)

Pergunta	Total	Respostas:		
		Correctas	Incorrectas ou indevidas	Recusa
1	2	4	5	6
5. Electricidade	100.0	99.1	0.9	0.0
6. Água	100.0	96.9	3.1	0.0
7. Instalações sanitárias	100.0	94.9	5.1	0.0
8. Banho ou duche	100.0	96.9	3.1	0.0
9. Esgotos	100.0	97.3	2.7	0.0
10. Cozinha	100.0	94.5	5.5	0.0
11. N.º de divisões	**100.0**	**86.4**	**13.6**	**0.0**
12. Encargos por compra de casa	**100.0**	**88.9**	**11.1**	**0.0**
13.1. Forma de arrendamento	100.0	93.3	6.7	0.0
13.2. Escalão de renda	100.0	94.7	5.3	0.0
13.3. Entidade proprietária	100.0	91.6	8.4	0.0
Questionários correctos (%)	**56.2**			

A avaliação, pergunta a pergunta, dos questionários auto-preenchidos mostra que não se registou qualquer caso de recusa parcial, ou seja, recusa em responder a uma determinada questão.

Por outro lado, e de um modo geral, pode considerar-se as respostas como de qualidade bastante aceitável, oscilando as respostas correctas entre os 86,4% e os 99,1%.

No entanto, à medida que o preenchimento do questionário avança e a complexidade das perguntas aumenta a taxa de respostas correctas vai decrescendo, atingindo os valores mais baixos nas perguntas *"Número de divisões"* (86,4%) e *"Encargos por compra de casa"* (88,9%).

Como indicador da qualidade das respostas calculou-se ainda a percentagem de questionários auto-preenchidos totalmente correctos. No questionário de alojamento esse valor atingiu 56,2% dos casos.

Avaliação do Questionário de Indivíduo

A taxa de auto-preenchimento relativa aos dois modelos do questionário individual situou-se nos 44,3%. A taxa de recusas apresentou, tanto nas áreas urbanas como nas rurais, valores pouco expressivos.

Quadro 4 – Questionários individuais por tipo de preenchimento segundo a tipologia das áreas urbanas (%)

Tipo de preenchimento	Total	Áreas predominantemente urbanas	Áreas predominantemente rurais
1	2	3	4
Auto-preenchimento	44.3	**51.5**	35.6
Recenseador	55.4	48.4	**63.9**
Recusa	0.3	0.2	0.5
Total	100.0	100.0	100.0

O quadro 5 apresenta o resultado das respostas às questões dos dois modelos de questionário individual auto-preenchidos.

Facilmente se verifica que as perguntas podem ser divididas em três grandes grupos tendo em atenção a percentagem de respostas correctas: mais de 90% de respostas correctas; entre 81% e 90% de respostas correctas e menos de 81% de respostas correctas.

No que respeita ao modelo A, as perguntas com taxas de resposta correcta mais elevadas, superiores a 98%, são: *Sexo*; *Estado civil*; *Residência habitual* e *Nacionalidade*.

Seguidamente aparece o grupo das perguntas com respostas correctas entre os 81% e os 90%. De entre elas contam-se as questões relativas às *deslocações pendulares* , *principal meio de vida*, *trabalho na semana de referência* e *motivo porque não trabalhou*.

Quadro 5 – Avaliação das respostas ao questionário individual respondido por auto-preenchimento (%)

Pergunta	Modelo A – Respostas:			Modelo B –Respostas:		
	Correctas	Incorrectas/ indevidas	Recusa	Correctas	Incorrectas/ indevidas	Recusa
1	2	3	4	5	6	7
1. Nome	88.1	11.9	0.0	95.8	4.2	0.0
2. Sexo	99.8	0.2	0.0	97.6	2.4	0.0
3. Residência habitual	98.5	1.5	0.0	90.4	9.6	0.0
4. Data de nascimento	97.3	2.7	0.2	95.0	4.9	0.1
5. Estado civil actual	98.6	1.4	0.0	96.9	3.1	0.0
6. Naturalidade	92.4	7.6	0.0	81.9	18.1	0.0
7. Nacionalidade	98.3	1.7	0.0	96.8	3.2	0.0
8. Residência em 31 de Dezembro de 97	97.1	2.9	0.0	96.2	3.8	0.0
9. Residência em 31 de Dezembro de 93	96.8	3.2	0.0	94.9	5.1	0.0
10. Alfabetismo	97.5	2.5	0.0	91.9	8.1	0.0
11. Frequência de ensino	95.9	4.1	0.0	85.5	15.4	0.1
12. Nível de ensino	91.5	8.5	0.0	84.8	15.2	0.0
13. Completou o nível de ensino?	91.5	8.5	0.0	76.8	23.2	0.0
14. Nome do curso superior	97.6	2.4	0.0	95.4	4.6	0.0
15. Local de trabalho ou estudo	85.4	14.6	0.0	76.3	23.7	0.0
16. Duração do trajecto	89.6	10.4	0.0	84.6	15.4	0.0
17. Principal meio de transporte	89.8	10.2	0.0	85.9	14.1	0.0
18. Principal meio de vida	87.5	12.5	0.0	81.2	18.8	0.0
19. Trabalho na semana de 12 a 18 de Out.	87.7	12.3	0.0	79.3	20.7	0.0
20. Motivo porque não trabalhou	87.5	12.5	0.0	83.4	16.6	0.0
21. Procura de emprego	77.8	22.2	0.0	72.7	27.3	0.0
22. Disponibilidade para trabalhar	76.9	23.1	0.0	73.5	26.5	0.0
23. Existência de trabalho anterior	70.4	29.6	0.0	69.6	30.4	0.0
24. Profissão principal	75.6	24.4	0.0	71.7	27.8	0.5
25. Tipo de tarefas	71.5	28.5	0.0	68.1	31.5	0.4
26. N.º de horas de trabalho	77.9	22.1	0.0	75.1	24.5	0.4
27. Situação na profissão	77.7	22.3	0.0	76.1	23.8	0.1
28. Ramo de actividade	75.7	24.3	0.0	69.4	30.2	0.4
29. Tipo de produção do estabelecimento	67.7	32.3	0.0	58.7	40.8	0.5
30. Número de trabalhadores da empresa	75.3	24.7	0.0	71.5	28.3	0.2
Questionários correctos(%)	**26.3**			**15.7**		

Finalmente surge o grupo de perguntas mais problemáticas que integra a quase totalidade das variáveis que tentam caracterizar os indivíduos do ponto de vista económico. Aqui as taxas mais baixas de respostas correctas surgem nas perguntas *Tipo de produção do estabelecimento (67,7%), Existência de*

trabalho anterior (70,4%) e *Tipo de tarefas (71,5%).*

Quando se analisam os resultados do modelo B verifica-se que a qualidade das respostas é genericamente menor. A tendência no entanto mantém-se, surgindo as perguntas de cariz económico mais uma vez com as taxas de respostas correctas mais baixas.

Finalmente, e tendo apenas em consideração os questionários preenchidos pelo próprio ou por outra pessoa do alojamento (auto-preenchimento), verifica-se que para o modelo A cerca de 26,3% apresentaram-se totalmente correctos. O modelo B apresenta resultados claramente inferiores (15,7%).

Questionário de opinião

Os resultados relativos ao questionário de opinião revelaram uma participação bastante positiva da população. De facto, e no que respeita aos questionários de alojamento auto-preenchidos, em 86,4% dos casos foi preenchido um questionário de opinião. Quando observamos os resultados relativos ao questionário individual, esse valor não se apresenta tão elevado mas, ainda assim, ultrapassa os 50%.

Opinião sobre o Questionário de alojamento

De uma maneira geral a opinião dos indivíduos sobre o questionário foi bastante positiva. Cerca de 80% consideram-no agradável ou muito agradável e apenas 3,1% o considerou nada agradável.

O tempo médio de preenchimento foi de cinco minutos. Cerca de um terço dos indivíduos declararam que necessitaram do apoio da "folha de instruções" e desses apenas 4% declararam que nunca conseguiram esclarecer as suas dúvidas; 56% referem que ficaram esclarecidos algumas vezes, 21% dizem que a folha os esclareceu frequentemente e 20% tiveram sucesso sempre que as consultaram.

No que respeita à existência de dificuldades de resposta às perguntas colocadas, as quatro mais referidas foram as perguntas *Encargos por compra de casa própria* (referida por 28,9% dos respondentes ao questionário de opinião), *N.º de divisões* (referida por 25,0%), *Rede de esgotos* (21,1%) e *Entidade proprietária* (20,5%).

Opinião sobre o Questionário de Indivíduo

Avaliando comparativamente a opinião dos indivíduos sobre os questionários individuais (modelo A e B), verifica-se que o modelo A tem uma aceitação bastante superior. De facto, 92,0% dos indivíduos que responderam ao modelo A consideraram o questionário agradável ou muito agradável, contra 74% dos que responderam ao modelo B.

Relativamente à dimensão do questionário, 49% dos indivíduos que responderam ao modelo A consideraram-no longo ou muito

longo; esse valor sobe para 67% quando se observam os resultados referentes ao modelo B.

O tempo médio de preenchimento deste modelo foi de 6 minutos, valor que é reduzido para metade no modelo A.

O recurso à "folha de instruções" foi ligeiramente superior nos indivíduos que responderam ao modelo B (27,2% contra 24,3% do modelo A).

Já no que diz respeito à frequência com que os indivíduos obtiveram esclarecimentos para as dúvidas surgidas, verifica-se que as instruções funcionaram melhor na resposta às dúvidas surgidas no modelo A: 3% declararam que nunca conseguiram esclarecer as suas dúvidas quando consultaram essa mesma folha, contra 6% no modelo B; 49,1% referem que ficaram esclarecidos algumas vezes, enquanto no modelo B esse valor é de 63,9%; 22,6% dizem que a folha os esclareceu frequentemente (contra apenas 13,3% no modelo B) e 24,5% tiveram sucesso sempre que as consultaram, situando-se esse valor em 16,9% no modelo B.

No que respeita à existência de dificuldades de resposta às perguntas colocadas no questionário de indivíduo, as três perguntas mais referidas, tanto no modelo A como no B, são: *Tipo de produção do estabelecimento*, *Ramo de actividade* e a pergunta *Tipo de tarefas que executa na profissão*.

Leitura óptica dos questionários

Terminados os trabalhos de campo os questionários censitários foram submetidos a uma cadeia de reconhecimento através da leitura óptica dos mesmos, que permitiu obter para cada tipo de questionário indicadores relativos a:

- Velocidades de processamento (ou seja, a rapidez com que o sistema interpreta as imagens produzidas pelos scanners); apesar do scanner utilizado não ser dos mais evoluídos, conseguiram-se velocidades de processamento que variam entre as 14 páginas por minuto no questionário de família e as 52 no questionário de alojamento;

- Taxas de identificação (indicadoras da facilidade com que o sistema identifica e distingue cada modelo de questionário), as quais se situaram em cerca de 100% para todos os modelos utilizados;

- Taxas de reconhecimento (que indicam a percentagem de caracteres correctamente reconhecidos pelo sistema, os caracteres incorrectamente reconhecidos e os caracteres rejeitados, ou seja, aqueles para os quais o sistema não deu qualquer sugestão); enquanto o reconhecimento de marcas (cruzes nas perguntas) já não constitui qualquer problema para este tipo de tecnologia, nos numéricos e alfabéticos foram obtidos resultados bastante encorajadores:

- Para os caracteres numéricos, as taxas de reconhecimento situaram-se entre 86,7 e 97,8%, dado que os campos numéricos dos vários questionários apresentavam níveis de qualidade diferentes no respectivo preenchimento;
- Já para os campos alfabéticos, as taxas de reconhecimento foram um pouco mais baixas, também de acordo com o esperado; contudo, os valores atingidos, entre 64,1 e 90,6%, constituem um bom indicador, até pelo facto de ter sido utilizado apenas um motor de reconhecimento e de o "software" de reconhecimento estar a ser desenvolvido para atingir melhores resultados;

- Espaço em disco ocupado (para estimar o espaço e recursos adequados para guardar e manter acessíveis as imagens dos cerca de 20 milhões de questionários que resultarão dos Censos 2001). Para uma amostra de 50 questionários de cada tipo, o espaço ocupado em disco foi o seguinte:
  - Edifício, 145 KB
  - Alojamento, 120 KB
  - Família, 200 KB
  - Indivíduo, 301 KB

Interessa ainda realçar que se realiza um segundo teste dos questionários, em Abril e Maio de 1999, cujo objectivo fundamental consiste num ensaio de maior dimensão e utilização de uma técnica mais aperfeiçoada no domínio da leitura óptica, o que permitirá aprofundar a investigação e experimentação do processo de leitura óptica dos questionários dos Censos 2001.

Conclusões

Os resultados deste primeiro teste aos questionários dos Censos 2001, revelam que os objectivos estabelecidos foram plenamente cumpridos. As opiniões formuladas, as dificuldades encontradas e as pistas dadas pelos trabalhos de campo, assim como pela utilização da leitura óptica no processamento dos questionários, permitem fazer ajustamentos nos questionários, aperfeiçoar os procedimentos organizativos e continuar a desenvolver o sistema para processamento informático dos Censos 2001.

Assim, as principais conclusões a destacar deste teste são as seguintes:

- A taxa geral de auto-preenchimento conseguida (44,3%) aponta no sentido da necessidade de ser feito um importante esforço na campanha de comunicação para motivar a população a preencher os questionários;
- Os erros de preenchimento situam-se principalmente nas perguntas de carácter económico, para o indivíduo, e no "número de divisões" e "encargos por compra de casa própria", para o alojamento; dado ser difícil melhorar as instruções junto das

respectivas perguntas, devido à falta de espaço no questionário, optámos por melhorar as instruções distribuídas juntamente com os questionários e apelar à sua consulta;

- Os modelos de questionários com maior aceitação são os que estão desenhados com base em duas colunas de texto;
- Quanto à opção da leitura óptica dos questionários, parece-nos ser de salientar o seguinte:
  - Não foram detectadas reacções negativas, com expressão significativa, em relação à adaptação efectuada no desenho dos questionários, de modo a poderem ser utilizados na leitura óptica;
  - As velocidades de processamento e taxas de reconhecimento, apesar de bastante aceitáveis, ainda podem ser melhoradas, mas já apontam no sentido de que a opção pela leitura óptica dos questionários é a melhor solução para antecipar a disponibilidade dos resultados e garantir elevados padrões de qualidade no tratamento dos questionários.

A TER EM ATENÇÃO

O PRÓXIMO NÚMERO DESTE BOLETIM VAI DEBRUÇAR-SE SOBRE O PROGRAMA DE DIFUSÃO PARA OS CENSOS 2001

Várias fases nos dados a disponibilizar

e um conjunto alargado de produtos e suportes

(Internet, CDRom, ficheiros derivados e de síntese ...

mas também quadros de apuramentos e publicações)

serão amplamente desenvolvidos no próximo número.

Para um maior aprofundamento do conhecimento sobre estes assuntos, também pode consultar a morada do INE na Internet

onde encontra um directório específico

para os

CENSOS 2001

C E N S O S

www.ine.pt

BOLETIM INFORMATIVO

Agosto de 1999
Número 4

Nesta edição:

Enquadramento Estatístico do Plano de Difusão para os CENSOS 2001	Pág. 1
Princípios Orientadores na Concepção do Plano de Difusão	Pág. 2
Resultados Preliminares	Pág. 3
Resultados Provisórios	Pág. 3
Resultados Definitivos	Pág. 4
Plano de Apuramentos Definitivos	Pág. 4
Ficheiro Síntese	Pág. 5
CDRom dos Censos	Pág. 5
Base de Dados para acesso dos Utilizadores	Pág. 6
Suportes de Difusão	Pág. 6

GABINETE DOS CENSOS 2001

Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa

Telefone 01-842 61 00
Fax 01-842 63 58

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

CENSOS 2001
XIV RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO
IV RECENSEAMENTO GERAL DA HABITAÇÃO

ENQUADRAMENTO ESTATÍSTICO DO PLANO DE DIFUSÃO PARA OS CENSOS 2001

A produção estatística só tem razão de ser se os respectivos dados forem amplamente utilizados por todas as entidades envolvidas nos processos de decisão (governo, empresas, associações de natureza profissional ou outras, escolas e cidadãos em geral). De facto, a produção de informação estatística destina-se, sobretudo, a avaliar o presente para projectar o futuro, o que implica a disponibilização de informação suficiente (**quantidade**) e em tempo oportuno (**actualidade**). Estas duas características da informação estatística constituem duas linhas estratégicas fundamentais que foram tidas em conta na preparação do Plano de Difusão para os Censos 2001.

Quanto à quantidade de informação proveniente de uma única operação estatística, diríamos que nenhuma outra fonte estatística "bate" os Recenseamentos da População e Habitação, fundamentalmente devido a duas características destas operações:

- **Quantidade de variáveis observadas** em cada unidade estatística (edifício, alojamento, família e indivíduo);
- **Exaustividade da observação**, ou seja, a observação de todas as unidades do universo estatístico respectivo, o que equivale a dizer que é possível disponibilizar dados para qualquer uma das mais pequenas "parcelas" do território (quarteirão de uma forma geral e até segmentos de rua para algumas situações).

O único limite à disponibilização destes dados é a protecção da privacidade dos cidadãos, a qual é assegurada pelos princípios do segredo estatístico.

A actualidade dos dados censitários é um problema com o qual estas operações se têm vindo a debater, pelo facto de tratarem uma elevada quantidade de informação; contudo deve dizer-se que a maioria dos dados recolhidos são de natureza estrutural (características que não se alteram significativamente num curto espaço de tempo) e, para os Censos 2001, estamos a fazer um grande esforço com a utilização de tecnologias que permitam antecipar significativamente o tempo de disponibilidade dos dados:

- Adopção da tecnologia de leitura óptica para os questionários;
- Maior utilização de procedimentos automáticos para a codificação das respostas a perguntas abertas (campos alfabéticos).

Deste modo, é grande a expectativa de disponibilização dos resultados definitivos em prazos significativamente encurtados por comparação com o recenseamento precedente (1991), até porque os ensaios experimentais efectuados com esta tecnologia apontam nesse sentido.

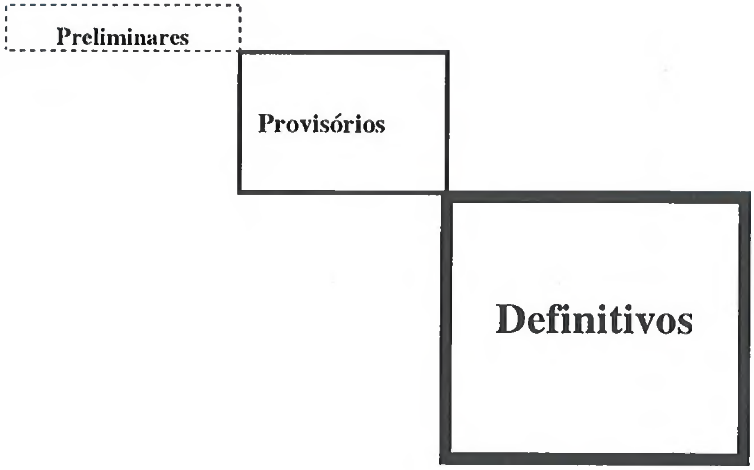
PRINCÍPIOS ORIENTADORES NA CONCEPÇÃO DO PLANO DE DIFUSÃO

O Plano de Difusão para os Censos 2001 foi preparado de acordo com os seguintes objectivos:

- Garantir, sempre que possível, a comparabilidade directa dos dados com os dois recenseamentos precedentes, em especial com os Censos 91;
- Responder às necessidades mais recentes dos utilizadores nacionais, tanto derivadas da utilização de novas variáveis e modalidades como através de uma maior desagregação geográfica dos quadros disponibilizados;
- Responder às solicitações dos organismos internacionais, com especial destaque para o EUROSTAT e a ONU;
- Construir um conjunto de apuramentos, suficientemente diversificado, que permita a análise dos dados referentes às variáveis primárias e derivadas que são disponibilizadas com o ficheiro de base.

Estes princípios foram tidos em conta principalmente nos resultados definitivos, dada a sua maior quantidade e diversidade. Contudo, e porque os utilizadores querem resultados quase "no dia seguinte", como acontece em processos tecnicamente mais simples, houve a preocupação de ir disponibilizando resultados à medida que a execução das operações censitárias vai decorrendo.

Assim, durante o processo de recolha e tratamento dos dados, são produzidos resultados de acordo com as seguintes categorias:



Como a própria terminologia permite perceber, os vários tipos de resultados, para além de corresponderem a momentos diferentes, também possuem diferentes níveis de qualidade e confiança que derivam, sobretudo, da forma como são verificados e apurados. Por outro lado, a maior quantidade de resultados e produtos (publicações, CDs e ficheiros disponíveis) acontecem com os apuramentos definitivos.

Todos os resultados dos Censos 2001 serão disponibilizados também através da INTERNET, havendo apenas que acautelar os problemas relacionados com o segredo estatístico e a sobrecarga que poderá ser provocada pelos resultados que possuem maior desagregação geográfica (subsecção estatística, equivalente ao quarteirão nas áreas urbanas e ao lugar ou parte de um lugar nas áreas rurais).

O Plano de Difusão dos Censos 2001 foi aprovado pela Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2001 (SEAC), do Conselho Superior de Estatística, em 99.03.31 e pode ser consultado na INTERNET no endereço electrónico http://www.ine.pt , no directório CENSOS 2001.

Na SEAC estão representados, para além do INE, os principais utilizadores destes dados

estatísticos: Associação Nacional dos Municípios Portugueses, a qual preside a esta Secção, Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, Confederação da Indústria Portuguesa, Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, Governo Regional dos Açores, Governo Regional da Madeira, Ministério da Defesa Nacional, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Ministério da Justiça, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério do Trabalho e Solidariedade e União Geral de Trabalhadores.

RESULTADOS PRELIMINARES

Os resultados preliminares serão apurados com base em contagens manuais dos questionários recolhidos pelos recenseadores e ficarão disponíveis à medida que cada secção estatística é dada como concluída; serão publicados até ao nível de freguesia e ficarão disponíveis até à secção estatística.

Estes dados estão agrupados num único quadro de apuramentos e referem-se à **população presente segundo o sexo, população residente, famílias, alojamentos e edifícios.** Deste modo, logo que os trabalhos de recolha dos questionários são dados como concluídos numa determinada freguesia ou concelho, é possível disponibilizar imediatamente estes resultados.

RESULTADOS PROVISÓRIOS

Os resultados provisórios cobrem algumas das principais variáveis observadas em cada unidade estatística primária (edifício, alojamento, família e indivíduo) e são apurados após a leitura óptica dos questionários e validações de entrada dos dados de cada Região NUTS II (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira).

Estão previstos oito quadros cujo conteúdo é o seguinte:

- População residente e presente segundo o sexo, famílias clássicas e institucionais, alojamentos segundo o tipo e edifícios
- Edifícios segundo a época de construção, o número de alojamentos, a utilização e a existência de recolha de resíduos sólidos
- Alojamentos familiares segundo o tipo de alojamento e a forma de ocupação
- Alojamentos familiares de residência habitual segundo a existência de infra-estruturas básicas (electricidade, água e esgotos) e o regime de ocupação
- Famílias clássicas segundo a sua dimensão
- População residente segundo grupos etários e sexo
- População residente segundo o estado civil e sexo
- População residente segundo o alfabetismo, a frequência de ensino e o nível de ensino atingido

Estes resultados são disponibilizados para todos os concelhos e freguesias com 1000 ou mais residentes, o que significa ficarem disponíveis para todas as unidades geográfico-administrativas correspondentes a somatórios de concelhos; a razão pela qual se optou pela apresentação desta informação apenas para as freguesias de maior dimensão deve-se ao facto de serem feitos tratamentos automáticos e distribuições de respostas "em branco" que não se prevê terem importância estatística nas freguesias de maior dimensão, enquanto nas mais pequenas isso pode não acontecer.

O suporte privilegiado para a difusão destes resultados será a INTERNET, uma vez que os prazos de disponibilização serão bastante diferentes de região para região devido, sobretudo, as diferenças na dimensão regional;

contudo, existe a intenção de os publicar em suporte de papel logo que estejam apurados os resultados provisórios de todas as regiões.

RESULTADOS DEFINITIVOS

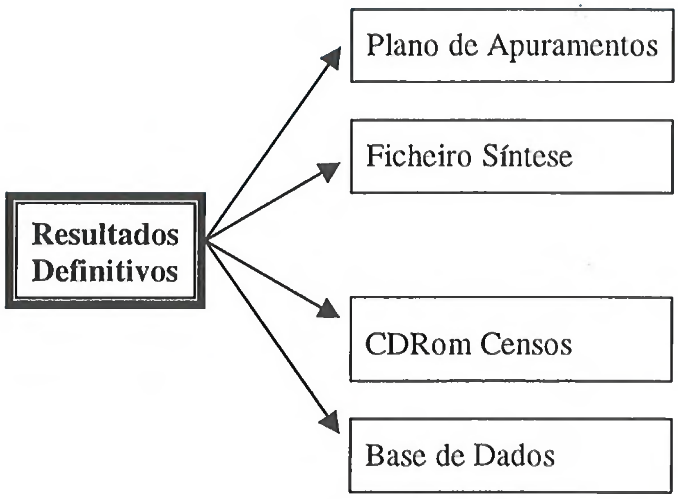
Os resultados definitivos, a disponibilizar após o tratamento completo de todos os dados, são estruturados de acordo com o seguinte:

- O **plano de apuramentos**, constituído por 105 quadros de base agrupados em seis séries, a primeira das quais é composta por um conjunto de quadros-resumo, e as restantes cinco séries correspondem a cada uma das unidades estatísticas observadas (edifício, alojamento, família, núcleo familiar e indivíduo); acrescem ainda 30 quadros, os quais constituem desagregações dos respectivos quadros de base;

- O **ficheiro-síntese** que procura disponibilizar um conjunto pré-estabelecido de dados até ao nível da subsecção estatística, de modo a procurar satisfazer as necessidades dos utilizadores de informação para as pequenas áreas estatísticas;

- Um **CDRom dos Censos** que incluirá os resultados censitários desde 1864 e um Sistema de Informação Geográfica (SIG) associado aos dados de 1991 e 2001;

- Uma **base de dados** que permita cruzamentos específicos, com salvaguarda do princípio do segredo estatístico.



PLANO DE APURAMENTOS DEFINITIVOS

No conjunto de quadros que constitui o plano de apuramentos definitivos está presente um claro objectivo de disponibilizar um conjunto alargado de informação estatística que permita facilitar o acesso dos utilizadores a informação tratada de forma normalizada, reduzindo a necessidade de apuramentos especiais; este procedimento também permitirá a disponibilização de mais informação nas áreas de difusão do INE e de outros organismos do Sistema Estatístico Nacional (SEN), para fornecimento imediato aos utilizadores e sem necessidade de recurso a apuramentos especiais.

Por outro lado, está previsto disponibilizar todos os quadros de apuramentos até ao nível mais fino da desagregação geográfica utilizada nestes recenseamentos (subsecção estatística), o que irá permitir a satisfação imediata das necessidades de utilizadores que necessitam de fazer análises mais finas (localizadas) de determinadas áreas do território.
Os Censos de 1981, 1991 e 2001 têm uma estrutura metodológica e executiva relativamente semelhante, pelo que se optou por um modelo de quadros de apuramentos que privilegie a análise comparativa entre os respectivos resultados; assim, utilizou-se um desenho tão semelhante quanto possível aos

quadros existentes nos dois recenseamentos anteriores, de modo que seja possível aos utilizadores fazerem a comparação dos valores de cada quadro, evitando as questões metodológicas e conceptuais.

Apesar de tudo, se fizermos uma análise comparativa com os quadros disponibilizados em 1981 e 1991, verifica-se que existem 23 quadros de apuramentos que têm um conteúdo diferente dos quadros existentes nos dois recenseamentos anteriores; quanto à comparação apenas em relação a 1991, existem 33 quadros que procuram cruzar as variáveis de uma forma diferente daquela que se fez naqueles recenseamentos. Estas diferenças devem-se, sobretudo, à existência de novas variáveis que são observadas em várias unidades estatísticas e a uma maior preocupação de ter informação mais adequada a novas realidades como é o caso das famílias com núcleos monoparentais e reconstituídos.

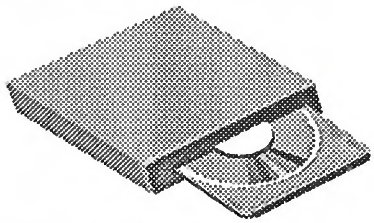
2001	1991	1981
Homens residentes com idade entre 20-24 anos		
Mulheres residentes com idade entre 20-24 anos		
Homens residentes com idade entre 20-64 anos	Homens residentes com idade entre 20-64 anos	
Mulheres residentes com idade entre 20-64 anos	Mulheres residentes com idade entre 20-64 anos	
		Indivíduos residentes com idade entre 20-64 anos

FICHEIRO-SÍNTESE

O ficheiro-síntese é um produto cuja disponibilização foi iniciada em 1981 e que constitui uma alternativa simples e rápida de obter um conjunto normalizado de indicadores para todas as unidades territoriais utilizadas nestes recenseamentos (desde subsecção estatística e, de forma ascendente, até ao nível de país).
O número destes indicadores que começou por ser 57 em 1981, passou para 80 em 1991 e será 91 para 2001; convém, contudo, salientar que estão salvaguardadas as condições de comparabilidade metodológica dos indicadores de 2001 para os equivalentes de 1981 e 1991, conforme se pode verificar nos exemplos descritos no quadro seguinte:

CDRom DOS CENSOS

O projecto de um CDRom dos Censos vem de 1991 e acabou por não se concretizar devido a dificuldades diversas.



Apesar de tudo, é um projecto relevante de disponibilização e reforço da informação censitária, pelo que se considerou que deveria ser retomado em moldes que permitam a incorporação dos dados de 1991 e 2001 sob a forma de SIG, dada a comparabilidade existente entre as bases geográficas de ambos os recenseamentos.
O CD-ROM dos Censos apresentará informação dos catorze Recenseamentos Gerais da População (1864-2001) e dos quatro Recenseamentos Gerais da Habitação (1970-2001).

A informação será estruturada segundo duas nomenclaturas territoriais hierárquicas:

estrutura administrativa para todos os Censos e Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos –NUTS-(1981, 1991 e 2001), ambas desagregadas até ao nível de Freguesia.

Pretende-se organizar hierarquicamente a informação, compreendendo três níveis: **Entidades** (edifício, alojamento, família e indivíduo), **Temas** e **Variáveis**, sendo o primeiro apenas justificável a partir dos Censos 81, inclusive. Nos Censos precedentes os Temas previstos são: Habitação, População (Residente e/ou Presente), Sexo, Estado Civil, Idade e Instrução.

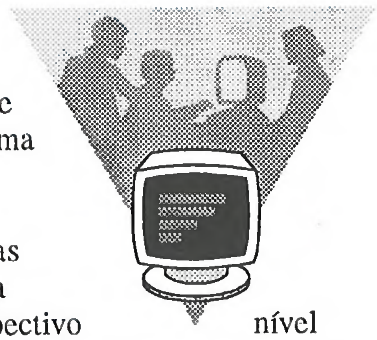
Para os Censos de 1981, 1991 e 2001 prevê-se incluir a quase totalidade das variáveis apuradas com base nas características da habitação, assim como as sócio-demográficas e económicas dos indivíduos, observadas naquelas operações, ou seja, mais de 100 variáveis e de 1000 modalidades nas quais aquelas se subdividem.

O CD-ROM apresentará a possibilidade de elaborar gráficos com a informação nele contida e construir cartogramas relativamente aos últimos dois Censos.

BASE DE DADOS PARA ACESSO DOS UTILIZADORES

Está a generalizar-se a disponibilização de infra-estruturas técnicas que permitem aos utilizadores produzir os cruzamentos que necessitam, sobre bases de dados disponíveis.

A disponibilização de bases de dados censitárias e exaustivas com os registos individualizados das unidades estatísticas dificilmente podia evitar a violação do segredo estatístico, a menos que a referenciação geográfica fosse suficientemente elevada (sempre acima de concelho, nos de menor dimensão), o que acabaria por inviabilizar a maior parte dos objectivos deste tipo de utilizadores.



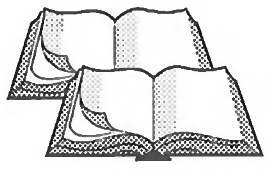
A preparação desta base de dados vai implicar a análise dos dados sob a forma final, para a transformação dos "campos" de algumas variáveis, de modo a garantir que, no respectivo nível de desagregação geográfico-administrativa, não existam menos do que três unidades estatísticas com as mesmas características; assim, e por exemplo, a idade deverá ser transformada em grupo etário, a profissão e o ramo de actividade económica ficarão com menor número de categorias do que aquele que têm na base de dados original, etc..

Esta base de dados será disponibilizada através da Internet, o que equivale a dizer que qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo, vai poder "gerar" os seus próprios apuramentos desde que tenha os conhecimentos mínimos de utilização do "software".

Este produto vai ser apresentado pela primeira vez e temos expectativas bastante grandes de que muitos utilizadores, sobretudo das áreas académica e empresarial, possam produzir quadros adaptados às suas necessidades sem necessitarem de fazer qualquer contacto com o INE.
Por outro lado, está previsto associar esta base de dados a um Sistema de Informação Geográfica, de modo que os dados a produzir possam ser imediatamente enquadrados pela respectiva referência territorial.

SUPORTES DE DIFUSÃO

Todos os suportes de difusão serão utilizados para divulgar os dados dos Censos 2001.

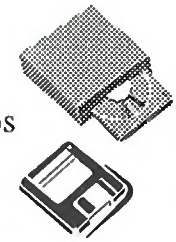


As publicações vão ser utilizadas para a difusão dos principais quadros de apuramentos, metodologias e análises comparativas e de

consistência; assim, teremos:

- A primeira publicação com os resultados preliminares até ao final de Junho de 2001;
- A publicação dos resultados provisórios que esperamos ter pronta até ao final do primeiro trimestre de 2002; de salientar que é uma só publicação nacional, pelo que deverá aguardar o tratamento dos dados de todas as regiões; contudo, e como já foi referido anteriormente, à medida que cada região tem disponíveis os respectivos resultados provisórios, eles são imediatamente disponibilizados através da Internet;
- As publicações dos resultados definitivos, que deverão estar concluídas até ao final do primeiro semestre de 2003, serão as seguintes:
  - Uma publicação por cada Região Nuts II, onde se privilegia a desagregação dos respectivos quadros até concelho e Nuts III;
  - Uma publicação nacional, onde se privilegia a desagregação dos respectivos quadros até Nuts I e II;
  - Uma publicação com a descrição de toda a estrutura metodológica utilizada nos Censos 2001;
  - Uma publicação que deverá revestir a forma de relatório final da operação e onde se fará a análise dos resultados dos Censos 2001, tanto na perspectiva dos respectivos indicadores de controlo e avaliação da qualidade, como na da comparação com outras fontes de dados.

Os suportes electrónicos autónomos (CDs e disketes) também podem ser utilizados para fornecer quaisquer resultados disponibilizados, para além do CDRom descrito anteriormente.



A Internet, para além de ser o único suporte a utilizar na disponibilização da base de dados referida anteriormente, irá ter disponível a informação produzida a partir dos Censos 2001, com especial destaque para um Sistema de Informação Geográfica (SIG) onde os principais dados dos Censos 2001 poderão ser consultados e trabalhados através do acesso permanente à infraestrutura cartográfica (Base Geográfica de Referenciação da Informação) sobre a qual os dados foram recolhidos.

Outubro de 1999
Número 5

BOLETIM INFORMATIVO

CENSOS 2001

XIV RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO
IV RECENSEAMENTO GERAL DA HABITAÇÃO

Nesta edição:

Introdução Pág. 1

BGRI 2001 - O que é? Pág. 2
Definição e conceitos
Construção da BGRI Pág. 2
Estratégia de Colaboração Pág. 2
Entidades Intervenientes Pág. 2
Formas de Colaboração
Institucional Pág. 2

Primeiro Utilizador:
Censos 2001 Pág. 3

Suportes Cartográficos
da BGRI 2001 Pág. 4

Fases da Construção
da BGRI 2001 Pág. 8
Digitalização da BGRE 91 Pág. 8
Construção da versão preliminar
da BGRI 2001 Pág. 8

Validação da versão preliminar Pág. 9
Software Pág. 9

Manutenção do histórico Pág. 10
Geometria Pág. 10

Dados Estatísticos - Integração das
variáveis observadas e apuradas no
recenseamento Pág. 11

GABINETE DOS CENSOS 2001

Av. António José de Almeida
1000 Lisboa
Telefone 21842 61 00
Fax 21842 63 58

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

BASE GEOGRÁFICA DE REFERENCIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

INTRODUÇÃO

As Recomendações das Nações Unidas para os Recenseamentos da População e Habitação dão um especial relevo à importância da utilização da cartografia na execução e difusão dos resultados destas operações estatísticas, sublinhando que **"são necessários mapas adequados para ajudar no planeamento e controlo das operações censitárias assim como no tratamento, apresentação, análise e difusão dos resultados censitários". Além disso, aquelas Recomendações ainda acrescentam que "a delimitação, para fins censitários, das fronteiras territoriais nacionais e internas, assim como das restantes subdivisões do território, constitui uma operação censitária básica e das mais importantes, para além de implicar um período de tempo e esforço bastante consideráveis na preparação destes recenseamentos"**

Na sequência da experiência adquirida com a utilização de meios cartográficos para fins estatísticos, iniciada pelo INE em 1981 para o Recenseamento da População e da Habitação, avançou-se, durante a década de 80, para uma nova base geográfica destinada aos Censos 91, e que foi designada por Base Geográfica de Referenciação Espacial (BGRE 91).

Face à necessidade de continuar a dispor de um instrumento que permita efectuar, com eficácia, uma planificação e um controlo mais rigoroso da recolha dos dados e referenciar geograficamente a informação estatística dos Censos 2001, está em curso no INE, desde 1995, o processo de actualização da BGRE 91 o qual se destina a construir a Base Geográfica de Referenciação de Informação (BGRI), instrumento fundamental de apoio à execução do XIV Recenseamento Geral da População e do IV Recenseamento Geral da Habitação - Censos 2001.

A preparação de uma infraestrutura cartográfica adequada às exigências da realização destes recenseamentos constitui um trabalho bastante exigente e que passa pelo aproveitamento da melhor cartografia disponível no país, para posterior delimitação das respectivas áreas estatísticas e confirmação dos limites administrativos. Para 2001, optou-se por um forte investimento em suportes digitalizados os quais vão permitir constituir um Sistema de Informação Geográfica.

BGRI 2001 - O que é?
Definição e conceitos

É um sistema de referenciação geográfica suportado em informação cartográfica ou ortofotocartográfica em formato digital. Este sistema permite a divisão de cada unidade administrativa de base, a freguesia, em pequenas áreas estatísticas - secções e subsecções estatísticas.

Secção Estatística

Unidade territorial correspondente a uma área contínua de uma única Freguesia com cerca de 300 alojamentos destinados à habitação. Em 1991 existiam cerca de 13700 secções estatísticas e, para 2001, esperamos ter cerca de 14500.

Subsecção Estatística

Unidade territorial que identifica a mais pequena área homogénea, de construção ou não, existente dentro da secção estatística. Corresponde ao quarteirão nas áreas urbanas, ao lugar ou parte do lugar nas áreas rurais, ou a áreas residuais que podem conter ou não alojamentos (isolados). Em 1991 existiam cerca de 107000 subsecções estatísticas e, para 2001, os resultados da actualização da base cartográfica deverão corresponder a cerca de 120000 subsecções.

Lugar

Aglomerado populacional com 10 ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias. O lugar corresponde sempre a uma ou mais subsecções estatísticas.

Construção da BGRI
Estratégia de Cooperação

A construção da BGRI 2001 assenta basicamente na actualização da Base Geográfica de Referenciação Espacial (BGRE 91) constituída pelo INE para apoiar a anterior operação censitária (Censos 91), mantendo a filosofia de divisão do território, protagonizada pela BGRE 1991. Recorrendo às novas tecnologias de informação, o processo de construção da BGRI consubstancia-se na utilização das funcionalidades dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG).
Do ponto de vista funcional, o processo desenvolve-se num ambiente de regionalização, com a participação das Direcções Regionais do INE a par de uma estratégia de colaboração com as instituições produtoras e utilizadoras de informação geográfica.

Entidades Intervenientes
Formas de Colaboração Institucional

A construção da BGRI 2001 é viabilizada através do aproveitamento de sinergias entre o Instituto Nacional de Estatística e os principais organismos produtores e utilizadores de informação geográfica e alfanumérica, nomeadamente o Instituto Geográfico do Exército (IGeoE), o Instituto Português de Cartografia e Cadastro (IPCC) e os CTT - Correios de Portugal.
Ao nível da administração regional e local, de destacar igualmente a intervenção das Associações de Municípios (AMs) e das Câmaras Municipais (CMs) no processo de construção da BGRI 2001.
No que concerne às Autarquias Locais, prevendo-se a existência de cenários de implementação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG's) nas CMs ou estruturas municipais representativas destas, foram

definidas diversas formas de colaboração institucional, visando a construção de uma proposta de BGRI 2001 (parcial ou integral), bem como o acesso a informação geográfica relevante para a construção da BGRI pelo INE:

- Informação cartográfica em grandes escalas, com formato digital ou analógico
- Ficheiros de arruamentos ou plantas com arruamentos para lugares de grande dimensão
- Relação de lugares por Freguesia, tendo por base o ficheiro de lugares dos Censos 91
- Perímetros Urbanos definidos nos PDM ou no âmbito dos protocolos de cooperação
- Identificação, em cartografia, dos grandes projectos de construção concretizados nos últimos dez anos
- Ficheiros de unidades de alojamento/ habitações, por Lugar, Subsecção Estatística ou Secção Estatística
- Informação referente ao nome dos arruamentos e nºs de polícia dos edifícios extremos, para as frentes de quarteirão

Destas formas de cooperação destacam-se 3 tipos de Protocolos de Colaboração assinados com o Municípios e Associações, a saber:

Protocolo de Cooperação

Tipo1

Digitalização da BGRE 91
Edição da BGRE 91
Construção da BGRI 2001

Protocolo de Cooperação

Tipo 2

Edição da BGRE 91
Construção da BGRI 2001

Protocolo de Cooperação

Tipo 3

Validação da BGRI 2001

Primeiro Utilizador: Censos 2001

Os Censos 2001 serão a primeira operação estatística a utilizar os suportes cartográficos da BGRI 2001 com a identificação e delimitação das secções e subsecções estatísticas, como instrumento de apoio à recolha e representação da distribuição espacial da informação.

Nesta operação, cada Secção Estatística deverá constituir a área de trabalho de um recenseador. O número de recenseadores em cada Freguesia será aproximadamente equivalente ao número de Secções Estatísticas delimitadas na área da Freguesia, o que dá uma ideia dos recursos humanos a envolver nesta operação.

Todo o trabalho de recolha da informação estatística dos Censos 2001, a efectuar junto das unidades estatísticas a observar - edifícios, alojamentos, famílias e indivíduos - será apoiado numa pré-codificação, com o fornecimento prévio, a cada recenseador, das cópias da cartografia da respectiva secção e subsecções estatísticas. Os dados estatísticos recolhidos no âmbito desta operação, ficarão georreferenciados ao nível da subsecção estatística.

Suportes Cartográficos da BGRI 2001

Face ao nível de desagregação geográfica, os suportes cartográficos da BGRI 2001 organizam-se em:

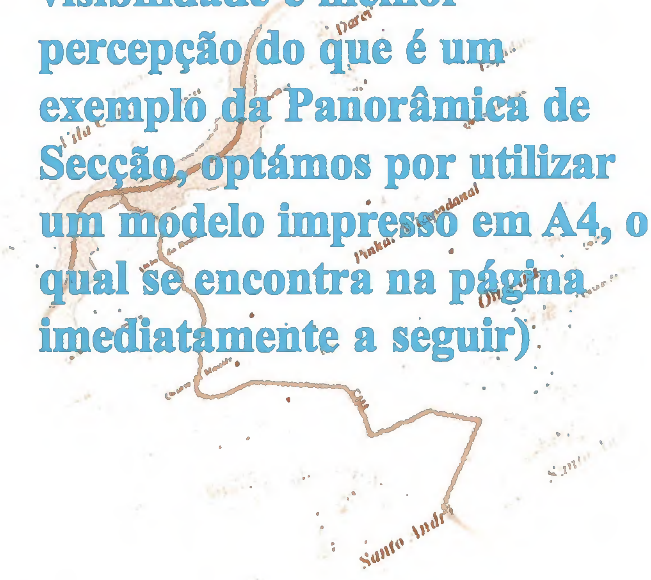
- Cartas Panorâmicas de freguesia
- Cartas Panorâmicas de Secção

As Cartas Panorâmicas de Freguesia

Estes suportes cartográficos estarão disponíveis à escala 1/50 000, 1/25 000 ou 1/10 000, conforme a região a que se referem. Representam a área da Freguesia, objecto de trabalho de um ou mais recenseadores, devendo incluir:

- A delimitação da área total da Freguesia;
- A delimitação e identificação das secções estatísticas;
- A identificação (nome do lugar e respectivos códigos de secção) e localização genérica dos lugares, em cada secção;
- Os seguintes elementos da cartografia de base:
  - Vias de Comunicação
  - Linhas de água, canais e lagos
  - Linhas de alta tensão
  - Construções

(Por razões de espaço, visibilidade e melhor percepção do que é um exemplo da Panorâmica de Secção, optámos por utilizar um modelo impresso em A4, o qual se encontra na página imediatamente a seguir).



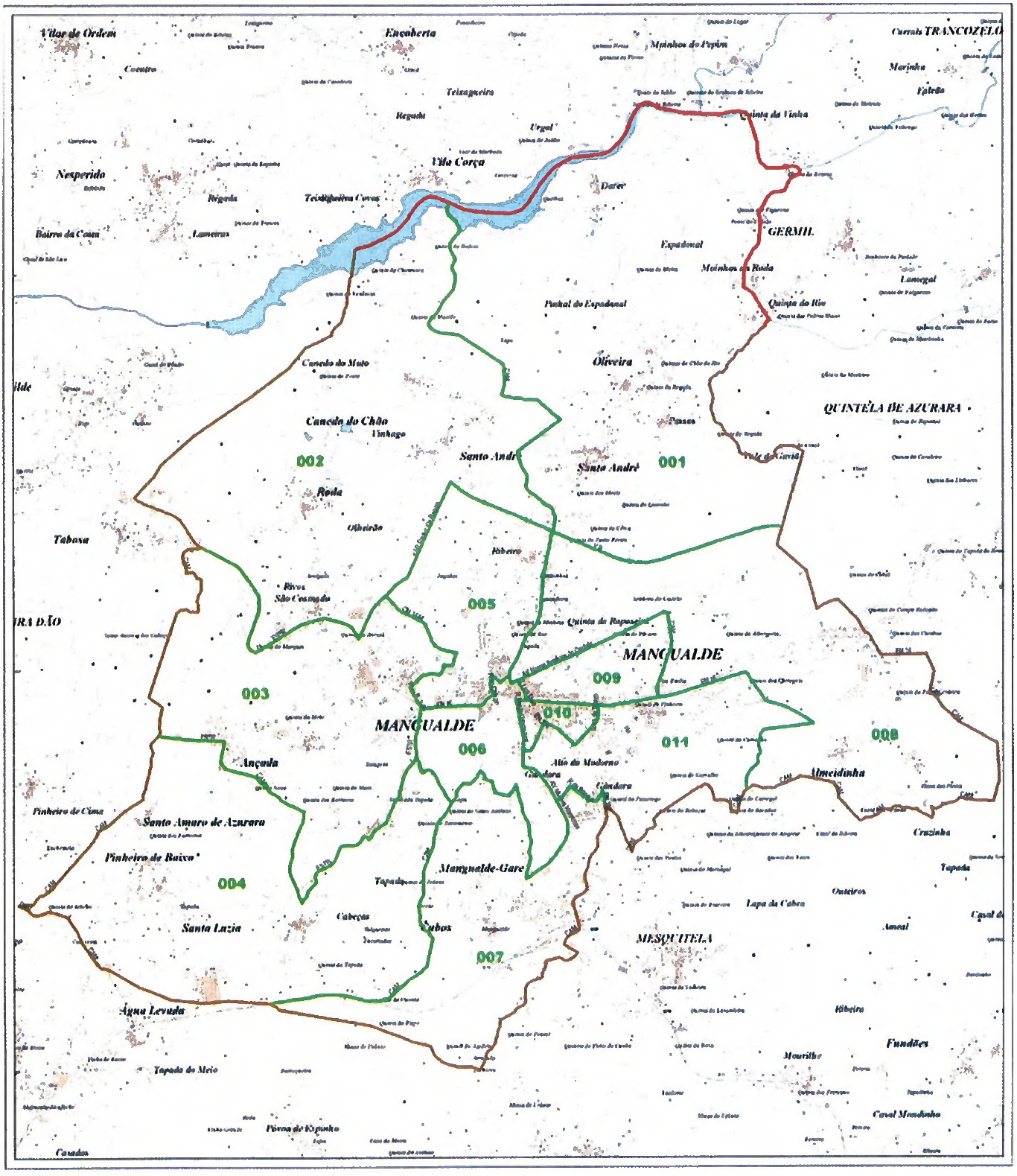
CENSOS 2001

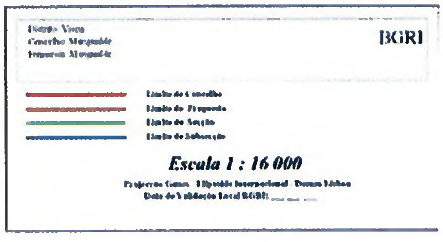
CARTA PANORÂMICA DE FREGUESIA

FREGUESIA DE MANGUALDE (180610)

Distrito: VISEU(18)
Concelho: MANGUALDE(1806)
Nº Secções: (11)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA





As Cartas Panorâmicas de Secção

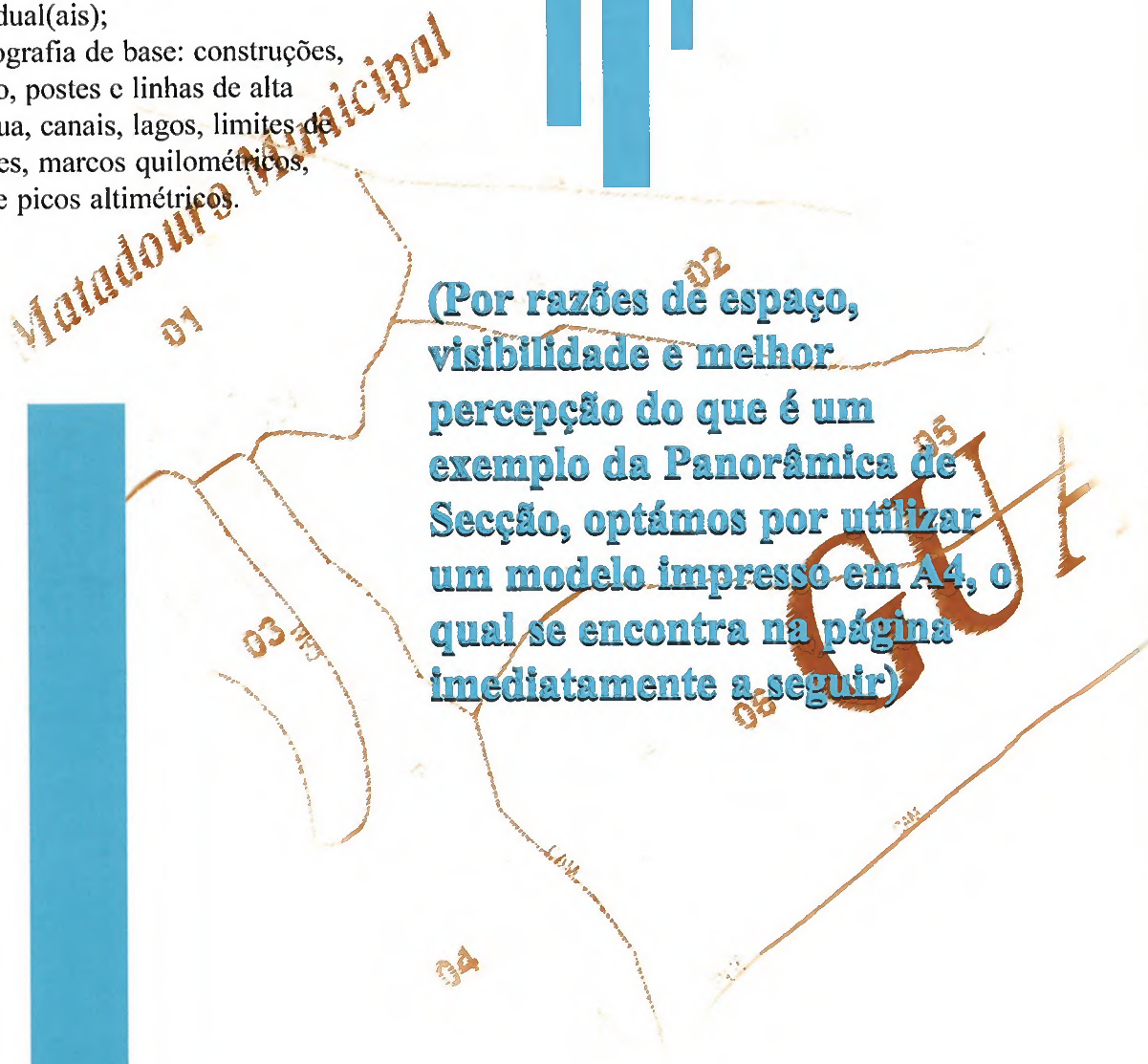
As cartas panorâmicas de secção encontram-se nas escalas 1/10 000, 1/5 000 ou 1/2 000 e permitem uma leitura mais pormenorizada da área de cada secção estatística. Todas as subsecções da secção estatística estarão representadas em cartografia de pormenor.

Cada carta panorâmica de secção possui:

· A delimitação e identificação do(s) lugar(es) da secção estatística (nome/designação do lugar e respectivo código de secção e subsecção estatística);

· A delimitação e identificação da(s) subsecção(ões) residual(ais);

· Elementos da cartografia de base: construções, vias de comunicação, postes e linhas de alta tensão, linhas de água, canais, lagos, limites de mar, muros, vedações, marcos quilométricos, depósitos elevados e picos altimétricos.



(Por razões de espaço, visibilidade e melhor percepção do que é um exemplo da Panorâmica de Secção, optámos por utilizar um modelo impresso em A4, o qual se encontra na página imediatamente a seguir)

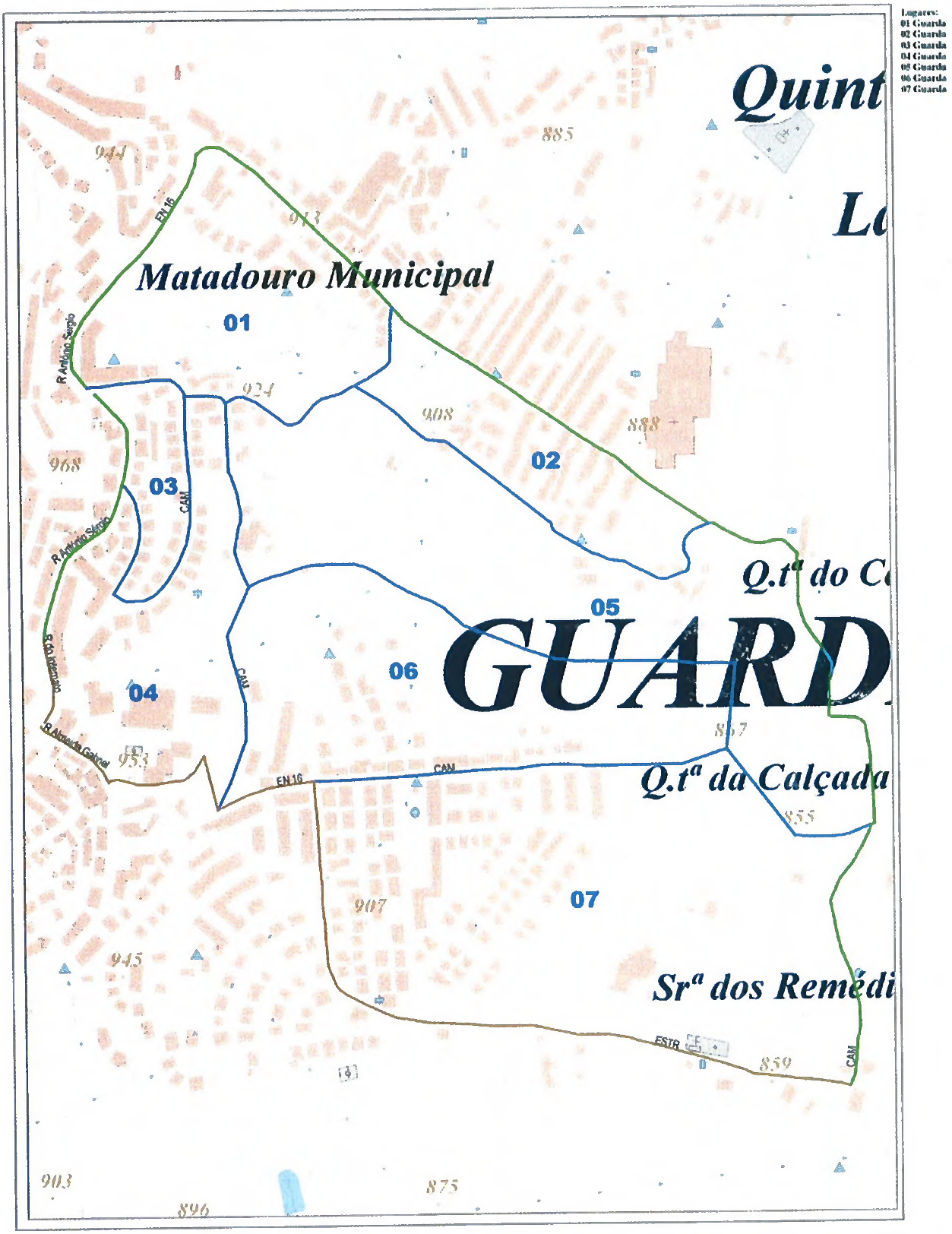
CENSOS 2001

CARTA PANORÂMICA DE SECÇÃO

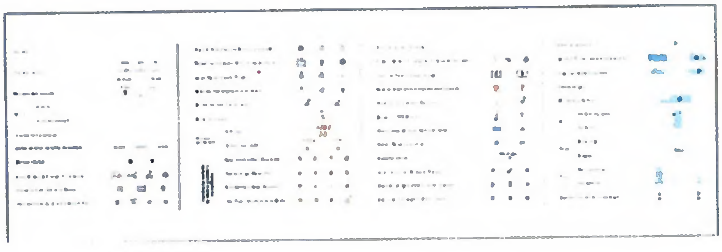
SÃO VICENTE (090741)

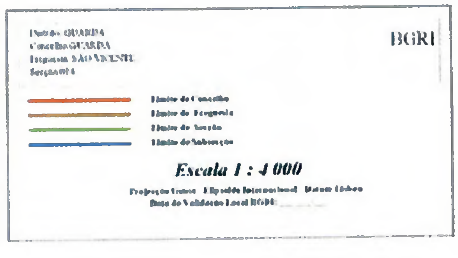
Distrito: GUARDA (09)
Concelho: GUARDA (0907)
Secção: (014)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA



Lugares:
01 Guarda
02 Guarda
03 Guarda
04 Guarda
05 Guarda
06 Guarda
07 Guarda





Fases da Construção da BGRI 2001

A construção da BGRI 2001 foi integrada na preparação de um Sistema de Informação Geográfica (S.I.G.), e envolve as seguintes operações:

1. Digitalização da BGRE 91

Nos termos do Acordo assinado em 97/11/11 entre o INE, o IGeoE e o CNIG (Centro Nacional de Informação Geográfica), a construção da versão digital da BGRE 91 é efectuada pelo IGeoE para cerca de 260 Concelhos, dos 308 existentes em todo o país, a partir da Carta Militar de Portugal à escala 1 : 25 000 deste Instituto, em formato digital. A data de conclusão deste trabalho é Dezembro 1999.

Tendo em vista critérios de homogeneidade e precisão, todos os limites estatísticos da versão digital da BGRE 91 serão construídos a partir da Carta Militar de Portugal à escala 1/25 000 em formato digital. Nos Concelhos onde a digitalização da BGRE 91 foi efectuada pelo INE à escala 1/2000 ou for efectuada pelas AM's e/ou Municípios recorrendo a cartografia de grande escala, a informação constituída deverá posteriormente ser integrada no ficheiro nacional BGRE 91.

2. Construção da versão preliminar da BGRI 2001

Considerando que a BGRI 2001 será um sistema de referenciação geográfica de áreas, apoiado em cartografia ou ortofotocartografia, que deverá respeitar na íntegra os princípios do seccionamento do território efectuado para os Censos 91, a construção da BGRI 2001 assenta na actualização dos limites administrativos e estatísticos correspondentes às secções e subsecções constituídas na BGRE 91 e na associação de ficheiros de unidades de alojamento, que possibilitam uma redefinição do seccionamento estatístico. O processo contempla duas componentes: actualização gráfica e actualização alfanumérica.

A actualização gráfica

A actualização gráfica a efectuar compreende a correcção dos limites estatísticos das Freguesias existentes, a delimitação das Freguesias criadas posteriormente aos Censos 91, a definição de novas subsecções correspondentes a novos quarteirões, novos lugares ou expansão geográfica dos lugares existentes e, ainda, a sua eventual extinção.

Em termos informáticos, a actualização gráfica da versão digital da BGRE 91 será efectuada a partir da informação geográfica de base e actualizada, designadamente a Base Geográfica do Código Postal (BGCP) e a Carta Militar de Portugal à escala 1/25 000, fotografia aérea e outra informação cartográfica relevante e existente noutras fontes, tendo como cobertura em edição uma cópia da BGRE 91. O processo de actualização deverá em particular integrar toda a informação cartográfica recolhida junto das Câmaras Municipais, Associações de Municípios e Gabinetes de Apoio Técnico (GAT's) e também a que for resultante de um processo de observação directa (contagem de alojamentos no terreno).

Actualização alfanumérica da BGRE 91

A redefinição do seccionamento estatístico existente, na base de 300 alojamentos destinados à habitação, por secção estatística, pressupõe a disponibilidade de informação sobre o nº de alojamentos, destinados à habitação, por subsecção estatística. Privilegia-se o aproveitamento de ficheiros administrativos de unidades de alojamentos e a realização de procedimentos automáticos de actualização em alternativa à realização de trabalhos de recolha no campo.

O resultado final é uma cobertura ArcInfo com dois níveis de subsecções estatísticas: um para 1991 e outro para 2001.

Software

Para constituir a Base Geográfica de Referenciação da Informação 2001(BGRI), de uma forma mais adequada e a partir da edição da versão digital da BGRE91, foi desenvolvido um conjunto de funções no software ArcView 3.1, na forma de uma extensão denominada INE - Edição. As suas principais funções são:

1. Disponibilizar um conjunto de ferramentas de edição mais adequadas ao tipo de dados do INE;
2. Ter maior facilidade na actualização dos dados;
3. Automatizar um conjunto de operações necessárias ao desenvolvimento e controlo do projecto.

3. Validação da versão preliminar

A validação local da versão preliminar da BGRI 2001 é efectuada após a conclusão da fase de actualização gráfica dos limites estatísticos da BGRE 91 e a redefinição do seccionamento estatístico (BGRI 2001).

O processo de validação da versão preliminar da BGRI 2001 é eminentemente um processo de validação em gabinete dos limites administrativos e estatísticos propostos, sendo desencadeado um processo de análise conjunta com um interlocutor da Câmara Municipal (CM) e com os Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), por forma a assumir um compromisso de aceitação da versão preliminar da BGRI 2001.

Compete às Direcções Regionais do INE efectuar os contactos com as Autarquias Locais e criar as condições logísticas para o efeito.

Na eventualidade da existência de situações não passíveis de geração de consenso com os PJF, em gabinete e em particular no que respeita aos limites administrativos de Freguesia e limites de lugar, a CM deverá assumir a responsabilidade de apresentar ao INE uma proposta de alteração dos limites da BGRI 2001 ou ratificação da versão preliminar apresentada.

[1] Cobertura ArcInfo – É o método primário de armazenamento de elementos geográficos como pontos, linhas e polígonos num modelo georelacional que associa a localização dos elementos espaciais e dados descritivos.

Durante a fase de validação, pretende-se que seja efectuada a verificação e ratificação de toda a informação referente a:
· Limites administrativos de Freguesia
· Identificação dos lugares (topónimos e perímetros)
· Modelo de seccionamento estatístico proposto
Os suportes cartográficos a validar por cada Município, através das Direcções Regionais do INE, são compostos por um conjunto de Cartas Panorâmicas de Freguesia e por um segundo conjunto de Cartas Panorâmicas de Secção Estatística.

Todas as alterações resultantes da validação local são registadas de forma visível e com legenda no suporte cartográfico fornecido utilizando, para o efeito, marcadores de diferentes cores conforme o tipo de limite. Procede-se, posteriormente, à sua edição com a introdução dos ajustamentos acordados, por forma a produzir a versão final da BGRI 2001 para os Censos 2001.

Manutenção do histórico

1. Geometria

Devido às alterações introduzidas durante o processo de edição da BGRI 2001, os limites das secções/subsecções podem deixar de ser coincidentes com os limites existentes na BGRE 91.

O problema da manutenção do histórico das subsecções estatísticas de 1991 e 2001 equacionou-se nesta fase.

A necessidade de assegurar a comparabilidade da informação estatística produzida para os diferentes momentos censitários e para os níveis geográficos definidos - secção e subsecção estatística - (comparação e tendências de evolução) conduziu à criação de uma Base Mínima Comum (BMC).

A solução encontrada para o problema consiste na agregação das subsecções estatísticas que sofreram alterações, até que a sua delimitação coincida na BGRE 91 e na BGRI2001.

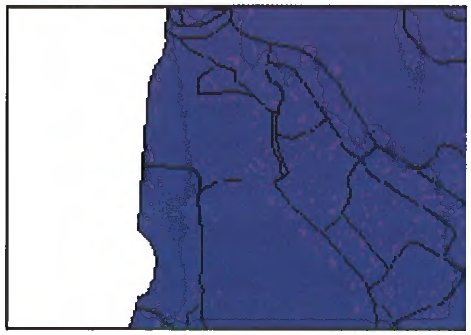


Figura 1 - Configuração dos polígonos da BGRE 91, numa freguesia de Lisboa

Figura 2 - Configuração dos polígonos da BGRI 2001, numa freguesia de Lisboa

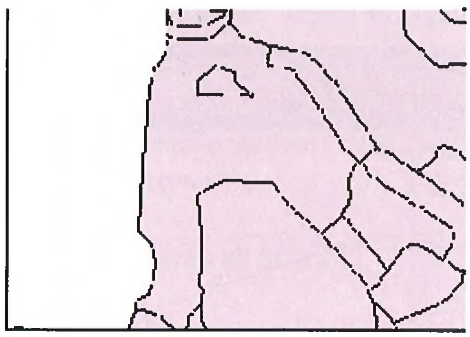


Figura 3 - Resultado da agregação de subsecções

Como podemos observar nas figuras 1 e 2, a delimitação da BGRI 2001 sofreu alterações em relação ao existente em 1991. O resultado da agregação das subsecções está representado na figura 3.

2 . Dados Estatísticos -

Integração das variáveis observadas e apuradas no recenseamento

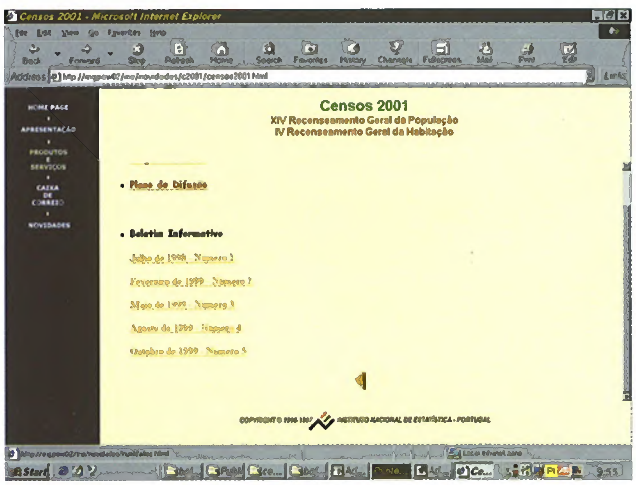
Dada a natureza alfanumérica das variáveis observadas e apuradas nos recenseamentos, a sua integração na BGRI 2001 e a sua associação à base comum (BMC) não constituem qualquer problema. O único requisito necessário é a existência de um campo de identificação comum, entre a Base Mínima Comum e a tabela com a informação retirada dos recenseamentos; à partida, este campo será o código de subsecção.
Para as subsecções que não sofreram alterações de delimitação entre 1991 e 2001, a correspondência entre a base comum e a tabela com a informação retirada dos recenseamentos é directa, ou seja de 1 para 1. Para as subsecções que sofreram alterações e que tenham sido agregadas na base comum, é necessário proceder à soma dos valores censitários dos polígonos que constituem cada agregação da base comum.

Assim, a partir de um concelho, ou freguesia, ou mesmo de um qualquer conjunto de polígonos definidos pelo utilizador, é possível, através de um pequeno programa, desenvolvido na linguagem "Avenue":

- Identificar, de uma forma automática, quais os polígonos que constituem cada agregação;
- Somar os valores censitários dos respectivos polígonos e atribuir o resultado à agregação da base comum.

Aquele programa permite, ainda, seleccionar qualquer variável dos recenseamentos de 1991 e 2001, em função das necessidades do respectivo utilizador. O resultado final é uma tabela com as variáveis seleccionadas, a qual pode ser facilmente associada à base geográfica definida pelo utilizador.

Para mais informações sobre este e outros temas dos Censos 2001, consulte a morada do INE na Internet (www.ine.pt), no directório Censos 2001



BOLETIM INFORMATIVO

Fevereiro de 2000
Número 6

CENSOS 2001

XIV RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO
IV RECENSEAMENTO GERAL DA HABITAÇÃO

Nesta edição:

Introdução Pág. 1
Programa de Comunicação Pág. 2
Mensagem Pág. 2
Objectivos Pág. 2
Mobilização da Opinião Pública para a Aceitação e Resposta aos Questionários Pág. 2
Acções de Comunicação para o Público em Geral Pág. 3
Acções de Comunicação para Segmentos Específicos da População Pág. 3
Promoção da Imagem e Utilidade dos Censos 2001 Pág. 4
Acções de Promoção para a População em geral Pág. 4
Acções de Promoção para Segmentos Específicos dos Utilizadores Estatísticos Pág. 4
Programa de Controlo e Avaliação da Qualidade Pág. 4
Controlo do Processo Produtivo Pág. 5
Inquérito de Qualidade Pág. 6
Análise de Índices e de Fontes Alternativas de Dados Pág. 7

Instituto Nacional de Estatística
Gabinete dos Censos 2001
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA
Telefone Directo: 21 8426210
Telefone Geral: 21 842 61 00
Telefax: 21 842 63 58
e-mail: censos2001@ine.pt

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

INTRODUÇÃO

A Comunicação e a Qualidade constituem dois vectores fundamentais na realização dos Censos 2001. Consciente dessa realidade, o INE pôs especial empenho na preparação de dois programas de trabalho específicos, os quais estabelecem as estratégias e os objectivos a atingir para cada uma destas duas vertentes.

Uma boa campanha de **comunicação** é fundamental para obter a adesão das pessoas a operações estatísticas desta natureza e envergadura, tanto no sentido da aceitação, como no da resposta e devolução dos questionários. De facto, para que se consiga a boa colaboração da população é necessário garantir que todas as famílias tomem conhecimento da realização destas operações estatísticas. Paralelamente, a imagem e utilidade dos Censos 2001 devem transmitir à população a ideia de que ser recenseado faz parte das nossas "obrigações livremente assumidas", o que tipificámos como o "desejo de ser recenseado". A combinação destes dois factores, informação e desejo de pertença ao grupo, é decisiva para que os trabalhos no terreno decorram sem obstáculos significativos e apoiados numa atitude pró-activa da população e das autoridades locais, no sentido de que os Censos 2001 atinjam níveis de qualidade assinaláveis.
Ainda sobre esta matéria, brevemente daremos a conhecer, neste Boletim Informativo, os resultados do Concurso Internacional, realizado recentemente pelo INE, para a selecção da empresa que vai conceber a campanha de publicidade para os Censos 2001.

A **qualidade** é, mais uma vez, uma aposta marcante para os Censos, com dois objectivos principais:

- Garantir que os Censos 2001 tenham níveis de qualidade assinaláveis (tanto na cobertura como no conteúdo);
- Dispor de um rigoroso modelo de controlo e medição da qualidade.

Evidentemente, entendemos que os resultados do primeiro objectivo assinalado dependem fortemente das medidas que o INE ponha em prática. E estas medidas são tanto mais importantes quanto se sabe, à partida, que a qualquer recenseamento está sempre associada uma margem de erro, a qual se pretende, obviamente, que seja o mais baixa possível.
Neste sentido, o Gabinete de Censos 2001 tem vindo a conduzir um forte investimento no controlo do processo de produção da informação, onde se destaca o *SISTEMA DE INDICADORES DE ALERTA* (SIA), com um conjunto de valores estimados para alojamentos e pessoas a um nível de desagregação geográfica bastante fino.
Contudo, os indicadores finais da qualidade dos Censos 2001 vão ser produzidos através de um rigoroso Inquérito de Qualidade, cujos resultados vão permitir apurar os erros de cobertura e de conteúdo.

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

O sucesso de qualquer operação estatística com recolha de dados por entrevista depende, fundamentalmente, da disponibilidade da população para responder aos questionários no momento em que tal lhe é solicitado.

Ora, só é possível garantir esta disponibilidade e accitação para colaborar se for viável efectuar uma larga campanha de divulgação e esclarecimento da realização da operação, dos seus objectivos e da forma como as pessoas podem participar ou serem contactadas.

OBJECTIVOS

Com o programa de comunicação o INE pretende iniciar um processo gradual de reconhecimento e aceitação dos Recenseamentos de 2001 por parte da população em geral e de alguns segmentos populacionais em particular.

Assim, considerou-se que o programa de comunicação deverá bascar-se em dois objectivos estratégicos:

Mobilização da opinião pública para a aceitação destes recenseamentos e resposta aos respectivos questionários

A distribuição e a recolha dos questionários serão fases cruciais na realização destas operações estatísticas. Pretende-se mobilizar a população para colaborar na aceitação, no preenchimento e na devolução dos questionários dos Censos.

Promoção da imagem e utilidade dos dados dos Censos 2001

Uma operação estatística só tem razão de existir se os seus resultados forem oportunos, ou seja, se existir um mercado de procura suficientemente alargado para a sua utilização. Assim, com este objectivo procura-se motivar a população para utilizar os resultados censitários.

MENSAGEM

Ao realizar uma campanha de comunicação para os Censos 2001, o INE pretende transmitir a importância de uma operação estatística desta natureza e envergadura, explicando *o que são, como se realizam e para que servem* os Censos 2001 e abordando, também, aspectos institucionais, nomeadamente a segurança e confidencialidade dos dados individuais.

Esta mensagem deverá atingir todos os potenciais fornecedores e utilizadores da informação do INE, recorrendo a acções de comunicação e promoção dirigidas quer à população em geral, quer a alguns dos seus segmentos, em particular.

MOBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA PARA A ACEITAÇÃO E RESPOSTA AOS QUESTIONÁRIOS

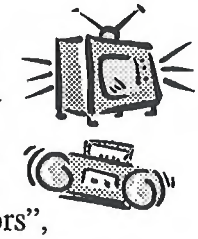
Pela sua natureza, um recenseamento é uma operação estatística de carácter exaustivo, que pretende efectuar um levantamento de dados sobre toda a população. Assim, quando pensamos em "mobilização da opinião pública" estamos a falar de cada uma das pessoas que constituem a população do País.

A campanha de comunicação dos Censos 2001 terá presente que, apesar da mensagem a passar ser uma só, o conteúdo da mesma e respectivos canais de comunicação deverão ser adequados aos diversos segmentos populacionais, como forma de, efectivamente, chegarmos a toda a população.

ACÇÕES DE COMUNICAÇÃO PARA O PÚBLICO EM GERAL

A campanha de comunicação foi desenhada por forma a permitir a apreensão da mensagem por todo e qualquer indivíduo. Para isso, estamos a desenvolver as seguintes componentes da comunicação geral:

- Concepção de uma imagem identificativa dos Censos 2001;
- Concepção de uma frase apelativa (assinatura da campanha) e de um tema musical alusivos à operação;
- Concepção de uma campanha de publicidade, a ser difundida em diversos meios: TV, imprensa, rádio, cinemas, multimédia, "outdoors", transportes públicos;



- Edição de um Boletim Informativo, do qual este é já o nº 6;
- Implantação e divulgação de uma linha telefónica gratuita;

- Concepção de uma revista/livro especial dedicado aos Recenseamentos;
- Preparação de uma página na Internet com "links" a páginas de outras instituições públicas e privadas e organismos associativos;
- Promoção de fóruns de debate;
- Distribuição de material promocional;
- Participação intensa do INE em seminários, "workshops" e conferências.

A maioria das acções previstas para a campanha de comunicação estão orientadas para a prossecução de dois objectivos imediatos:

- **Conseguir que a realização dos Censos 2001 seja do conhecimento de toda a população;**
- **Criar na população interesse em ser recenseada.**

ACÇÕES DE COMUNICAÇÃO PARA SEGMENTOS ESPECÍFICOS DA POPULAÇÃO

Como já foi dito, o programa de comunicação deve ser direccionado de forma diversificada, de modo a "atingir" segmentos de população que, por diversas razões, intervêm ou necessitam de um contacto privilegiado durante a recolha dos dados. Assim, para a concretização destes objectivos, foram já seleccionados estratos da população e instituições. As acções a empreender junto dos segmentos populacionais irão diferir conforme a sua natureza, apesar de o objectivo a atingir ser idêntico.

Os segmentos populacionais seleccionados para este tipo de intervenção são os seguintes:

- Líderes de opinião
- Representantes do poder local
- População escolar
- Jornalistas
- Grupos étnicos
- Os sem abrigo
- Reformados
- População que se dirige aos locais de culto.

PROMOÇÃO DA IMAGEM E UTILIDADE DOS CENSOS 2001

Sendo a componente "difusão do recenseamento" fortemente determinada pela necessidade de utilizar o produto (dados dos Censos 2001), estão previstas acções de "marketing" específicas e complementares às já apresentadas.

De acordo com as potenciais utilizações dos resultados censitários, foram programadas as seguintes acções, para os respectivos "públicos--alvo":

ACÇÕES DE PROMOÇÃO PARA A POPULAÇÃO EM GERAL

As acções a desenvolver para a população em geral terão os seguintes formatos:

- Divulgação dos resultados preliminares através dos órgãos de comunicação social;
- Colocação de anúncios sobre a saída dos resultados em jornais e revistas;
- Produção e divulgação de artigos de análise dos resultados e do seu grau de qualidade;
- Produção e divulgação da análise das séries censitárias dos últimos 100 anos;
- Divulgação dos resultados na Internet;

- "Mailing" dos principais resultados para os clientes registados no INE.

ACÇÕES DE PROMOÇÃO PARA SEGMENTOS ESPECÍFICOS DOS UTILIZADORES ESTATÍSTICOS

Para a promoção da imagem e utilidade dos Censos 2001 foram definidas, também, acções de promoção específicas para grandes grupos de utilizadores :

- Administração Central e Regional;
- Administração Local;
- Comunidade científica e escolar;
- Empresas de estudos de mercado;
- Empresas de grande dimensão;
- Associações profissionais, patronais e sindicais.

PROGRAMA DE CONTROLO E AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

O controlo e a avaliação da qualidade são assumidos como tarefas fundamentais na realização dos Censos 2001, de modo a garantir que o processo produtivo detecte, em tempo oportuno, todos as falhas que possam vir a ocorrer e que os resultados definitivos sejam de inegável qualidade.

Os resultados desta importante operação produtora de estatísticas de base deverão respeitar os princípios do rigor, da oportunidade/actualidade e da coerência da informação estatística.

Os procedimentos de controlo e avaliação da qualidade dos Censos 2001 foram definidos tendo em atenção três elementos de base:

Para dar maior divulgação aos resultados deste programa, prevê-se a sua publicação com o Relatório Final dos Censos 2001, habilitando, assim, os utilizadores com elementos que permitam uma utilização mais consciente, e eventualmente crítica, dos resultados finais dos Censos 2001 e a avaliação da respectiva qualidade.

O programa de controlo e avaliação da qualidade envolve, para além dos técnicos do INE, a participação de entidades externas ao Instituto, provenientes da área científica. Assim, este trabalho está a ser desenvolvido com a colaboração de instituições universitárias a quem o INE solicitou o apoio crítico para a concepção e acompanhamento deste programa.

CONTROLO DO PROCESSO PRODUTIVO

O controlo do processo produtivo assume características algo semelhantes ao de qualquer outra cadeia de produção, através da utilização de instrumentos de controlo da qualidade dos vários elementos susceptíveis de provocar erros.

As actividades previamente seleccionadas para serem sujeitas a este controlo são as seguintes:

- Selecção, formação e avaliação técnica dos intervenientes regionais e locais;
- Distribuição e recolha dos questionários;
- Tratamento dos dados.

Quanto **à selecção, formação e avaliação técnica dos intervenientes regionais e locais**, para além de instrumentos de avaliação dos conhecimentos possuídos e adquiridos, e da transmissão dos níveis mínimos de conhecimento, está em estudo um sistema remuneratório que permita tornar atractiva a execução do trabalho a nível local e regional. Para além disso, foram estruturados modelos de formação que garantem a aquisição de conhecimentos em tempo consideravelmente reduzido (embora assegurando uma duração adequada).

Os instrumentos de controlo a considerar para esta fase são os seguintes:

- Teste de selecção para candidatos à formação;
- Controlos de duração da formação;
- Modelos de avaliação técnica dos conhecimentos adquiridos;
- Modelos de acompanhamento da formação prática.

A **distribuição e recolha dos questionários** constitui a tarefa central e mais determinante na qualidade dos recenseamentos. Deste modo, todos os instrumentos de controlo da qualidade são fundamentais para esta fase.

Para além do controlo individual do trabalho realizado, apostou-se na construção de um "Sistema de Indicadores de Alerta" (SIA) baseado em "valores esperados" ao nível da desagregação geográfica máxima possível (freguesia, para os indivíduos, e secção estatística, para os alojamentos). O SIA permitirá detectar e reverificar situações com divergências significativas entre dados recolhidos no âmbito dos Censos 2001 e os provenientes de outras fontes.
Os instrumentos de controlo a considerar para esta fase são os seguintes:

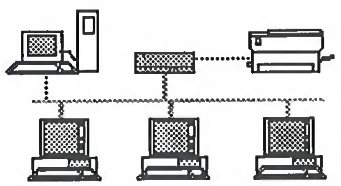
- Nos **controlos individuais**, verificação de indicadores de cobertura e de conteúdo de uma amostra dos questionários distribuídos e recolhidos por cada recenseador. O instrumento a utilizar nesta verificação - questionário de controlo - será aplicado por um elemento da hierarquia imediatamente superior;

- Para o **Sistema de Indicadores de Alerta** (SIA), estamos a construir uma base de dados provenientes de várias fontes (BGRI, EDP, Recenseamento Eleitoral, população escolar, saldos naturais e migratórios da década), por forma a estabelecer um valor esperado para a população e para os alojamentos. A consulta a esta base de dados permite saber, em cada ponto de situação realizado com os coordenadores, quais os desvios existentes. Será possível averiguar o

porquê da existência desses desvios e proceder, se necessário, à respectiva verificação, garantindo que todas as dúvidas, relativas à cobertura dos Censos 2001, possam ser esclarecidas durante o decurso dos trabalhos no terreno e ao nível adequado da respectiva desagregação geográfica. Pretendemos assim analisar, localmente, as possíveis inconsistências entre os dados censitários que estão a ser recolhidos e os dados provenientes de outras fontes.

No **tratamento dos dados,** aposta-se no aumento da automatização do respectivo tratamento, por forma a minimizar os erros e o tempo de processamento, nomeadamente na utilização da leitura óptica, no alargamento da codificação automática dos campos alfabéticos e no reforço das correcções automáticas. Contudo, é previsível que em todos estes sistemas existam limiares de decisão que coloquem problemas de qualidade.
Enumeram-se abaixo alguns dos instrumentos de controlo a utilizar:

- Controlo de qualidade da leitura óptica;
- Contagens de correcções efectuadas;
- Controlo por amostragem da qualidade do registo;
- Controlo da quantidade de registos.



INQUÉRITO DE QUALIDADE

Uma operação estatística com a natureza e dimensão de um recenseamento da população, por melhor que seja a metodologia escolhida para a realizar, terá sempre e inevitavelmente uma margem de erro associada. O importante, ao delinear um programa de controlo e avaliação da qualidade para um recenseamento não é somente definir modelos de controlo da qualidade, por forma a minimizar os potenciais erros, mas também definir medidas de avaliação e quantificação rigorosas da margem de erro, por forma a aferir a qualidade da informação produzida.

Para os Censos 2001 está prevista a realização de uma segunda operação estatística independente, concebida especialmente para a avaliação da qualidade, usando uma amostra de unidades geográficas e estatísticas do recenseamento: o **Inquérito de Qualidade**. Os seus dados deverão ser válidos até ao nível de NUTS II (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira).
O inquérito de qualidade é o verdadeiro instrumento de medida definitiva da qualidade dos Censos 2001 e, por isso, será rodeado de cuidados muito especiais, tanto na sua preparação como na sua execução. Será realizado imediatamente após as operações de campo de cada área escolhida e por entrevistadores especializados e diferentes dos que fizeram a primeira recolha de dados.

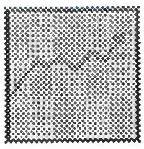
Este inquérito é desenhado e executado tendo em conta os seguintes objectivos:

- Avaliar o erro de cobertura de cada uma das unidades estatísticas observadas;
- Avaliar os erros de conteúdo das variáveis e respectivas modalidades, para cada unidade estatística.

A execução do inquérito de qualidade baseia-se no princípio de que a segunda observação funciona como modelo de "informação correcta", sendo as diferenças em relação à primeira observação (recolha censitária) consideradas como erros de cobertura ou conteúdo. Assim, a qualidade e isenção da segunda observação obriga a um importante conjunto de cuidados que vão desde a qualidade da preparação dos respectivos entrevistadores até ao processo de execução e tratamento dos dados, passando até por uma auditoria externa que reforce a credibilidade do inquérito.

Este inquérito de qualidade pós-censitário e os seus resultados deverão constituir-se no "certificado de qualidade" dos Censos 2001.

ANÁLISE DE ÍNDICES E DE FONTES ALTERNATIVAS



Os recenseamentos da população e da habitação são, habitualmente, objecto de estudos e de produção de um conjunto de índices que permitem avaliar a coerência de uma parte do seu conteúdo, em termos qualitativos. Por outro lado, a disponibilização dos dados definitivos permite a comparação com os dados provenientes de outras fontes, o que leva os utilizadores a estabelecer comparações. Tais comparações poderão ser melhor interpretadas e analisadas se lhes forem proporcionados indicadores adequados , através de um documento ou publicação onde se faça essa análise.

Assim, os indicadores da análise da qualidade a disponibilizar neste âmbito são os seguintes:

- Produção e análise comparativa dos Índices de Whipple, de Irregularidade, Combinado das Nações Unidas, e de Myers, e da equação da concordância, para os três últimos recenseamentos realizados; esta análise deverá ser regionalizada, pelo menos, até NUTS II;

- Análise comparativa dos resultados dos Censos 2001 com outras fontes de dados disponíveis e susceptíveis de serem comparados com os censitários, sendo de destacar o recenseamento eleitoral, os quadros de pessoal e o saldo natural.

Deste modo, temos fortes expectativas de que os dados dos Censos 2001 venham a constituir uma peça fundamental na série censitária portuguesa, contribuindo para o pleno conhecimento estatístico da população e da habitação no nosso País.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Visite o INE na Internet www.ine.pt

ou contacte-nos para:

Instituto Nacional de Estatística
A/c Gabinete dos Censos 2001
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA

Telefone Geral: 21 842 6100
Telefone Directo: 21 8426210
Telefax: 21 842 63 58

e-mail: censos2001 @ine.pt

boletim informativo

Nesta Edição:

Pág.

Nesta Edição:

Introdução 3

Um Grande Estudo, Uma Grande Campanha 4

Acima de Tudo Um Instrumento de Apoio 4

Uma Maneira Concertada de Comunicar 5

Estrutura da Campanha 6

Ninguém Será Esquecido nesta campanha 6

LOGOTIPO Censos 2001 - Uma Imagem Forte 7

CENSOS 2001

XIV Recenseamento Geral da População
IV Recenseamento Geral da Habitação

Maio de 2000 • Número 7

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

Introdução

Como já deve ter notado, a imagem gráfica deste número do Boletim Informativo dos Censos 2001 tem diferenças bastante evidentes em relação à dos anteriores números.

De facto, este novo arranjo gráfico é já um primeiro resultado do concurso internacional que o INE lançou em 1999, para a escolha de uma proposta de campanha integrada de publicidade para os Censos 2001. O resultado desse concurso correspondeu à classificação, em primeiro lugar, da proposta apresentada pela empresa **Interplus** e cujo conteúdo este número do Boletim procura descrever, através das "linhas de força" que a campanha vai adoptar para fazer passar a mensagem da importância da participação nesta operação censitária. Um dos elementos marcantes da campanha é o logotipo cuja ideia dominante é a da contagem, simbolizada pelo ábaco. Embora os Censos 2001 sejam bastante mais do que uma simples contagem, como já foi explicado num número anterior deste Boletim, é uma ideia que consideramos feliz, porque apela a algumas das imagens que marcaram o imaginário de muitas pessoas, no ensino pré-primário e primário, quando lhes foram transmitidas as primeiras noções de contagem.

Na sequência do que foi desenvolvido no número 6 deste Boletim Informativo, quando abordámos o Programa de Comunicação para os Censos 2001, as campanhas de publicidade são um instrumento fundamental para conseguir a colaboração das pessoas numa operação estatística que tem de ser participada, sobretudo, na base da motivação individual e colectiva. Embora exista a imposição legal e as respectivas sanções para a não participação, pretendemos que o "móbil" da participação dos cidadãos seja, sobretudo, o resultado de uma percepção da importância colectiva que representa a resposta aos questionários dos recenseamentos.

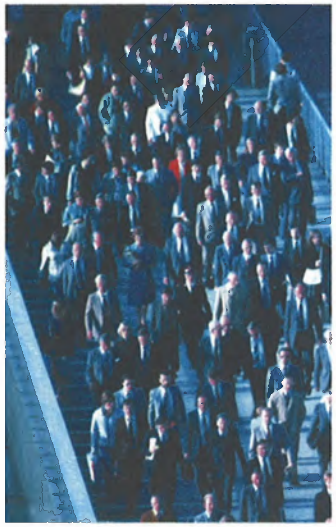
O conjunto de acções publicitárias que vai ser executado apela ao "sentir colectivo" e integra as componentes destinadas ao "público em geral" e a alguns grupos específicos de população que, de alguma forma, funcionam como elementos "redifusores" da mensagem (líderes de opinião, autarcas, professores, estudantes, ministros de culto) ou constituem sectores difíceis de recensear, como é o caso dos desabrigados e alguns grupos étnicos.

Estamos convictos que, com esta estrutura da campanha de publicidade, a mensagem vai ser passada de forma suficientemente eficaz para que ninguém desconheça a importância de ser recenseado.

CENSOS 2001
XIV Recenseamento Geral da População
IV Recenseamento Geral da Habitação

Um Grande Estudo, Uma Grande Campanha

O próximo ano vai testemunhar a realização da maior operação estatística feita em Portugal, os CENSOS 2001. Uma tarefa de importância estratégica fulcral para o país e a referência por excelência para o conhecimento das diferentes características da população e da habitação. Num momento em que se assiste, noutras nações da Europa, a crescentes dificuldades em obter a participação da população, o INE procura ultrapassar eventuais dificuldades com um plano de comunicação exaustivo. Um plano que não deixa ninguém de fora.



Os CENSOS 2001 são mais do que um estudo, são o retrato do país. E este retrato espelha não só as características do presente, como também a capacidade de realizar tarefas complexas no presente e no futuro. E um factor importantíssimo para o sucesso dos CENSOS é a adesão da população.

Por isso, quando os Recenseadores entrarem em campo não estarão sozinhos. Todo um trabalho de informação e motivação à participação da população, nos primeiros CENSOS do século XXI, já terá sido desenvolvido e acompanhará as fases de distribuição, preenchimento e recolha dos questionários.

Para potenciar a adesão da população, o INE estará presente nos principais meios de comunicação com uma campanha desenvolvida por uma agência de publicidade "Interplus".

Acima de Tudo Um instrumento de Apoio

Os objectivos da campanha são muito claros:

- Informar sobre a realização dos Censos 2001
- Motivar a resposta aos dados solicitados
- Mobilizar a população para aceitar, preencher e devolver os questionários

Uma segunda fase, pós censitária:

- Promover a importância e utilidade da informação produzida
- E potenciar a sua posterior utilização.

Para conseguir alcançar os objectivos acima enunciados, é necessário ter uma forte presença nos mais variados meios de comunicação. Desde os meios tradicionais como a televisão, rádio, imprensa e publicidade exterior, aos mais recentes como a internet e a multimedia. Se os CENSOS são uma grande operação de recolha de informação, também a campanha publicitária deverá reflectir essa dimensão.

Uma Maneira Concertada de Comunicar

O caminho que a agência de publicidade seguiu para que a mensagem publicitária resulte em pleno, aborda uma componente racional e considera elementos de índole emocional. Não basta, segundo a agência, falar à cabeça das pessoas, é preciso tocar-lhes no coração.

Componente Racional	Componente Emocional
Explicação sobre como se realizam e para que servem os Censos 2001. *Referência à confidencialidade dos dados obtidos, à obrigatoriedade de resposta e ao facto dos recenseadores serem credenciados pelo INE.* *Apelo à colaboração no preenchimento dos questionários.* *Sublinhar a facilidade e rapidez das respostas.*	*A emoção associada ao sentimento nacional,* *A emoção da Participação,* *A emoção de Pertencer a um Grupo* *A emoção de Contribuir para Fazer a Diferença.*

É sobre as questões relacionadas com o *futuro* que residirá a promessa principal da mensagem publicitária. Afinal,

OS CENSOS 2001 RESPONDEM
A QUESTÕES FUNDAMENTAIS PARA PORTUGAL.

Como conseguir a participação de todos?
Que ganham as pessoas em colaborar?
Porquê perder tempo com um indivíduo que não conheço?
A minha vida privada só a mim interessa!

Estes são alguns dos travões que a mensagem publicitária terá de ultrapassar, para que o Recenseador possa executar a sua função em pleno. Não podemos oferecer prémios caros pelo preenchimento do questionário, mas podemos oferecer o sentimento do dever cumprido.

Este sentimento poderá, à primeira vista, parecer irrelevante mas na realidade não o é. Senão vejamos. Faz parte do nosso passado recente a adesão maciça a determinados eventos: a "feijoada da ponte", o logotipo humano do Euro 2004 e – numa vertente mais nobre - as manifestações por Timor.

Estas mobilizações, quer planeadas quer espontâneas, permitem-nos concluir que têm por detrás algumas motivações que deverão integrar a mensagem publicitária.

O apelo à participação nos CENSOS 2001 será feito, também, através da responsabilização.

TODOS JUNTOS SOMDS A BASE
PARA DECIDIR O FUTURO DE PORTUGAL.

Estrutura da Campanha

A campanha irá decorrer em diferentes fases, cada uma com um objectivo específico.

1ª Fase - Fase "Teaser"

Nesta altura será criado um momento de "suspense"; será dado o alerta para um dia que se aproxima. Dizermos que no dia 12 de Março algo importante irá acontecer.

2ª Fase - Fase Pedagógica e Comportamental

Nessa altura será desvendado o mistério criado. Será transmitido às pessoas, recorrendo a uma linguagem simples e apelativa, o que se passará no dia 12 de Março, a sua importância, a necessidade de participar, os benefícios que daí advêm. O que são os CENSOS e para que servem.

Esta fase pedagógica é imperiosa pois, conhecendo as pessoas o que acima mencionámos, estamos a aumentar a probabilidade de resposta ao questionário. Nesta fase as pessoas serão motivadas a receber os questionários, preenchê-los e entregá-los ao Recenseador.

3ª Fase - Fase Comportamental

O objectivo desta fase da campanha é apenas um: motivar as pessoas que ainda não entregaram os questionários para que o façam; e, em caso de dúvida, que se dirijam à sua Junta de Freguesia.

Ninguém Será Esquecido nesta Campanha

A campanha publicitária será o mais abrangente possível. De tal modo, que não basta comunicar com todos os cidadãos residentes (presentes ou não no momento censitário) ou apenas presentes no território nacional, independentemente da sua nacionalidade.

É necessário, sobretudo, incentivar alguns grupos de população. Assim, o INE irá chegar, de forma diferenciada, a alguns segmentos específicos da população, nomeadamente:

Líderes de opinião; Órgãos de poder local; População escolar; Grupos étnicos; Pessoas "sem abrigo"; Reformados.

Como anteriormente mencionámos não é suficiente falar com a população em geral; é necessário estruturar a forma como se alcança e preenche as expectativas que um trabalho desta natureza cria em diferentes segmentos da população.

Para além da presença nos meios de comunicação social, outras formas de veiculação da comunicação publicitária serão desenvolvidos.

Recorrendo a instituições de apoio aos ***Sem-abrigo***, chegar-se-á junto de um segmento da população com quem dificilmente se estabelece o contacto. Nos CENSOS 2001 **todos contam e com igual importância**.

A divulgação da campanha, em suportes que os ***Decisores*** das empresas tenham por hábito consultar, é também necessária. Pois, os CENSOS 2001 não atingirão inteiramente os seus objectivos se as pessoas singulares e colectivas não consultarem os seus dados.

Educar as camadas mais ***Jovens*** da população e chamá-los à atenção para a importância dos CENSOS 2001, tem dois objectivos. Um, a longo prazo, que diz respeito ao conhecimento dos CENSOS e sua utilidade; outro, a curto prazo, que é o deste segmento da população influenciar os pais, levando-os a interessarem-se pelo preenchimento e entrega dos respectivos questionários.

Também os ***Deficientes*** serão abordados de uma forma específica, através das respectivas associações.

Comunicar com os ***Grupos étnicos*** é integrá-los na comunidade do país e, consequentemente, potenciar a sua participação.

Os ***Reformados*** serão contactados através da presença de material publicitário nas Casas do Povo, Lares e afixação de Cartazes em locais públicos.

A campanha publicitária dos CENSOS 2001 é um projecto deveras ambicioso que, a exemplo do que sucede com o empenho do INE, também contará com a participação das Autarquias e a competência da agência de publicidade. Os dados destes recenseamentos são muito importantes para Portugal, pelo que o desenvolvimento desta campanha se reveste de uma grande responsabilidade.

LOGOTIPO CENSOS 2001

Uma Imagem Forte

CENSOS 2001

XIV Recenseamento Geral da População
IV Recenseamento Geral da Habitação

A História:

Um logotipo deve reflectir a imagem da Instituição que representa. É o elemento mais visível na comunicação e, consequentemente, o mais importante.

A agência de publicidade inspirou-se na essência de qualquer censo: **a contagem**.

Se recuarmos no tempo, surpreendemo-nos com as idades longínquas em que já se realizavam os Censos. Trabalhos que mantêm toda a sua utilidade para o estudo dessas épocas e evolução das sociedades. Constituem, ainda hoje, referências e, como tal, nunca deverão ser esquecidos.

Nos dias de hoje, o método de trabalho é substancialmente diferente. Em grande parte devido ao avanço científico que se reflecte na própria estatística, na maneira como se recolhem os dados, no modo como são processados e transformados em informação válida; até a disponibilização dos resultados ao público é diferente.

As Formas:

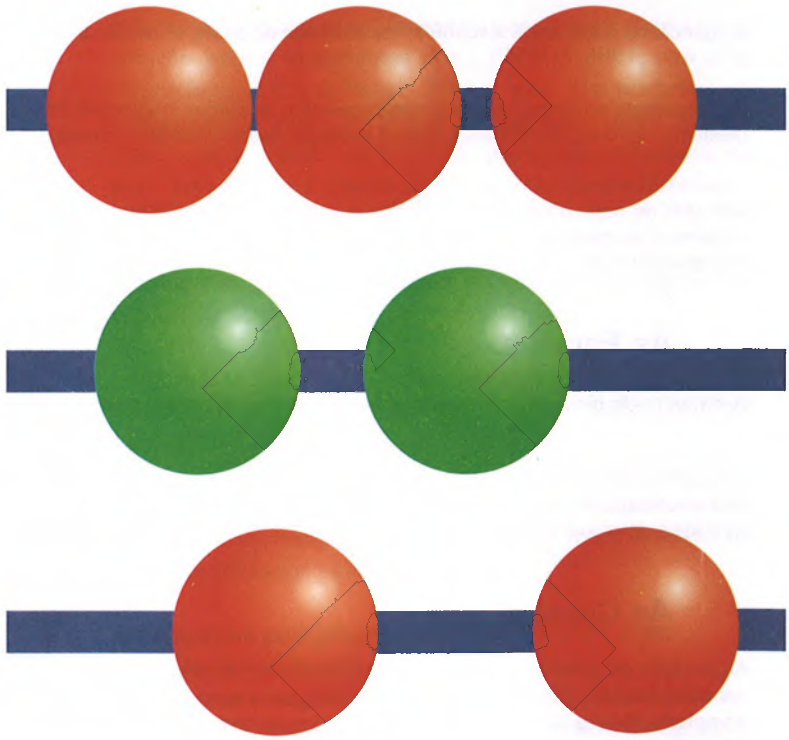
A componente histórica encontra-se presente através de uma simbologia universal que representa a contagem.

Enquanto o avanço tecnológico, característico da actualidade e presente nos CENSOS 2001, foi explorado recorrendo a um tipo de letra em 3D, que se encontra no imaginário das pessoas como sendo "algo de científico", a própria carga sentimental do ano 2001 também ajuda a enfatizar esta ideia de modernidade.

As Cores:

A utilização da cor azul reforça a ideia de progresso; afinal azul é o mar por onde os nossos antepassados descobridores partiram à descoberta de novos mundos e azul é o céu, uma nova etapa na busca de conhecimento. E, também, porque o azul é a cor que representa a constância e a verdade. Inspira serenidade, paciência e perseverança. Características que estão presentes na execução de uma operação estatística deste género.

A adesão e identificação com os CENSOS 2001, por parte da população residente no território nacional, faz-se através da utilização das cores nacionais. Assim, faz-se apelo a emoções ligadas à pátria, sobretudo para a população portuguesa que é a mais representativa.



Gabinete dos Censos 2001
Avenida António José de Almeida - 1000-043 Lisboa
Telef.: 21 842 61 00 - Fax: 21 842 63 58
E-mail: censos2001@ine.pt

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

boletim informativo

Nesta edição:

	Pág.
A ORGANIZAÇÃO DOS CENSOS 2001	1
QUEM É QUEM NOS CENSOS 2001?	2
QUEM FAZ O QUÊ NOS CENSOS 2001?	3
QUE FORMAÇÃO NOS CENSOS 2001?	6
COMO SE SISTEMATIZA A ORGANIZAÇÃO E CONTROLO DO TRABALHO DE CAMPO?	7
ALGUNS NÚMEROS DA ORGANIZAÇÃO DOS CENSOS 2001 NA FASE DO TRABALHO DE CAMPO	8

CENSOS 2001

XIV Recenseamento Geral da População
IV Recenseamento Geral da Habitação

A ORGANIZAÇÃO DOS CENSOS 2001

Os recenseamentos são operações de carácter exaustivo, cujo principal objectivo se prende com a contagem e caracterização de uma população, em determinado momento bem definido no tempo.

Os recenseamentos gerais da população e da habitação realizam-se de dez em dez anos e envolvem a utilização de enormes recursos humanos, financeiros e físicos; tal utilização, que se pretende racional, exige uma forte organização, apoiada em estruturas de vários níveis, para além do INE, com especial destaque para as autarquias locais. Estas têm hoje um conhecimento da ocupação do território e dos "modos de vida" da população que se tornam fundamentais para garantir uma cobertura estatística exaustiva da população e da habitação.

Os próximos recenseamentos da população e habitação serão realizados em 2001 e, para enquadrar legalmente a intervenção de todas as entidades a envolver na sua organização, foi publicado o Decreto-Lei nº 143/2000, de 15 de Julho.

Para uma melhor percepção de toda a estrutura executiva dos trabalhos de campo e das funções dos intervenientes regionais e locais, resolvemos dedicar este número do Boletim Informativo ao modelo organizativo e de formação do pessoal a envolver nos Censos 2001. Esperamos que seja suficientemente elucidativo, tendo também em conta o objectivo de ser sintético!

Setembro de 2000 • Número 8

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

Quem é quem nos Censos 2001?

A organização dos Censos 2001 apoia-se na estrutura administrativa do País, dando o INE o apoio técnico com vista à execução prática dos trabalhos de campo.
Intervêm na realização dos Censos 2001 as seguintes entidades:

- A Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2001 (SEAC), do Conselho Superior de Estatística;
- O Instituto Nacional de Estatística (INE);
- O Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) e a Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM);
- As Câmaras Municipais;
- As Juntas de Freguesia.

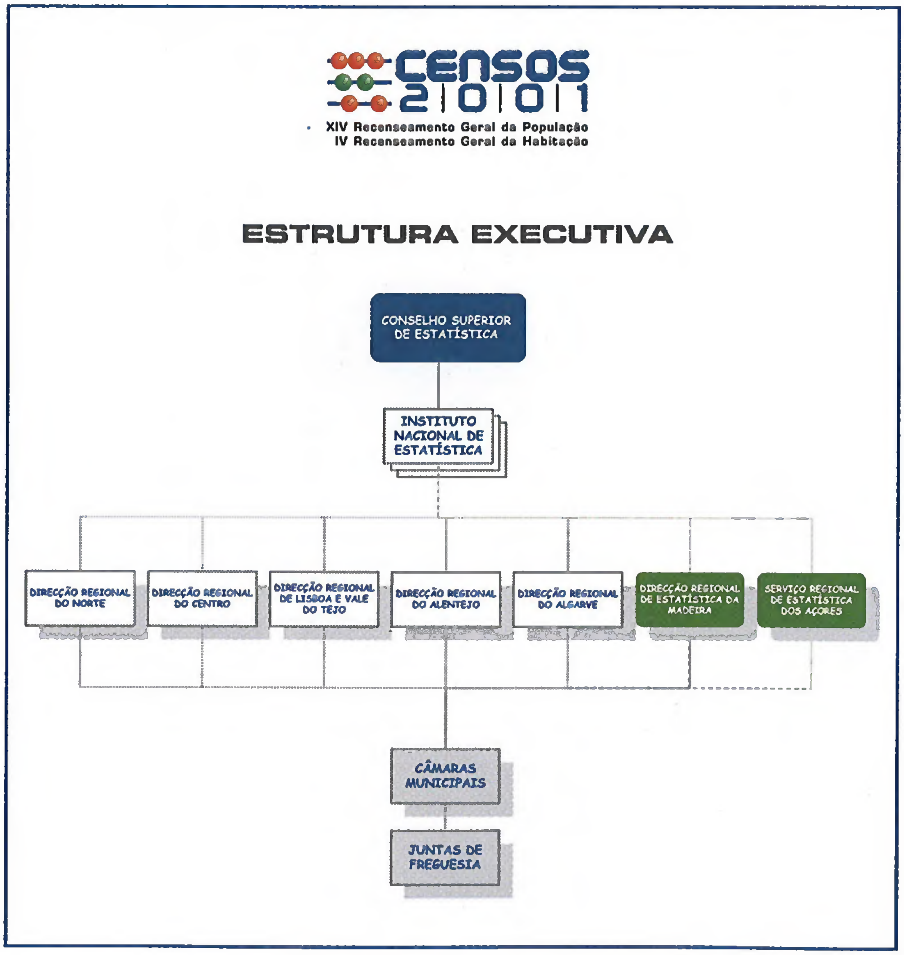
▶ O **Conselho Superior de Estatística** é, através da SEAC, o órgão superior de orientação e coordenação dos Censos 2001. À SEAC compete:

- Analisar e aprovar o programa dos recenseamentos e o respectivo plano de difusão dos resultados;
- Acompanhar todo o processo de execução das várias actividades;
- Proceder à sua avaliação final.

▶ O INE assegura a concepção e a coordenação nacional dos recenseamentos, através do Gabinete dos Censos 2001.

No **Continente**, são as Direcções Regionais do INE que asseguram a coordenação regional da execução do projecto no âmbito da sua NUTS II (Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos de nível II).

O **Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)** e a **Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM)** coordenam e executam os recenseamentos no território das respectivas Regiões Autónomas.

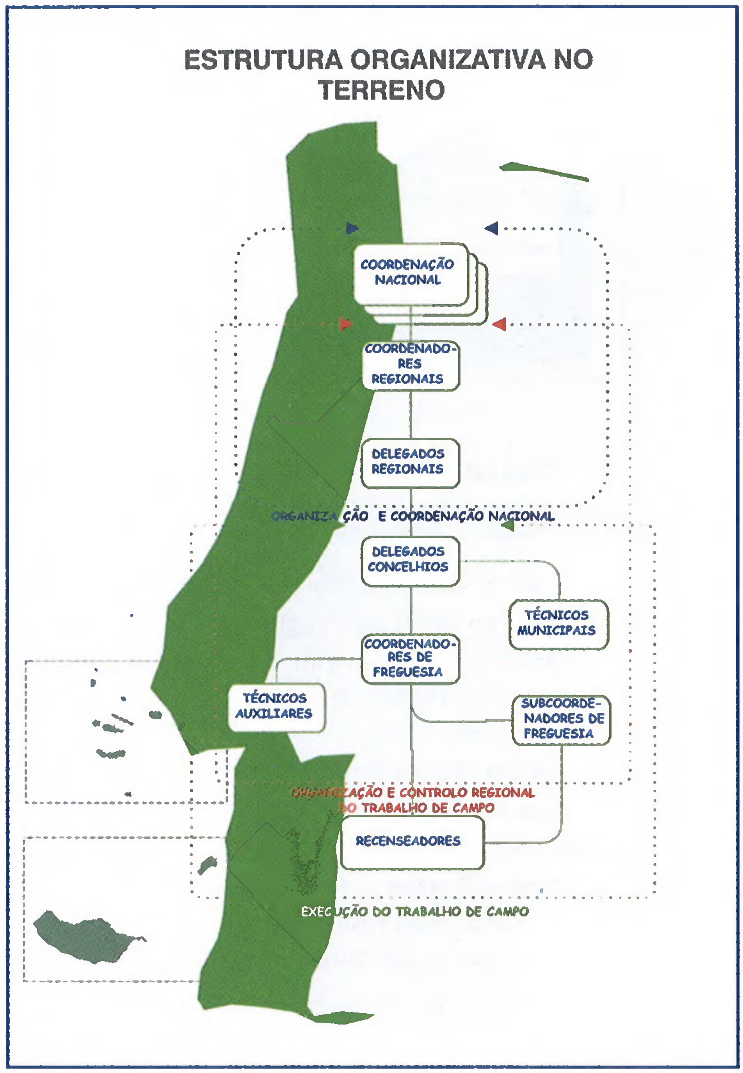


Ao **nível local**: de acordo com a legislação para os Censos 2001 (Dec. Lei nº 143/2000 de 15 de Julho), parte das tarefas dos recenseamentos serão descentralizadas para os órgãos do poder local (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), por serem estas as entidades que melhor conhecem o território sobre o qual têm poder de jurisdição.

Quem faz o quê nos Censos 2001?

A estrutura executiva, atrás apresentada, depende em grande medida de meios relativamente avultados e em especial de milhares de pessoas recrutadas, temporariamente, como Recenseadores.

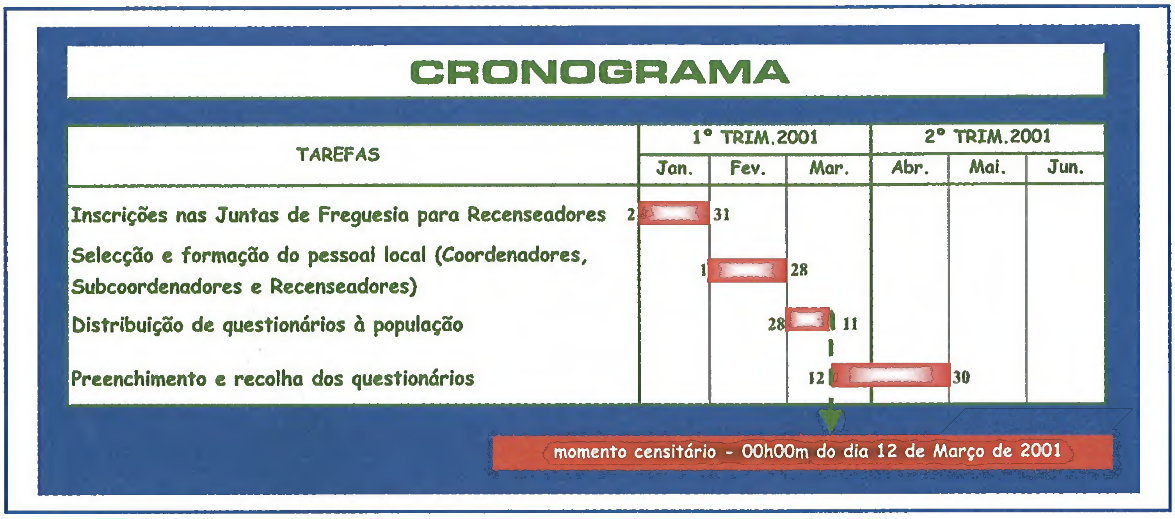
Para implementar aquela estrutura foram definidos vários níveis funcionais e as correspondentes responsabilidades, que vão desde a coordenação nacional até ao nível local. Estes níveis de responsabilização, ilustrados no esquema da estrutura organizativa no terreno, baseiam-se na organização estatística do Continente e das Regiões Autónomas e na estrutura administrativa local (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia).



- Os **Recenseadores** constituem a base da pirâmide da estrutura executiva; são responsáveis pela execução do trabalho numa área determinada (secção estatística) e é a eles que compete a distribuição dos questionários à população, e posterior recolha, durante o período previsto para a execução do trabalho de campo. De acordo com as previsões feitas pelo INE, estima-se que seja necessário recrutar e formar cerca de 16 000 pessoas como Recenseadores. **O seu recrutamento será feito através da inscrição nas respectivas Juntas de Freguesia de residência. Está previsto difundir anúncios na televisão, para o seu recrutamento, durante o mês de Janeiro de 2001.**

Pelo facto de envolver recursos humanos desta dimensão, todos os níveis acima do Recenseador são estruturados e dimensionados em função das tarefas de organização, coordenação e controlo. O trabalho dos Recenseadores será directamente supervisionado por Coordenadores e Subcoordenadores de Freguesia.

O cronograma que a seguir se apresenta permite uma melhor visualização dos períodos de tempo em que vão ocorrer as principais tarefas locais:



▶ Aos **Coordenadores de Freguesia** competem as seguintes tarefas:

- Promoção e divulgação das actividades censitárias ao nível da Freguesia;
- Verificação e confirmação da chegada, às Freguesias, de todo o material a utilizar no recenseamento;
- Organização e coordenação do trabalho de campo na Freguesia;
- Controlo do ritmo e da qualidade do trabalho dos Recenseadores;
- Organização e arrumação de todos os questionários e instrumentos auxiliares preenchidos.

▶ Os **Subcoordenadores de Freguesia** apenas existem em Freguesias com mais de 6 secções e as suas funções são:

- Coadjuvar o Coordenador de Freguesia;
- Coordenar e controlar os Recenseadores, apoiando-os tecnicamente;
- Efectuar a verificação final dos questionários recolhidos pelo Recenseador e entregar o trabalho devidamente verificado ao Coordenador.

Em algumas Freguesias de grande dimensão, está ainda prevista a colaboração de um **técnico auxiliar** cujas funções são assegurar a operacionalidade e fazer o registo de dados na aplicação informática, preparada para organizar e controlar a execução dos trabalhos no terreno.

Ao nível do concelho existem duas pessoas com funções de coordenação e apoio aos trabalhos concelhios: o Delegado Concelhio e o Técnico Municipal. Ao Delegado Concelhio compete toda a responsabilidade técnica e de controlo das operações do terreno, para além da ligação com o Delegado Regional (pessoa que coordena os trabalhos, normalmente em mais do que um concelho). Ao Técnico Municipal compete todo o apoio administrativo e organizativo ao nível concelhio, sob a coordenação técnica do Delegado Concelhio.

▶ Ao **Delegado Concelhio** compete, designadamente:

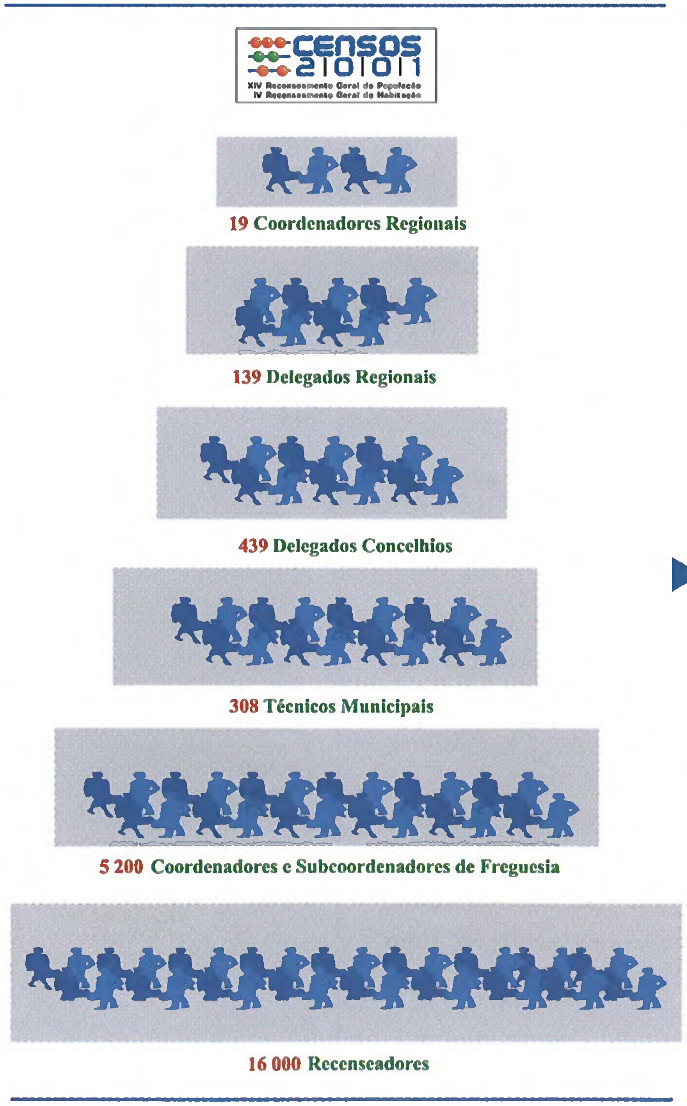
- Formar e dirigir as pessoas encarregadas da coordenação e execução ao nível concelhio;
- Diligenciar com vista à disponibilização dos meios necessários para a correcta execução do trabalho de campo;
- Dinamizar os Coordenadores e Recenseadores e fazer a supervisão do trabalho de campo;
- Registar, na aplicação informática instalada na respectiva Câmara Municipal, os instrumentos auxiliares com a discriminação das unidades estatísticas recenseadas e das quantidades de questionários entregues.

Para apoiar o Delegado Concelhio está prevista, na legislação dos Censos 2001, a nomeação de um Técnico Municipal.

▶ Ao **Técnico Municipal** estão reservadas as seguintes tarefas:

- Promover e divulgar as actividades censitárias a nível concelhio;
- Colaborar com o Delegado Concelhio na instalação de postos de apoio ao preenchimento de questionários;
- Receber, na Câmara Municipal, os questionários dos Censos 2001 e o restante material e expedi-los para as respectivas Juntas de Freguesia;
- Verificar, certificar e devolver às Direcções Regionais do INE, ao SREA ou DREM, todos os questionários recolhidos, bem como os impressos auxiliares;
- Proceder ao pagamento das remunerações ao pessoal interveniente nos trabalhos locais do recenseamento, com base nos dados retirados da aplicação informática disponibilizada pelo INE.

Estarão envolvidos nas operações supracitadas cerca de 22000 pessoas, entre Recenseadores, Coordenadores e Subcoordenadores de Freguesia, Delegados Concelhios e Técnicos Municipais.



O apoio técnico necessário à eficácia operacional de toda esta estrutura é assegurado pelo INE.

O INE, através das suas Direcções Regionais, no Continente, e do SREA e da DREM, nas Regiões Autónomas, coloca no campo cerca de 160 técnicos nomeados como Coordenadores Regionais e Delegados Regionais, com funções de supervisão, coordenação e apoio técnico a grupos de concelhos. Também lhes compete colaborar, com os Presidentes das Câmaras Municipais, na selecção e nomeação dos Delegados Concelhios.

▶ Assim, os **Delegados Regionais** devem, nomeadamente:

- Apoiar as autarquias da sua área;
- Assegurar o cumprimento dos calendários estabelecidos para as várias acções;
- Dar formação aos Delegados Concelhios;
- Supervisionar, por certificação dos instrumentos de controlo, a execução do trabalho de campo.

▶ No topo da pirâmide regional surgem 19 **Coordenadores Regionais** que constituem o núcleo duro da formação, supervisão e apoio técnico, pois são as pessoas que estão em contacto directo com a coordenação nacional.

Que formação nos Censos 2001?

A qualidade e eficácia desta operação, em que se irão recensear cerca de 20 milhões de unidades estatísticas (edifícios, alojamentos, famílias e indivíduos), está fortemente determinada pela qualidade da formação que é dada aos recursos humanos envolvidos.

De entre os objectivos a cumprir na formação, destacam-se:

- O equilíbrio do binómio tempo de formação para passar a mensagem/tempo de formação para apreender a mensagem, tendo em conta o facto de não se poder fazer a formação com uma antecipação significativa em relação ao início do trabalho;
- A uniformidade do modelo de formação;
- A clareza e simplicidade da mensagem, aliada ao seu pragmatismo;
- A atractividade e oportunidade dos meios técnicos de formação utilizados;
- O equilíbrio entre formação teórica e formação prática.

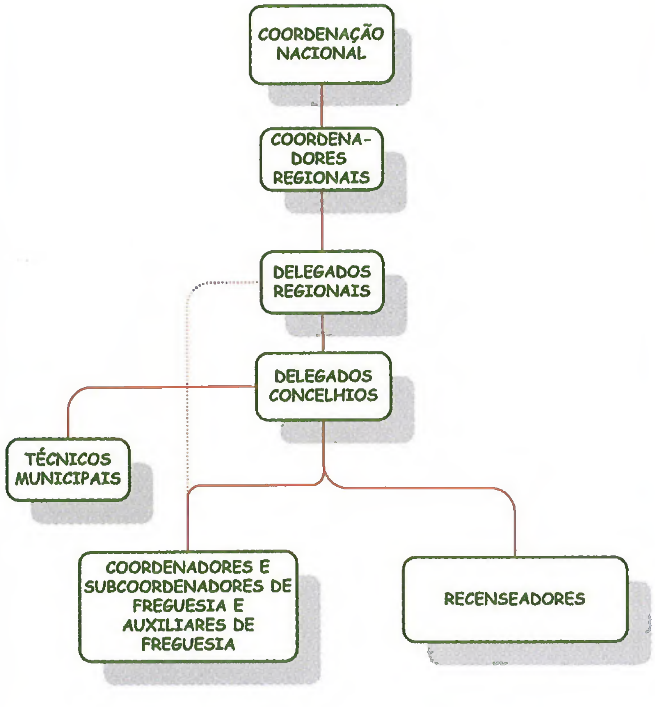
De facto, todos os intervenientes irão ter acesso não só a formação específica sobre a forma de preencher os questionários, mas também sobre a forma de organizar e controlar todo o trabalho a efectuar no terreno.
A formação, apoiada basicamente em manuais dirigidos a cada nível de intervenção, em acetatos e questionários com exemplos práticos fictícios, dotará cada colaborador dos Censos 2001 de uma qualificação adaptada para a sua função.

À semelhança dos recenseamentos anteriores, a estrutura da formação será hierarquizada (modelo de cascata). Tal justifica-se não só pela dimensão dos recursos humanos envolvidos (cerca de 24 000 formandos, incluindo os suplentes) mas também pelo respeito dos objectivos definidos para o plano de formação dos Censos 2001.

Assim, a coordenação nacional formará o primeiro nível de intervenção – os Coordenadores Regionais do projecto –, os quais darão a formação ao nível hierárquico imediatamente inferior – os Delegados Regionais e Concelhios.

Os Delegados Concelhios, responsáveis por um concelho, ou parte, darão formação, com o apoio do Delegado Regional respectivo, aos Técnicos Municipais, Coordenadores e Subcoordenadores de Freguesia e também aos Recenseadores.

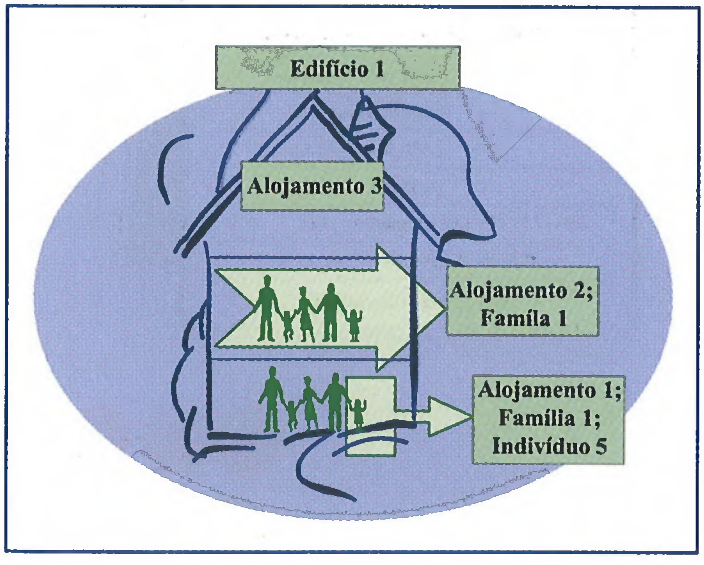
ESTRUTURA DA FORMAÇÃO



Como se sistematiza a organização e o controlo do Trabalho de Campo?

A execução do recenseamento no terreno envolve o manuseamento de milhões de questionários; cada Recenseador terá de distribuir, recolher e verificar cerca de 1 500 desses instrumentos de notação; esta situação exige que o Recenseador organize o seu trabalho apoiando-se em impressos especialmente definidos para o efeito.

A organização dos questionários baseia-se no princípio de que cada indivíduo pertence a uma família, cada família reside num alojamento e cada alojamento está localizado em determinado edifício. Assim, para cada edifício existe um instrumento – Capa de Edifício – com funções de capa e de relatório dos contactos feitos no edifício, onde deverão ser arrumados, por ordem hierárquica, os questionários referentes às unidades estatísticas supra mencionadas.



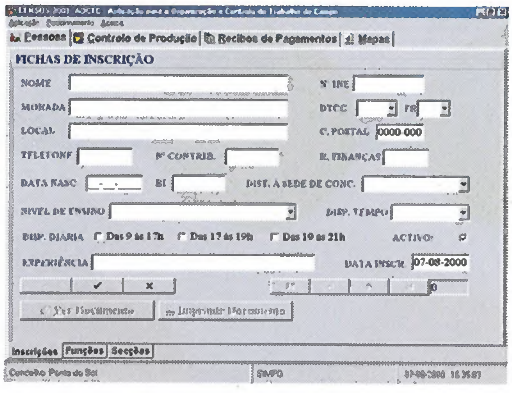
As Capas de Edifício são identificadas por um código único e sequencial e posteriormente arrumadas num outro instrumento com função de capa e de síntese do trabalho realizado na subsecção estatística (quarteirão ou lugar pequeno) – a Capa de Subsecção.

As Capas de Subsecção são o instrumento base de controlo do trabalho efectuado; através destas, o Coordenador de Freguesia poderá avaliar, quantitativamente e qualitativamente, o trabalho que está a ser desenvolvido por cada Recenseador.

Após a entrega das Capas de Subsecção ao Coordenador de Freguesia, este fará cópia das mesmas, as quais servirão de ponto de partida para a emissão de vários documentos. Estes permitirão a análise da cobertura face aos valores esperados, o pagamento do trabalho realizado, o apuramento das despesas efectuadas por unidade territorial e o apuramento dos resultados preliminares dos Censos 2001.

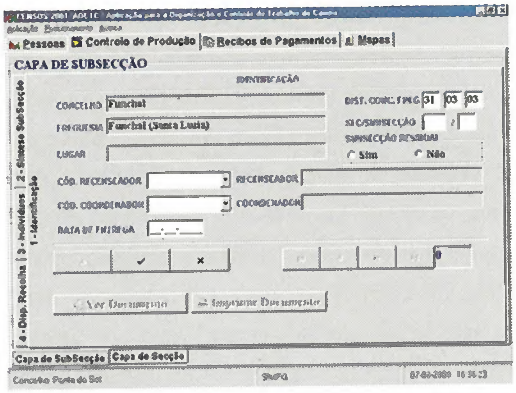
Para sistematizar, uniformizar e controlar estes elementos, o INE concebeu e desenvolveu uma ferramenta informática – Aplicação para a Organização e Controlo do Trabalho de Campo (AOCTC) – que será instalada em cada Câmara Municipal e em Juntas de Freguesia de maior dimensão.

A AOCTC recebe, como "inputs", as fichas de

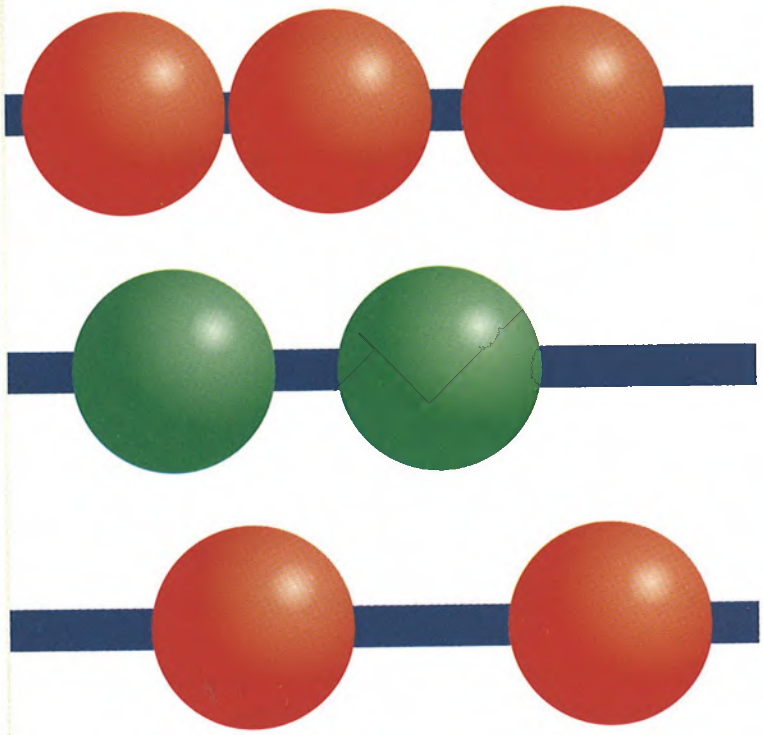


inscrição de todos os intervenientes ao nível local e as Capas de Subsecção já mencionadas.

Através da ficha de inscrição, é possível atribuir a cada interveniente um código em função do nível geográfico e da sua posição na hierarquia dos trabalhos.



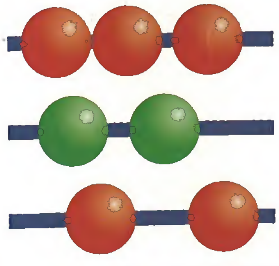
Através da Capa de Subsecção é possível saber o ponto de situação da recolha e, cruzando com a informação das fichas de inscrição, emitir desde recibos de pagamentos até mapas de apuramento dos resultados.



Em síntese, a AOCTC permite saber, quase em tempo real, quem fez o quê, quem é responsável por quê e agregar a informação desde a subsecção estatística até qualquer nível administrativo da região.

Alguns números relativos à fase do Trabalho de Campo dos Censos 2001

- 22 000 pessoas envolvidas durante 4 meses
- 1 200 cursos de formação, correspondentes a cerca de 17 000 horas de formação
- Unidades estatísticas a observar:
  - 10 000 000 de pessoas
  - 3 200 000 famílias
  - 4 500 000 alojamentos
  - 2 900 000 edifícios
- 135 000 000 de páginas A4 impressas (questionários e instrumentos auxiliares)



CENSOS 2001

Gabinete dos Censos 2001
Avenida António José de Almeida - 1000-043 Lisboa
Telef.: 21 842 61 00 - Fax: 21 842 63 58
E-mail: censos2001@ine.pt

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

boletim informativo

Nesta edição:

	Pág.
TODOS JUNTOS SOMOS A BASE PARA DECIDIR O FUTURO DE PORTUGAL	2
PORQUÊ PREENCHER OS QUESTIONÁRIOS DOS CENSOS 2001?	2
UMA ACÇÃO CONJUNTA INE - CÂMARAS MUNICIPAIS - JUNTAS DE FREGUESIA	5
- SEMINÁRIO DOS CENSOS 2001	5
EXECUÇÃO NO TERRENO	6
SAIBA COMO RECONHECER O RECENSEADOR DOS CENSOS 2001	6
OS CENSOS VÃO ÀS ESCOLAS	7
OPERAÇÕES ESPECIAIS DE RECENSEAMENTO	7

CENSOS 2001

XIV Recenseamento Geral da População
IV Recenseamento Geral da Habitação

OS CENSOS 2001 ESTÃO NO TERRENO

Os Censos 2001 estão finalmente "na rua", sendo a primeira grande operação estatística do século XXI.

A participação nestes recenseamentos, para além de ser uma obrigação legal (Decreto-Lei nº 143/2000 de 15 de Julho) é, também, uma oportunidade deveras importante para que fiquem esclarecidas muitas das dúvidas sobre a evolução recente da população e da habitação em Portugal.

De facto, estão em causa informações estatísticas que são fundamentais para reavaliar muitos dos objectivos prosseguidos na última década, como foi, aliás, salientado pela Ministra do Planeamento, no "Seminário de Apresentação Nacional dos Censos 2001", que o Instituto Nacional de Estatística (INE) realizou em Aveiro, no passado mês de Outubro.

Como é salientado neste número do Boletim Informativo, também muitas actividades do sector privado podem igualmente beneficiar bastante com os dados destes recenseamentos; o conhecimento das características do parque habitacional e das capacidades profissionais da população são elementos determinantes no planeamento das actividades produtivas.

Por isso, o importante é que toda a população compreenda que, para além da obrigação legal, participar nos Censos 2001 é também uma forma de dizer que existimos e contamos para o futuro de Portugal.

TODOS JUNTOS SOMOS A BASE PARA DECIDIR O FUTURO DE PORTUGAL

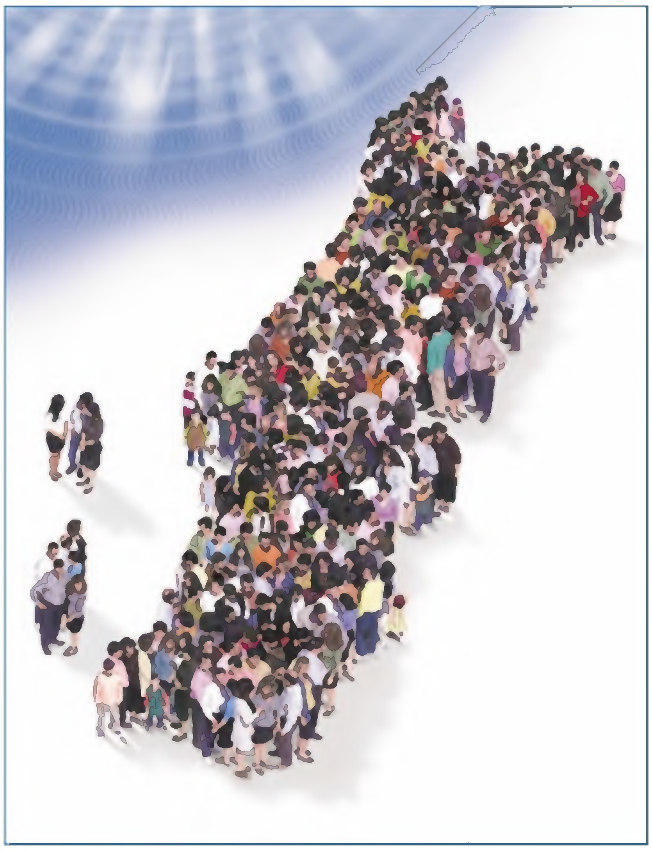
Esta é uma das principais mensagens veiculadas pela campanha de publicidade dos Censos 2001.

Os Censos 2001 vão ajudar cada um de nós a conhecer melhor o País e, principalmente, os nossos municípios.

Os resultados destes recenseamentos vão reflectir a realidade portuguesa, fornecendo a "fotografia" de Portugal num determinado momento - **0 horas do dia 12 de Março de 2001.**

Só com o conhecimento rigoroso da realidade portuguesa se poderá preparar convenientemente o futuro do país.

Como **o recenseamento é útil para todos**, é essencial que cada pessoa residente em Portugal, seja qual for a sua nacionalidade, idade ou profissão, nele participe.

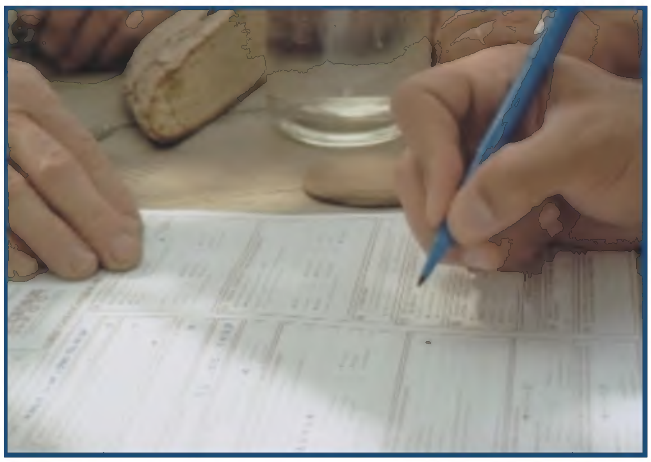


Os Censos 2001 respeitam um procedimento rigoroso, aprovado pela CNPD (Comissão Nacional de Protecção de Dados). Todas as pessoas respondem às mesmas perguntas.

As respostas são confidenciais e destinadas exclusivamente ao INE, entidade habilitada para as tratar de forma anonimizada.

As informações individuais recolhidas servem unicamente para fins estatísticos e não podem dar lugar a quaisquer outros controlos: administrativos, fiscais ou outros.

PORQUÊ PREENCHER OS QUESTIONÁRIOS DOS CENSOS 2001?



Os resultados destes recenseamentos têm um grande potencial de utilização tanto a nível público como privado, incluindo a nível empresarial.

Na **Administração Central e Regional** podem mencionar-se:

- A distribuição de fundos a nível regional e local;
- A criação e/ou autorização de infra-estruturas tais como escolas, farmácias, hospitais, centros de saúde;
- A regulamentação da ocupação do solo, através dos Planos Directores Municipais;
- A regulamentação de actividades essencialmente privadas, tais como rendas de habitação, resposta a carências habitacionais;
- A caracterização do parque habitacional e do edificado;
- A definição da classe de aglomerados populacionais (cidade, vila);
- A potencial criação de freguesias e/ou concelhos;
- O ordenamento do território, com base em modelos volumétricos, e a afectação de infra-estruturas a áreas habitacionais;
- A elaboração de estudos sobre a estrutura etária da população, deslocações pendulares, estrutura do emprego, escolaridade e analfabetismo, caracterização das famílias e núcleos familiares, crença religiosa, fontes de rendimento da população, etc..

Na **Administração Local**, podem referir-se as seguintes utilizações:

- A execução e revisão dos PDMs;
- A gestão do parque escolar;
- O estudo e criação de infra-estruturas de saneamento básico e outras;
- A distribuição de fundos pelas freguesias;
- A caracterização da população e do parque habitacional;
- A análise de movimentos pendulares;
- O desenvolvimento de sistemas de informação sobre o território, designadamente Sistemas de Informação Geográfica.

A **actividade privada** também poderá utilizar estes dados, com importância muito significativa e crescente, sendo de destacar:

- As sondagens de opinião e os estudos de mercado, designadamente na execução de inquéritos por amostragem e na análise dos respectivos dados;
- Os estudos de apoio à revisão dos PDMs;
- Os estudos para a implantação de áreas residenciais e comerciais;
- Os estudos de impacte ambiental;
- Os estudos sobre localização de mão de obra e tipos de especialização profissional;
- A caracterização da procura de transportes.

Outra área de intensa utilização dos dados censitários é a **académica**. Salientam-se algumas das principais:

- Elaboração de trabalhos escolares, designadamente teses de mestrado e doutoramento; Matéria de ensino nas áreas da demografia, geografia, economia e planeamento.

Finalmente, a própria **produção estatística** utiliza os dados censitários como elementos de apoio indispensáveis:

- À construção de amostras para inquéritos às famílias e à habitação;
- Ao cálculo de estimativas e projecções demográficas;
- À análise de dados provenientes de inquéritos às famílias e à habitação.

Entre todas estas utilizações, merece um destaque especial a que é feita de uma forma mais intensa pelas autarquias locais. Pelo facto de ser uma observação exaustiva, proporciona a existência de informações cada vez mais importantes para a gestão local, tanto na área populacional como habitacional.

Finalmente, uma última prova da importância destes dados.

Vamos supor que não havia dados censitários disponíveis, seja pela via "clássica", seja por qualquer outra tecnicamente equivalente. Teríamos um País gerido sem informação de referência ou dependente de dados de natureza fortemente contraditória, tanto ao nível nacional, como ao nível regional e local. Muitas interrogações ficariam sem uma resposta segura como por exemplo:

- Quantos somos?
- Que estudos temos?
- Será que ainda se mantém a desertificação populacional do interior?
- As cidades pequenas e médias já começaram a capitalizar as emigrações das aldeias, ou as grandes ainda continuam a ter aquele atractivo tão típico das últimas décadas?
- Como tem evoluído cada lugar na ocupação do território que lhe está contíguo?
- Já teremos deixado de ser um país de emigração para nos tornarmos num país de imigração?
- Será que a criação de instituições do ensino superior fora do "L litoralizante" conseguiu de facto estancar a "hemorragia de massa cinzenta" que fugia do interior e se fixava no litoral?

- O processo de "atomização" familiar está a evoluir a que ritmo e com que características pessoais e incidências regionais? Seremos mais "matriarcais", "patriarcais" e "consensuais (casais não registados no Registo Civil)"? Como evolui o fenómeno dos "meus", "teus" e "nossos" filhos no ambiente familiar?
- Terá a nossa sociedade capacidade de substituir gerações face ao envelhecimento actual da população? E neste preciso aspecto, qual é o futuro de muitas das autarquias locais que temos hoje?
- Será que o país necessita de construir mais alojamentos ou de gerir o parque habitacional de outra forma?

São estas e muitos milhares de outras questões que se podem levantar e cuja resposta só é possível, pelo menos ao nível local, se tivermos os dados que os Censos disponibilizam.

UMA ACÇÃO CONJUNTA INE - CÂMARAS MUNICIPAIS - JUNTAS DE FREGUESIA

O INE é responsável pela preparação dos Censos 2001, dirige e supervisiona a sua execução no terreno, trata os dados e divulga os resultados.

As Juntas de Freguesia organizam, com o apoio da Câmara Municipal, a recolha da informação no município, de acordo com um esquema previamente elaborado com o INE.

SEMINÁRIO DOS CENSOS 2001

Com o objectivo de sensibilizar os representantes das Autarquias Locais e os utilizadores qualificados, para a importância dos Censos 2001, bem como dar a conhecer as linhas orientadoras da preparação e execução destas operações estatísticas, o Instituto Nacional de Estatística organizou, nos passados dias 17 e 18 de Outubro, um **Seminário de apresentação nacional dos Censos 2001**.

Para este Seminário o INE convidou, nomeadamente, representantes das Autarquias Locais, vogais do Conselho Superior de Estatística, Universidades e Associações de Municípios, entre outros.

Na sessão de abertura, que contou com a presença dos **Secretários de Estado do Planeamento**, João Nuno Mendes, **e da Administração Local**, José Augusto Carvalho, e Corrêa Gago, **Presidente do INE**, desde logo foi salientada a **importância da participação dos municípios e das juntas de freguesia**, em articulação com o Instituto Nacional de Estatística, na execução destes recenseamentos.

Na sessão de encerramento que contou com a presença da **Ministra do Planeamento** Elisa Ferreira, foi relevada a importância do recenseamento para a tomada de decisões políticas fundamentais para o futuro do país.

De facto, para a Ministra, **"sem informação não são possíveis as boas políticas de que depende o nosso futuro"**. Trata-se de **"conhecer como evoluímos nos últimos dez anos"** para **"escolher ou corrigir projectos estratégicos"**. Assim, e ainda segundo a Ministra, **"as conclusões da operação censitária de 2001 vão permitir a correcção dos investimentos financiados"**.

Dezasseis mil recenseadores, recrutados pelas Autarquias Locais, participam no recenseamento. Todos receberam formação e dispõem de um cartão de identificação oficializando a sua função. Os recenseadores estão obrigados ao segredo profissional sob pena de sanção.

EXECUÇÃO NO TERRENO

A recolha da informação faz-se através de um questionário de alojamento e de um questionário de indivíduo para cada pessoa. Para além destes, o recenseador do INE preencherá um questionário de edifício e um questionário de família, para cada família residente no alojamento.

Um recenseador irá ao domicílio de cada um de nós para entregar os questionários e passará dias depois para os recolher devidamente preenchidos.

SAIBA COMO RECONHECER O RECENSEADOR DOS CENSOS 2001

O recenseador do INE estará, obrigatoriamente, identificado com um **cartão com o nome e a fotografia autenticado com selo branco da Câmara Municipal ou da respectiva Direcção Regional do INE**.

Cada um de nós pode solicitar o documento de identificação do recenseador.

O INE criou ainda um **número verde**, distinto para cada região do País, para que, entre outras utilizações, possam ser esclarecidas dúvidas durante a execução das operações no terreno (ver última página deste Boletim).

A ligação é gratuita a partir da rede fixa e o serviço funciona no seguinte horário:

- **Dias úteis**: das 9 às 22 horas;
- **Fins de semana e feriados**: das 10 às 20 horas.

O recenseador utiliza uma pasta azul com os **logotipos do INE e dos Censos 2001;** todo o seu material de trabalho (questionários e outros formulários) possui igualmente estes logotipos.

O modelo do cartão de identificação que o recenseador utilizará é o seguinte:

OS CENSOS VÃO ÀS ESCOLAS

Os Censos 2001 são, como é do conhecimento geral, a maior operação estatística nacional envolvendo imensos recursos logísticos, financeiros e humanos.

Por forma a tornar essa utilização eficaz, o INE concebeu um programa de comunicação cujos principais pilares são uma forte campanha publicitária (divulgando a operação em meios de comunicação social e noutros suportes publicitários), bem como acções especiais de divulgação junto de alguns segmentos populacionais.

A população escolar é um dos segmentos que merece a nossa especial atenção, e por isso foram concebidos alguns **conteúdos curriculares para serem divulgados aos professores dos ensinos básico e secundário**, que oportunamente faremos chegar a todas as escolas, sob a designação "Os Censos vão às escolas".

O Gabinete dos Censos 2001 preparou **uma aula sobre os CENSOS 2001** que tem como objectivos: dar a conhecer aos alunos dos diversos graus de ensino o que são, para que servem e como se fazem os Censos, assim como incentivá-los a mobilizar os pais e familiares para a participação nos Censos.

A aula dos Censos será ministrada em todas as escolas do ensino oficial e particular, na primeira quinzena de Março de 2001.

É com base nesse material e no conteúdo da página dos Censos 2001 na Internet, **www.ine.pt/censos2001**, que iremos solicitar, a todos os professores, a dinamização de aulas e trabalhos subordinados ao tema

OPERAÇÕES ESPECIAIS DE RECENSEAMENTO

Decorrente do princípio da universalidade dos recenseamentos (abrange todos os indivíduos presentes no país no momento censitário, ou que nele residem habitualmente, mas estão ausentes) vão realizar-se, em paralelo com o trabalho de campo dos Censos 2001, **operações especiais de recenseamento:**

•Recenseamento dos funcionários afectos aos serviços das embaixadas e consulados de Portugal;

•Recenseamento das pessoas que, no momento censitário, se encontrem a bordo das embarcações/ aeronaves civis portuguesas quando estacionadas em portos/aeroportos nacionais ou em navegação, assim como as que se encontrem a bordo das

embarcações/aeronaves civis estrangeiras quando estacionadas em portos/aeroportos nacionais;

•Recenseamento das pessoas a bordo dos navios da Armada Portuguesa ou em missão militar no estrangeiro, assim como das instalações militares destinadas a alojamento (quartéis do Exército, bases da Força Aérea e da Armada Portuguesa, academias e colégios militares,...);

•Recenseamento de pessoas que não sendo diplomatas ou militares, se encontrem em missões de segurança no estrangeiro.

Estas operações especiais de recenseamento são **da responsabilidade dos respectivos ministérios**, de acordo com as instruções técnicas do INE.

Norte
800 20 47 09

Centro
800 20 47 03

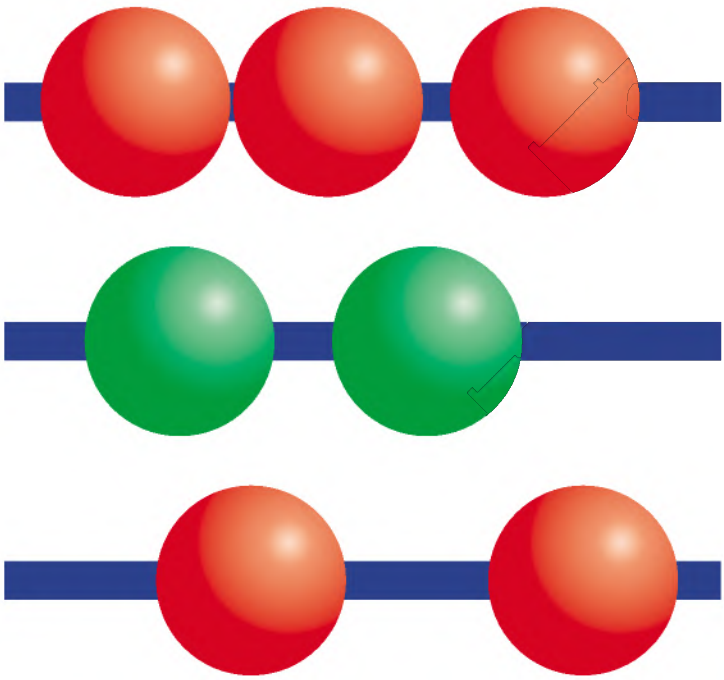
Lisboa e Vale do Tejo
800 20 47 04

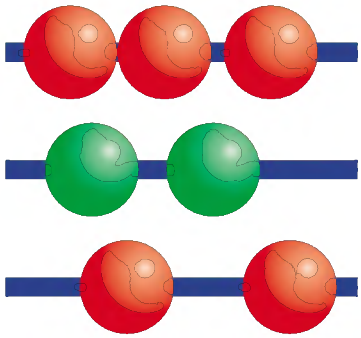
Alentejo
800 20 47 05

Algarve
800 20 47 06

Madeira
800 20 47 07

Açores
800 20 47 08





CENSOS 2001

Gabinete dos Censos 2001
Avenida António José de Almeida - 1000-043 Lisboa
Telef.: 21 842 61 00 - Fax: 21 842 63 58
E-mail: censos2001@ine.pt

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

boletim informativo

Nesta edição:

	Pág.
CENSOS 2001 - PRINCIPAIS RESULTADOS PRELIMINARES	2
A POPULAÇÃO E AS FAMÍLIAS	5
A POPULAÇÃO	5
FACTORES EXPLICATIVOS DA VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE	8
RELAÇÃO DE MASCULINIDADE	9
AS FAMÍLIAS	9
OS 5 MAIS E OS 5 MENOS NA VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO	10
AS CAPITAIS DAS DUAS ÁREAS METROPOLITANAS ESTÃO A FICAR "CERCADAS"	11
A HABITAÇÃO	12
OS ALOJAMENTOS	12
OS 5 MAIS E OS 5 MENOS NA VARIAÇÃO DOS ALOJAMENTOS	13
OS EDIFÍCIOS	14
PUBLICAÇÕES DOS RESULTADOS PRELIMINARES DOS CENSOS 2001	16

CENSOS 2001

XIV Recenseamento Geral da População
IV Recenseamento Geral da Habitação

APRESENTAÇÃO

Este boletim informativo iniciou-se com a publicação do número referente a Julho de 1998 e definiu como primeira prioridade "o esforço de sensibilização junto de utilizadores institucionais dos resultados dos Censos, utilizadores que, no caso das Autarquias, serão também protagonistas do processo de recolha da informação de base".
Este é o último número da série, o décimo, e pensamos que esta iniciativa cumpriu a sua missão, já em face dos resultados dos Censos 2001 que são agora disponibilizados e que reflectem um amplo movimento de co-responsabilização entre os principais parceiros – INE e Autarquias Locais – neste empreendimento que consideramos ter decorrido com assinalável êxito.

Neste início do século XXI:

- Somos 10 318 084 residentes
- Somos 3 734 056 famílias
- Temos 5 036 149 alojamentos
- Temos 3 179 534 edifícios

Disponibilizamos os resultados preliminares destes recenseamentos na data prevista há mais de dois anos e temos a perspectiva de cumprir também os calendários previstos para a disponibilização dos resultados provisórios e definitivos, de acordo com o cronograma aprovado pelo Conselho Superior de Estatística, no Programa Global dos Censos 2001.
O orçamento dos Censos 2001 também está a ser cumprido dentro dos valores oportunamente aprovados pelo Governo.
O sucesso destas operações censitárias é, sobretudo, o resultado de uma parceria na qual se envolveram várias instituições, para além daquelas a quem o Decreto-Lei 143/2000, de 15 de Julho, incumbiu mais directas responsabilidades na sua preparação e execução.
Gostaríamos de agradecer a toda a população a forma como colaborou com a organização dos Censos 2001; às pessoas que intervieram de uma forma activa, dinamizando a recepção e entrega dos questionários; e mesmo às que nos denunciaram algumas dificuldades, pela oportunidade que nos deram de verificar a consistência dos procedimentos adoptados e aumentar os nossos conhecimentos sobre a forma de resolver contrariedades.
Um agradecimento muito especial a todos quantos se envolveram nos trabalhos de campo; esta é uma das fases mais críticas destas operações censitárias e o sucesso dos Censos 2001, que agora é possível perceber, deve-se em grande parte ao seu empenhamento e dedicação.

Junho de 2001 • Número 10

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

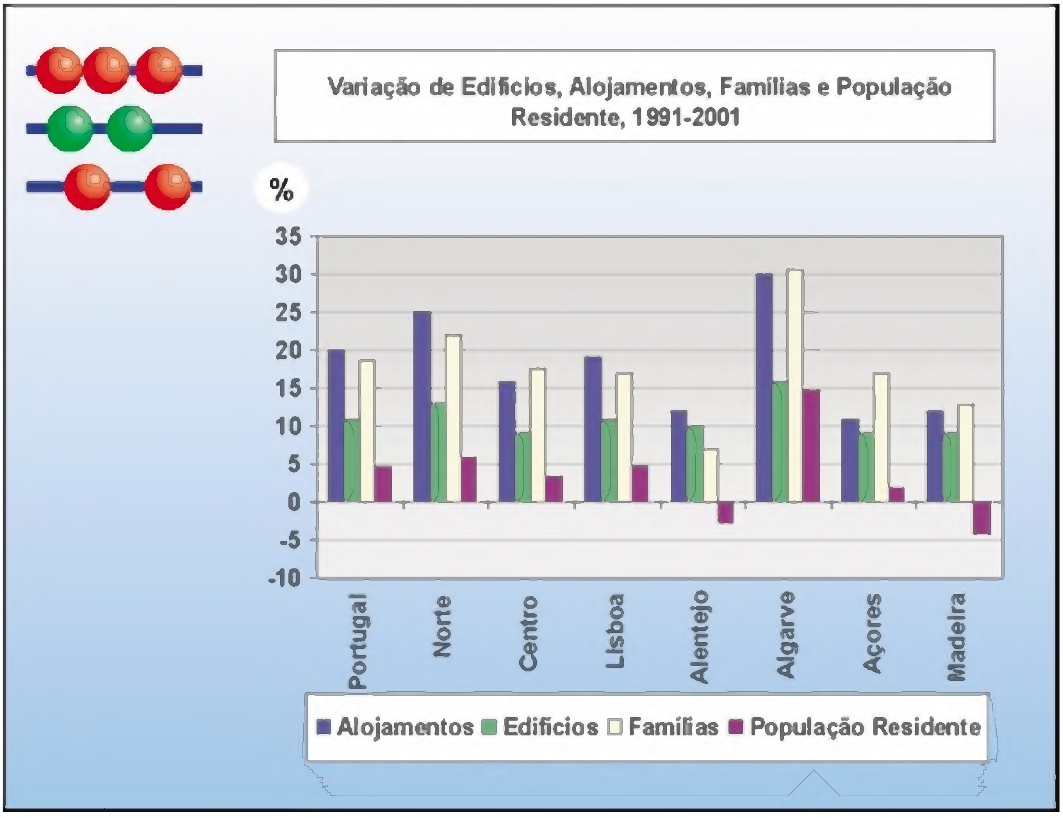
CENSOS 2001 - PRINCIPAIS RESULTADOS PRELIMINARES

Portugal, na última década, viu crescer a sua população, tanto residente como presente, bem como as famílias, alojamentos e edifícios. Temos, seguramente, mais população e mais habitação, e os maiores crescimentos situam-se na faixa litoral, representada pelas orlas marítimas das 5 regiões do Continente (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve).

Resultados Preliminares por NUTS III

	2001 (Dados preliminares)							Variação(%)						
	População				Famílias	Alojamentos	Edifícios	População				Famílias	Alojamentos	Edifícios
	Presente		Residente					Presente		Residente				
	HM	H	HM	H				HM	H	HM	H			
Portugal	**10230603**	**4919350**	**10318084**	**4988060**	**3734056**	**5036149**	**3179534**	**3,7**	**3,7**	**4,6**	**4,9**	**18,5**	**20,1**	**11,1**
Norte	**3621689**	**1739555**	**3680379**	**1782286**	**1231612**	**1611468**	**1104568**	**5,5**	**5,6**	**6,0**	**6,3**	**22,0**	**25,1**	**12,9**
Minho-Lima	245064	113602	249848	116833	84173	133313	108898	-0,6	0,9	-0,1	1,6	11,6	17,1	9,2
Cávado	389032	186454	392672	189948	121140	159664	105983	10,5	11,3	11,2	11,8	30,5	33,6	16,1
Ave	500717	243903	508674	249044	158946	190643	138057	8,7	9,0	9,1	9,5	25,3	25,1	15,4
Grande Porto	1236883	588375	1256633	602876	441336	540411	266840	5,7	5,3	7,6	7,8	24,7	30,5	12,2
Tâmega	539333	263237	551265	271773	168696	214637	173423	8,7	9,4	8,3	8,5	23,4	25,6	18,0
Entre Douro e Vouga	272522	132946	276682	135538	89998	107814	80145	9,5	10,4	9,6	10,3	25,9	28,5	15,0
Douro	217271	103779	221568	107319	81125	126925	110564	-5,5	-5,8	-7,2	-7,4	6,8	12,5	7,5
Alto Trás-os-Montes	220867	107259	223037	108955	86198	138061	120658	-3,9	-4,7	-5,2	-6,5	12,8	14,9	9,7
Centro	**1763482**	**841914**	**1779672**	**856407**	**671957**	**948403**	**760964**	**3,2**	**3,5**	**3,4**	**3,6**	**17,6**	**15,9**	**8,7**
Baixo Vouga	381650	184041	385434	186703	135454	171081	133670	9,7	10,3	10,0	10,3	26,1	23,3	13,4
Baixo Mondego	343979	160710	339666	161331	135867	167076	114343	3,1	2,9	3,3	3,6	22,5	15,3	6,9
Pinhal Litoral	246498	120199	248931	121482	94425	122357	96661	12,1	13,2	11,6	12,0	30,4	23,0	13,5
Pinhal Interior Norte	135426	64632	138652	66601	52278	85671	77295	-1,7	-1,1	-0,5	0,0	7,6	14,6	9,1
Dão Lafões	279071	132789	285680	137563	102643	150586	129434	1,2	1,1	1,1	1,0	16,7	17,4	11,9
Pinhal Interior Sul	43613	20912	44833	21657	17430	29782	27792	-11,8	-11,9	-11,7	-12,3	-4,9	9,8	6,6
Serra da Estrela	48302	22866	49902	23764	18540	30581	26882	-8,3	-8,8	-7,7	-8,4	0,2	5,2	2,2
Beira Interior Norte	113522	53995	114872	54919	45772	79613	69818	-3,7	-3,8	-3,1	-3,0	6,4	7,7	3,8
Beira Interior Sul	78554	37239	78248	37401	32869	55820	43843	-3,3	-3,6	-3,4	-3,1	5,5	10,6	2,9
Cova da Beira	92867	44531	93454	44986	36679	55836	41226	0,1	0,8	0,4	0,7	11,6	8,8	0,2
Lisboa e Vale do Tejo	**3392897**	**1625820**	**3447173**	**1659215**	**1318241**	**1705660**	**731287**	**2,7**	**2,1**	**4,8**	**4,9**	**17,1**	**18,6**	**11,3**
Oeste	388752	189980	393032	192872	145269	212029	158394	8,7	8,0	9,3	9,0	20,0	22,6	13,7
Grande Lisboa	1845989	875225	1878006	894421	730136	895377	234028	-0,5	-0,9	2,3	2,6	15,0	16,4	7,8
Península de Setúbal	697702	338254	709804	346251	265300	359080	146188	9,4	8,5	10,8	10,6	24,6	25,5	19,1
Médio Tejo	223731	107867	226009	108821	85165	122203	98667	0,8	-0,3	2,1	2,1	12,1	14,0	8,7
Lezíria do Tejo	236723	114494	240322	116850	92371	116971	94010	2,4	2,0	3,2	3,4	14,6	13,5	8,1
Alentejo	**530950**	**259683**	**534365**	**261951**	**209480**	**305998**	**257381**	**-2,8**	**-2,7**	**-2,7**	**-2,5**	**6,8**	**12,5**	**8,1**
Alentejo Litoral	97572	49065	99567	49947	38648	59680	47012	-0,2	0,7	1,1	1,8	9,7	23,6	14,5
Alto Alentejo	125517	60425	126481	61204	50044	76152	64908	-6,8	-7,7	-6,0	-6,2	1,3	7,6	5,1
Alentejo Central	173032	83574	173403	84168	68519	89602	74253	0,4	0,3	0,1	0,2	11,0	11,4	8,0
Baixo Alentejo	134829	66619	134914	66632	52269	80564	71208	-4,9	-4,0	-5,7	-5,3	5,2	10,9	6,9
Algarve	**424208**	**211621**	**391819**	**194187**	**154182**	**277345**	**161586**	**15,3**	**16,0**	**14,8**	**15,7**	**30,6**	**30,2**	**15,7**
Açores	**243895**	**120921**	**242073**	**119794**	**74325,0**	**93375,0**	**88088**	**1,4**	**1,4**	**1,8**	**2,1**	**16,8**	**10,5**	**8,7**
Madeira	**253482**	**119836**	**242603**	**114220**	**74259**	**93900**	**75660**	**-3,8**	**-2,4**	**-4,3**	**-2,8**	**12,8**	**17,4**	**11,5**

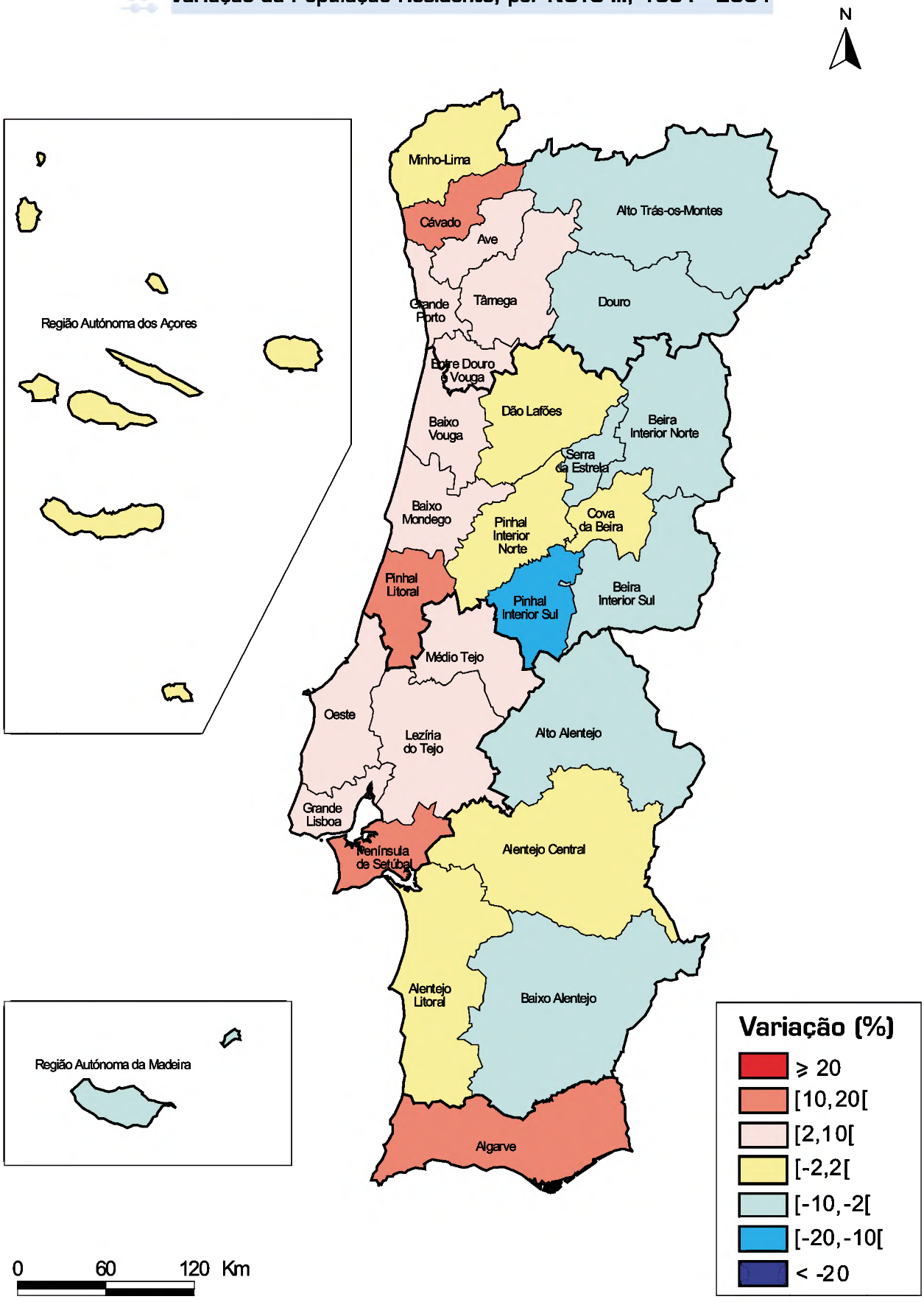
Enquanto a população tem um crescimento relativamente moderado (3,7% para a presente e 4,6% para a residente), as famílias e os alojamentos têm crescimentos quase "espectaculares" , 18,5% e 20,1% respectivamente. O crescimento nos edifícios, 11,1%, também confirma o aumento do número de alojamentos por edifício.



Para dar uma perspectiva mais precisa sobre a evolução da população residente por NUTS III apresentamos um cartograma que utiliza a seguinte legenda, associada às respectivas cores:

- ≥20 (Crescimento igual ou maior que 20%)
- [10,20[(Crescimento igual ou maior que 10% e menor que 20%)
- [2,10[(Crescimento igual ou maior que 2% e menor que 10%)
- [-2,2[(Variação igual ou menor que –2% e menor que 2%)
- [-10,-2[(Decréscimo maior que 2% e igual ou menor que 10%)
- [-20,-10[(Decréscimo maior que 10% e igual ou menor que 20%)
- <-20 (Decréscimo superior a 20%)

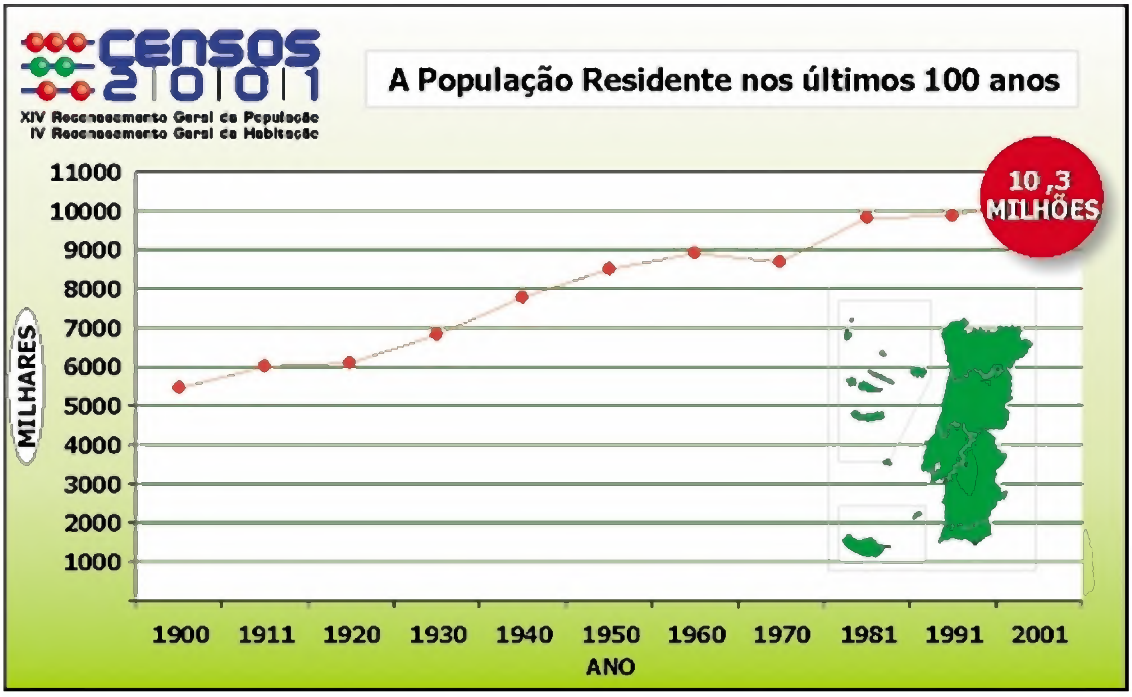
Variação da População Residente, por NUTS III, 1991 - 2001



A POPULAÇÃO E AS FAMÍLIAS

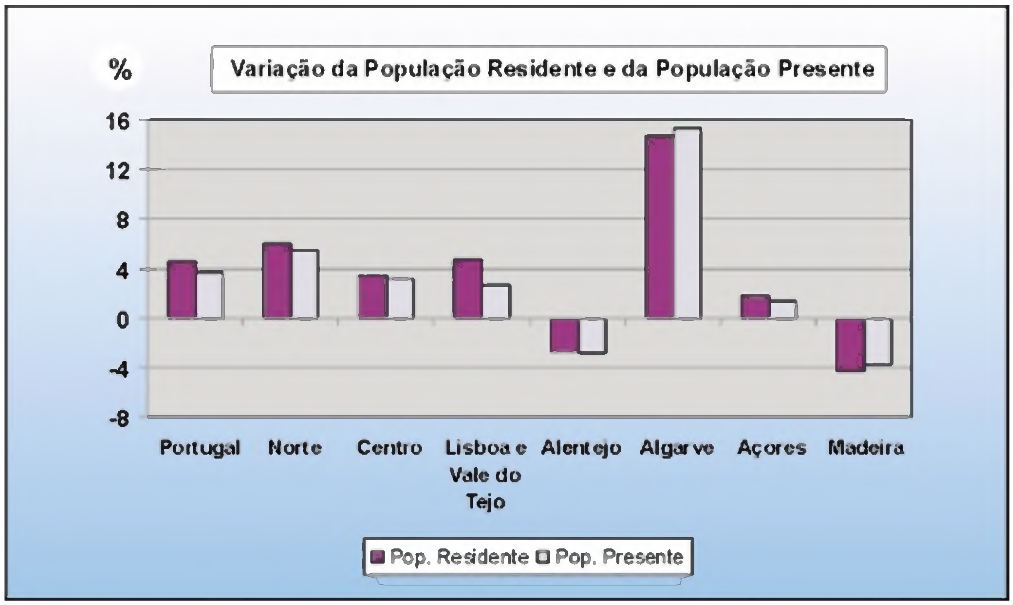
A POPULAÇÃO

A população residente em Portugal atingiu, no dealbar do século XXI, a ordem dos 10,3 milhões! Tal significa uma variação positiva de 4,6 % face a 1991 e que, durante o último século, praticamente "dobrámos" a população residente em Portugal.



A tendência da evolução da população residente nos últimos 100 anos revela-se globalmente positiva. De facto, e recorrendo ao gráfico anterior que ilustra a evolução da população residente nos últimos 100 anos, verificamos que, excluindo a década de 60 durante a qual os fluxos migratórios para o exterior determinaram uma ligeira quebra da população, as restantes décadas revelam tendências de crescimento ou de estabilização.
Nas últimas três décadas, de acordo com os dados dos recenseamentos de 1981, 1991 e 2001, assistiu-se a uma tendência, primeiro de estabilização e, depois, a uma ligeira subida do efectivo populacional.

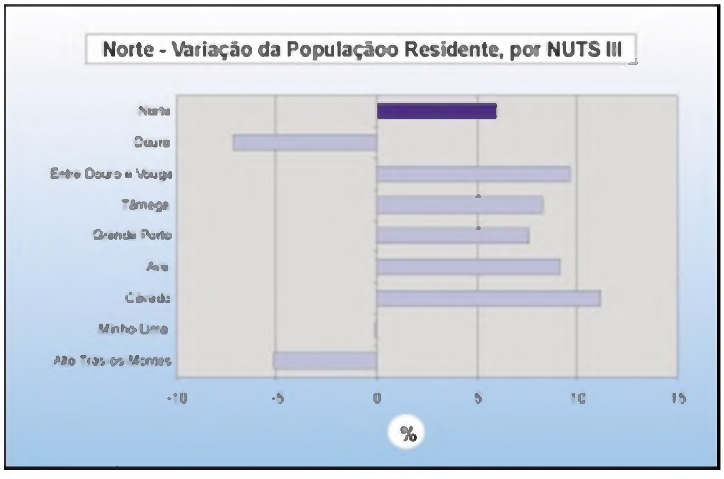
De notar, também, que a população residente cresce mais do que a presente (4,6% contra 3,7%), o que denota um movimento no sentido da fixação de residência em Portugal, por parte de pessoas que se ausentaram temporariamente para "outras paragens". As únicas excepções regionais a este movimento são o Algarve e a Madeira, embora as diferenças sejam relativamente pequenas: no Algarve a população residente cresce 14,8%, enquanto a presente cresce 15,3%; na Madeira a população residente decresce 4,3%, enquanto a presente decresce 3,8%.



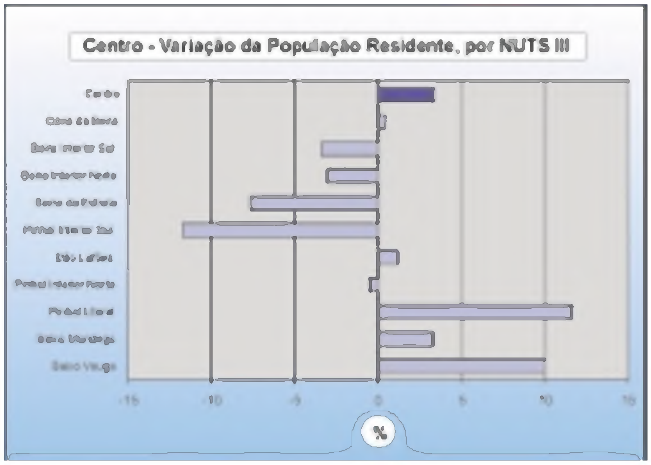
A evolução da população residente ao nível regional não é contudo uniforme. Duas regiões perdem população (Madeira e Alentejo), enquanto o Algarve se destaca claramente com um crescimento de 14,8%, seguido do Norte com 6% e de Lisboa e Vale do Tejo com 4,8%.

Por outro lado, nas quatro maiores regiões do País (em área e população), as evoluções da população residente são bastante diferenciadas e com amplitudes significativamente grandes, ao ponto de numa mesma região se verificarem amplitudes que são o dobro das variações das respectivas NUTS III.

Na região Norte é evidente que o crescimento da população se processa de uma forma relativamente significativa em cinco das oito sub-regiões, sendo o Grande Porto aquela em que o crescimento "acelerou" menos; duas sub-regiões têm perdas de população superiores a 5%.

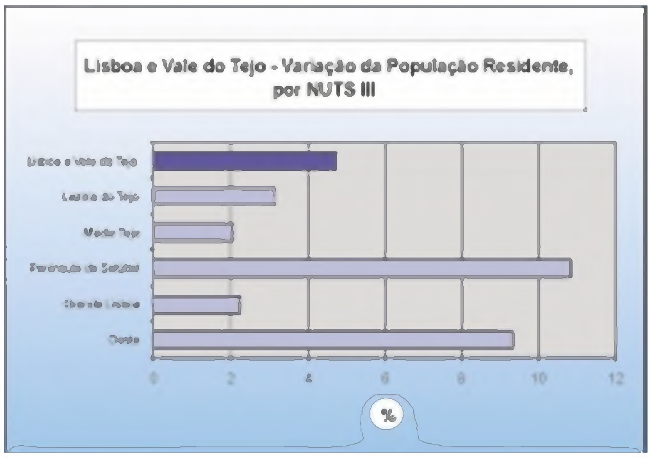


Na região Centro, a evolução da população nas várias sub-regiões mostra metade delas a crescer e a outra metade a perder população.
Neste processo destacam-se o Pinhal Interior Sul e o Pinhal Litoral que têm variações aproximadamente simétricas da população residente (-11,7% e 11,6%). Do outro lado, ou seja, com as menores variações positiva e negativa, estão a Cova da Beira (0,4%) e o Pinhal Interior Norte (-0,5%).
De destacar, sobretudo e como já era de esperar, que, na região Centro, são as sub-regiões do interior que perdem população de uma forma quase generalizada, enquanto as do litoral compensam essa perda e ainda contribuem para o crescimento da região.



Em Lisboa e Vale do Tejo verifica-se um crescimento da população em todas as sub-regiões.

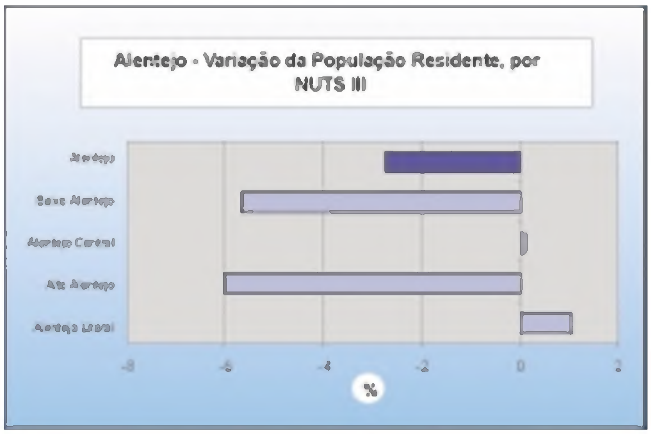
Mas são a Península de Setúbal e o Oeste que mais se destacam nestes crescimentos, com 10,8% e 9,3% respectivamente; as restantes sub-regiões mostram crescimentos entre 2 e 3,2%.



Na região do Alentejo a quebra da população é provocada sobretudo pelos decréscimos das sub-regiões do Alto e do Baixo Alentejo (-6,0% e –5,7% respectivamente).

O Alentejo Litoral foi a sub-região que mais contribuiu para reduzir as perdas de população da região, embora o seu crescimento tenha sido relativamente diminuto (1,1%).

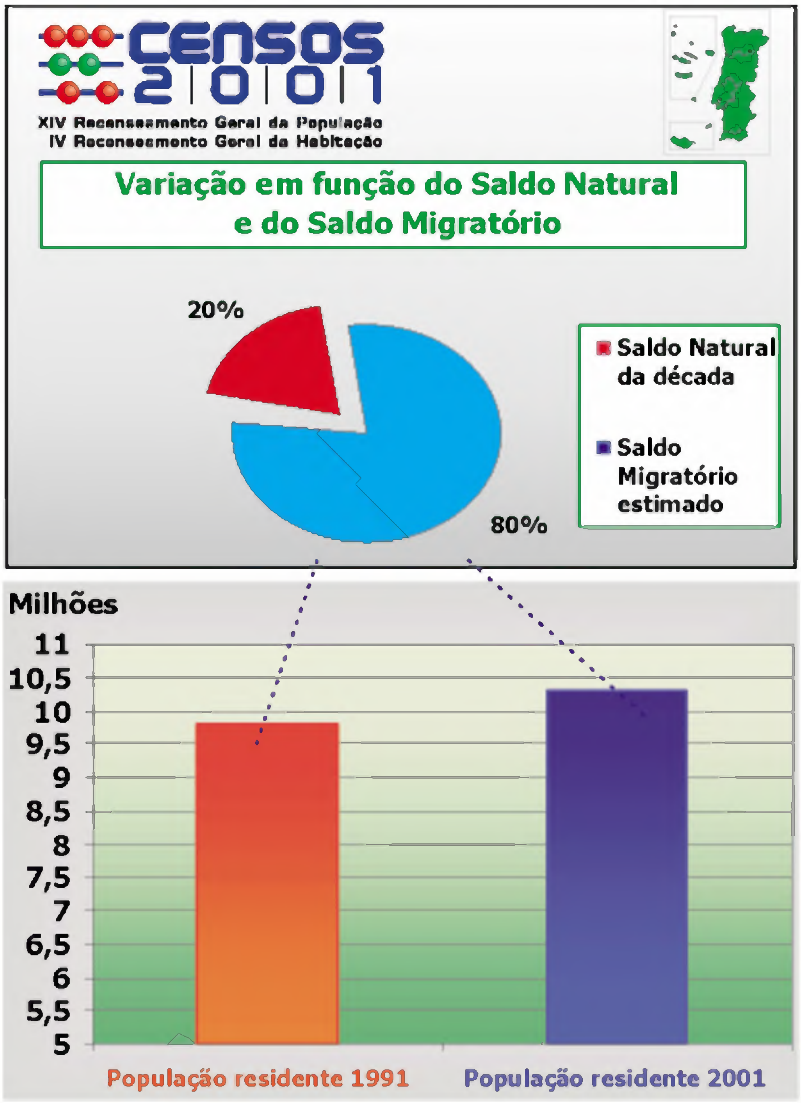
Nas restantes regiões não existem NUTS III, razão pela qual não se incluem nesta análise.



FACTORES EXPLICATIVOS DA VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

A população de um determinado território só pode aumentar ou diminuir em função de dois saldos: o natural (nascimentos-mortes) e o migratório (imigração-emigração). Enquanto os dados disponíveis sobre o saldo natural são bastante rigorosos, os do saldo migratório são menos consistentes, pelo que são reavaliados com os dados censitários.

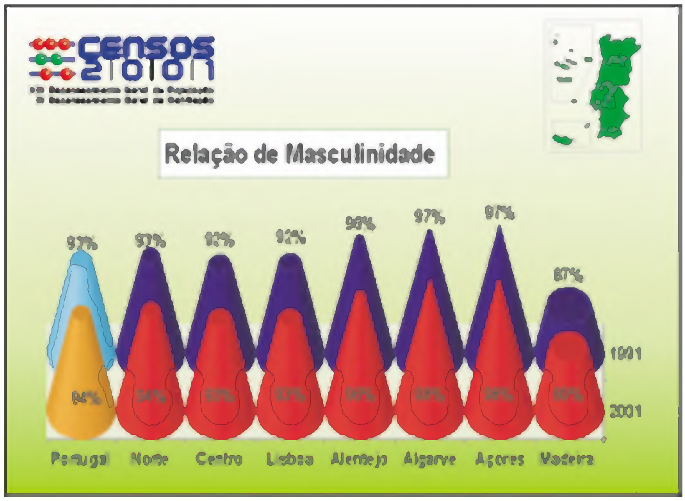
Uma vez que o saldo natural da década (cerca de 89800 pessoas) é bastante inferior ao crescimento verificado na população residente (cerca de 450900), este crescimento só pode ser explicado por um significativo saldo migratório positivo que se estima em cerca de 361100 pessoas para o total do País.



Os resultados definitivos vão permitir uma análise mais aprofundada do saldo migratório através dos dados sobre o local de residência anterior em dois momentos da década. Mas é claro, desde já, que Portugal passou de um país de emigração para um país de imigração.

RELAÇÃO DE MASCULINIDADE

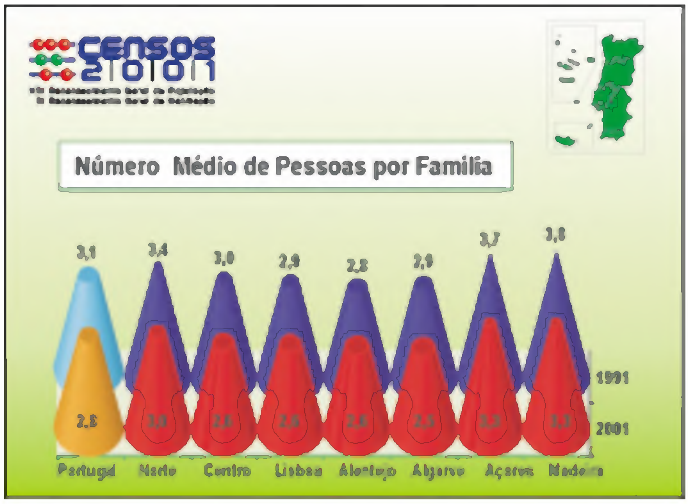
Os resultados preliminares dos Censos 2001 vêm reforçar os valores relativos à relação de masculinidade (rácio homens / mulheres) existente em 1991. De facto, continuamos a ser um país com mais mulheres que homens, apesar desta relação, que em 1991 era de 93 %, ter aumentado para 94 % em 2001: existem, em 2001, 94 homens por cada 100 mulheres.



A evolução é relativamente uniforme no País e nas regiões, com excepção do Alentejo onde se manteve estável, e da Madeira onde este rácio aumentou dois pontos percentuais. Na maioria das regiões o aumento foi de um ponto percentual.

AS FAMÍLIAS

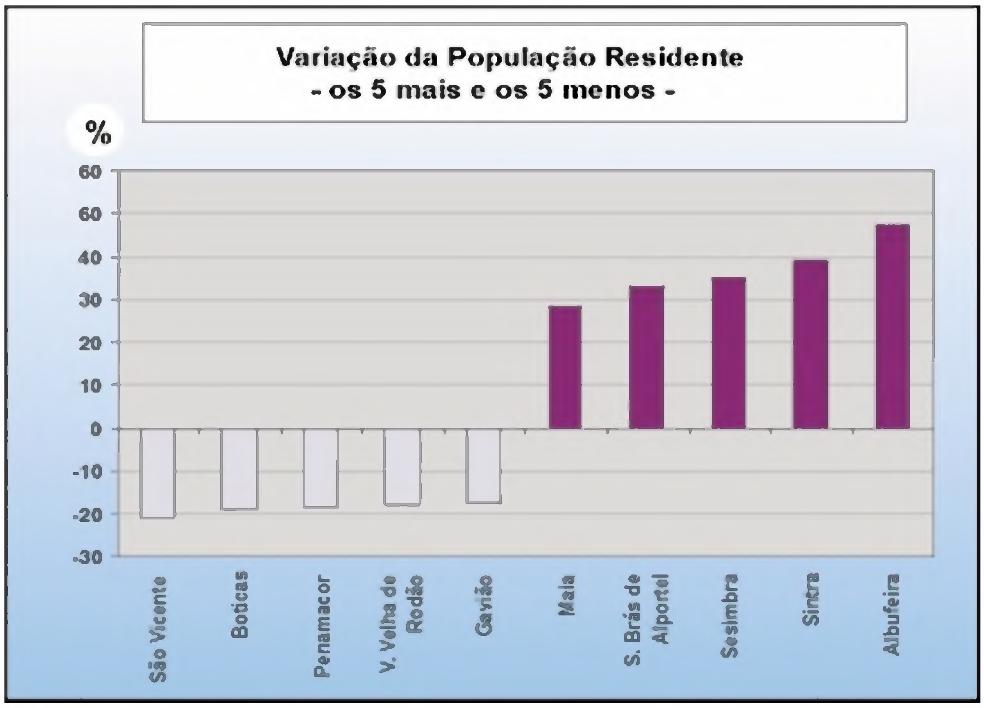
O número de famílias regista um crescimento de 18,5%, relativamente próximo do crescimento dos alojamentos (20,1%), o que pode indiciar que a taxa de alojamentos familiares de residência habitual se deve manter relativamente próxima da de 1991 (73,7%), se o rácio de famílias por alojamento de residência habitual se mantiver idêntico.
Contudo, é praticamente certo que a evolução das famílias caminha no sentido da chamada "atomização familiar", ou seja, o número médio de pessoas por família continua a decrescer em todas as regiões.



A dimensão média familiar tem vindo a sofrer sucessivas reduções, observando-se que as regiões que mais se afastavam da média nacional, como eram os casos da Madeira e dos Açores, se aproximam desta média e são as que têm maiores quebras nestes Censos.
Assim, estamos hoje com uma média de 2,8 pessoas por família, onde os "extremos" se situam na Madeira e Açores com 3,3 e no Algarve com 2,5. De salientar que 3 regiões (Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) apresentam exactamente a mesma dimensão média (2,6), quando em 1991 eram relativamente diferenciadas.

OS 5 MAIS E OS 5 MENOS NA VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO

Embora as regiões e sub-regiões sejam muito importantes, enquanto unidades de análise estatística, muitas das decisões políticas com impacto nos fenómenos relacionados com a população e a habitação passam hoje pela administração autárquica local, sobretudo ao nível de concelho. Basta lembrar o impacto dos Planos Directores Municipais na gestão e ordenamento do território.
Daí que, nesta apresentação dos resultados preliminares dos Censos 2001, tenhamos seleccionado os concelhos que tiveram maiores variações a nível nacional na evolução da respectiva população residente.



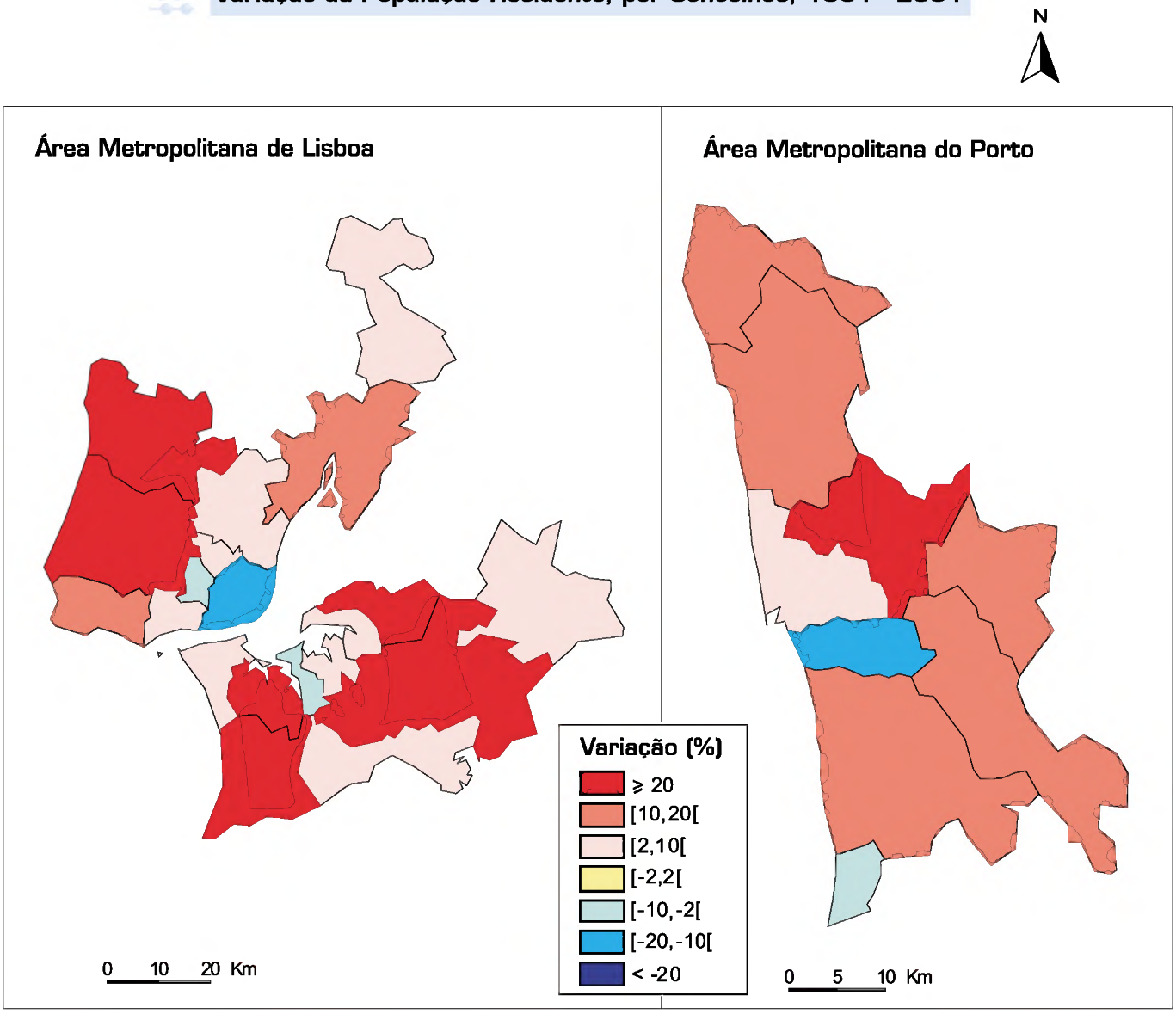
Nos maiores crescimentos destacam-se dois concelhos do Algarve: Albufeira com 47,6% e S. Brás de Alportel com 33,2%; mas o segundo maior crescimento situa-se em Sintra com 39,3%; Sesimbra e Maia são os restantes concelhos que também fazem parte deste grupo.

Nos maiores decréscimos, o destaque vai para o concelho de S.Vicente, da Madeira, com –20,8%, seguido de perto pelos concelhos de Boticas, Penamacor, Vila Velha de Ródão e Gavião, estes últimos localizados na faixa interior do Continente.

AS CAPITAIS DAS DUAS ÁREAS METROPOLITANAS ESTÃO A FICAR "CERCADAS"

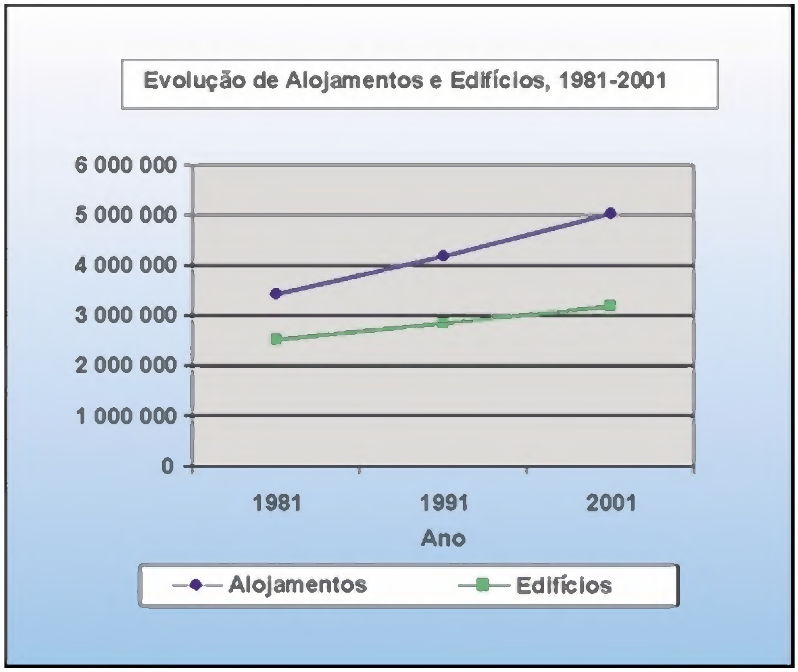
Como se pode verificar pelos dois cartogramas que se apresentam a seguir, as capitais das duas Áreas Metropolitanas (Lisboa e Porto – em azul mais forte) estão a ficar cada vez mais "cercadas" face ao acumular de população à sua volta e à perda de população que se verifica nos respectivos concelhos. Enquanto em Lisboa a perda de população é acompanhada por mais dois concelhos vizinhos (Amadora e Barreiro), mas de uma forma bastante menos acentuada, o Porto, a perder população de uma forma significativa, vê crescer todos os concelhos à sua volta.

Variação da População Residente, por Concelhos, 1991 - 2001



A HABITAÇÃO

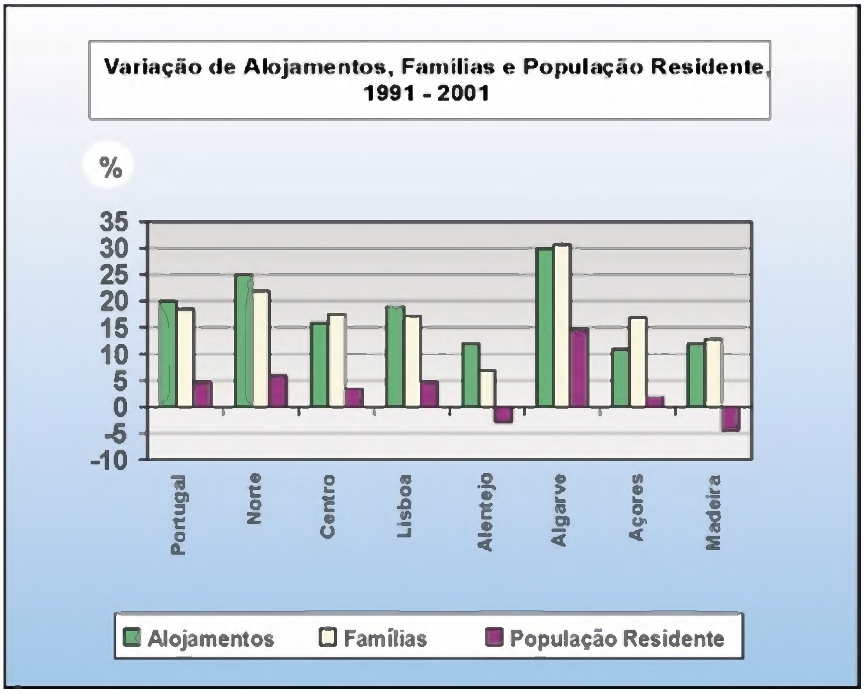
A habitação é hoje um dos elementos fundamentais para a fixação da população, tanto pela dimensão da oferta como pelos preços praticados.
Por outro lado, naturalmente a procura incide, cada vez mais, sobre habitações com melhores condições de conforto, e o mercado imobiliário continua a apostar na habitação própria, o que leva as pessoas a uma avaliação permanente do binómio preço/condições de conforto.
A atomização da dimensão média familiar é, também, um fenómeno directamente relacionado com a procura de habitação; o que se passa de facto é que a "multiplicação" familiar, com valores bastante superiores aos do crescimento da população, gera uma efectiva pressão sobre a procura de habitação.



Ao longo dos últimos vinte anos tem-se assistido a um crescimento significativo dos alojamentos e dos edifícios o qual, apesar de tudo, foi inferior ao da última década; de facto, os edifícios aumentaram na década de 80 cerca de 14%, enquanto na década de 90 esse crescimento foi de 11%; também os alojamentos cresceram menos nesta última década do que na anterior (20% contra 22%). O número de alojamentos por edifício tem vindo a crescer; de 1,37 em 1981, passámos para 1,46 em 1991 e para 1,58 em 2001.

OS ALOJAMENTOS

Os alojamentos apresentam um crescimento generalizado em todas as regiões e sub-regiões; em termos de sub-regiões (NUTS III) o menor crescimento é de 5,2% e situa-se na Serra da Estrela, onde a população residente decresceu 7,7% e as famílias apenas cresceram 0,2%.



O Algarve concentra o maior crescimento de alojamentos verificado nestes censos, com 30,2%, seguido do Norte e Lisboa e Vale do Tejo com 25,1% e 18,6%, respectivamente.

Em termos de amplitude da variação conjunta entre a população residente e os alojamentos, a Madeira apresenta a maior amplitude, devida a um crescimento de 17,4% nos alojamentos e um decréscimo de 4,3% na população, seguida do Norte com crescimentos de 25,1% nos alojamentos e 6,0% na população.

Na variação alojamentos/famílias, com crescimentos destas unidades estatísticas em todas as regiões, são de destacar as seguintes situações:

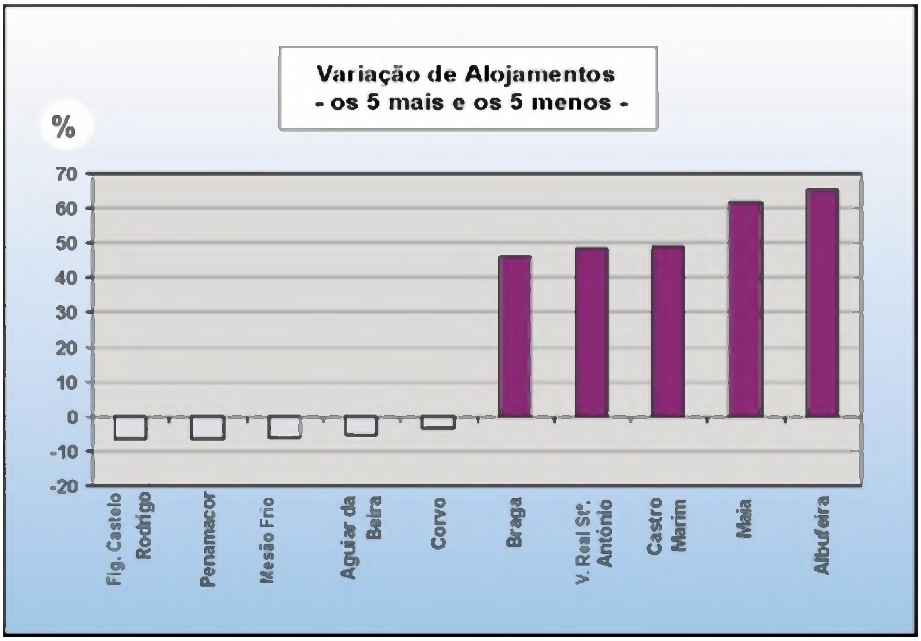
- Os Açores e o Centro têm maiores crescimentos de famílias do que alojamentos; nos Açores a relação é de 10,5 para 16,8%, enquanto no Centro é mais reduzida, de 15,9 para 17,6%;
- No Algarve os crescimentos dos alojamentos e das famílias são bastante próximos (30,2% e 30,6%);
- O Alentejo detém a maior diferença entre o crescimento dos alojamentos e das famílias (12,5% contra 6,8%), seguido da Madeira (17,4% contra 12,8%), do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo.

OS 5 MAIS E OS 5 MENOS NA VARIAÇÃO DOS ALOJAMENTOS

Os concelhos que apresentam maiores variações do número de alojamentos têm algumas características em comum com os que têm as maiores variações da população:

- Alguns fazem parte de ambas as listas;
- Os crescimentos situam-se no litoral, enquanto os decréscimos se situam no interior.

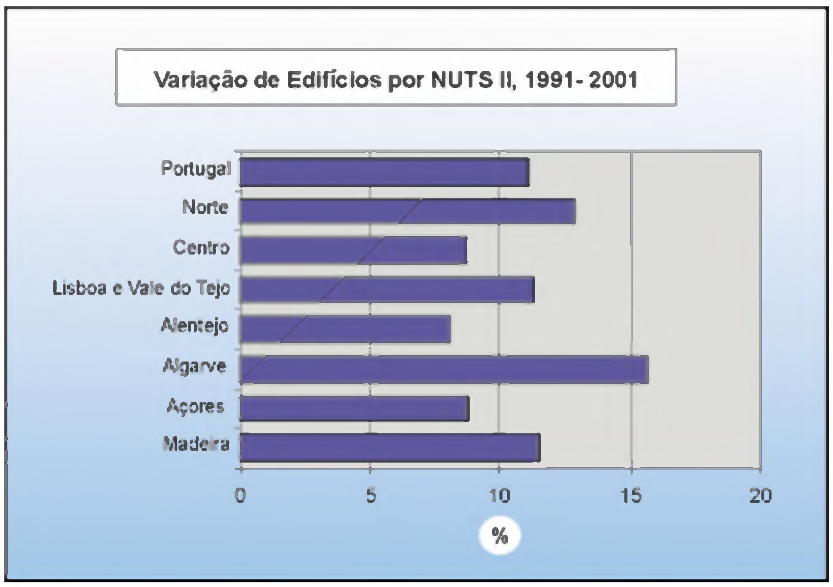
Contudo, os valores dos crescimentos dos alojamentos são bastante superiores aos da população. Os 5 mais da população têm um crescimento médio de 36,8%, enquanto os 5 mais dos alojamentos têm um crescimento médio de 54,1%. Os 5 menos da população têm um decréscimo médio de 18,8%, enquanto os 5 menos dos alojamentos têm um decréscimo médio 5,6%.



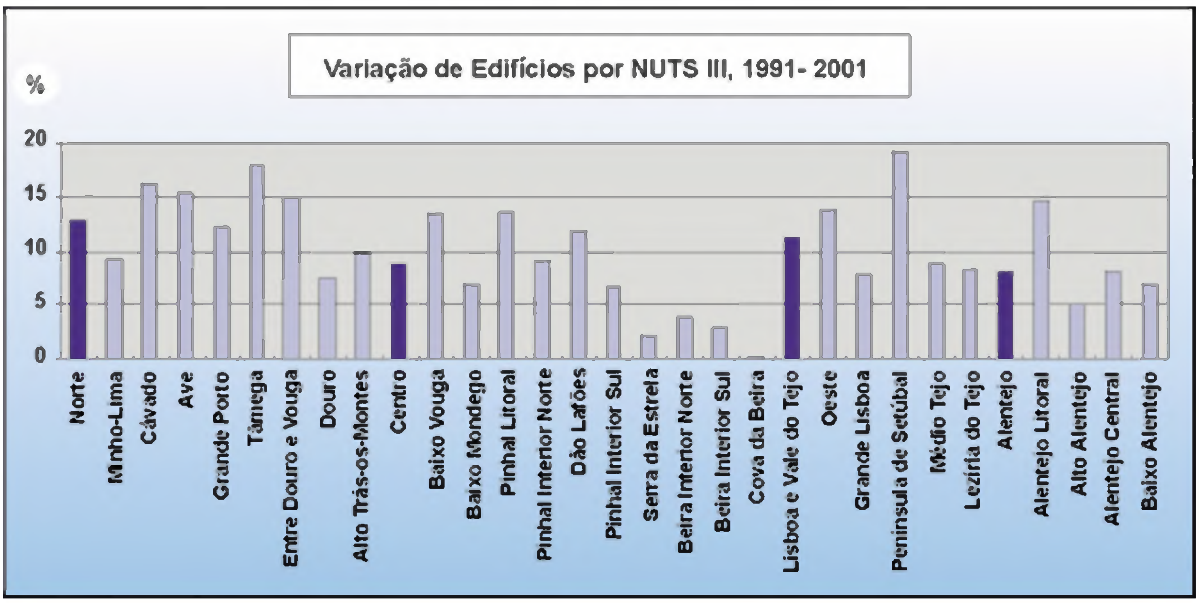
Dos 5 concelhos com maiores crescimentos dos alojamentos, 3 situam-se no Algarve (Albufeira, Castro Marim e Vila Real de Santo António) e ocupam os primeiro, terceiro e quarto lugares da ordenação; os restantes dois (Maia e Braga) são do Norte.
Já nos concelhos com maiores decréscimos de alojamentos, três são do Centro (Figueira de Castelo Rodrigo, Penamacor e Aguiar da Beira); Mesão Frio pertence ao Norte e Corvo aos Açores.

OS EDIFÍCIOS

De acordo com os resultados preliminares dos Censos 2001, o número de edifícios cresceu 11,1% relativamente a 1991. Este crescimento significa que na última década o território nacional terá sido ocupado por mais 318000 edifícios.



À semelhança dos alojamentos, também os edifícios têm crescimentos em todas as regiões e sub-regiões. O Algarve é a região que mais se destaca neste crescimento, com um acréscimo de 21892 edifícios destinados à habitação, relativamente aos que tinha há dez anos; uma particularidade a assinalar nesta região é a de que todo este crescimento se faz sobre a orla litoral. Três outras regiões, Norte, Lisboa e Vale do Tejo e Madeira, têm crescimentos superiores a 10%.
Contudo são as sub-regiões do litoral, ou mais próximas deste, que concentram os maiores crescimentos de edifícios, nomeadamente com valores acima dos 10%.



No Norte os acréscimos de edifícios situam-se sempre acima dos 5%, com 4 sub-regiões a rondarem os 15%.
No Centro o crescimento dos edifícios é bastante mais irregular: Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Dão Lafões ficam-se por valores entre 10 e 15%, enquanto 4 sub-regiões não atingem os 5%, com destaque para a Cova da Beira que é a sub-região que menos cresce a nível nacional (apenas 0,2%).
Em Lisboa e Vale do Tejo o destaque vai claramente para a península de Setúbal que mostra o maior crescimento nacional de edifícios (19,1%) seguida do Oeste com 13,7% e que também cresce a um nível superior aos valores nacionais e regionais. As restantes sub-regiões têm crescimentos sensivelmente equivalentes.
O Alentejo também possui uma sub-região, o Alentejo Litoral, onde os edifícios cresceram 14,5% e portanto acima dos valores nacionais e da grande maioria das regiões, pois apenas o Algarve cresceu mais do que aquele valor.

PUBLICAÇÕES DOS RESULTADOS PRELIMINARES DOS CENSOS 2001

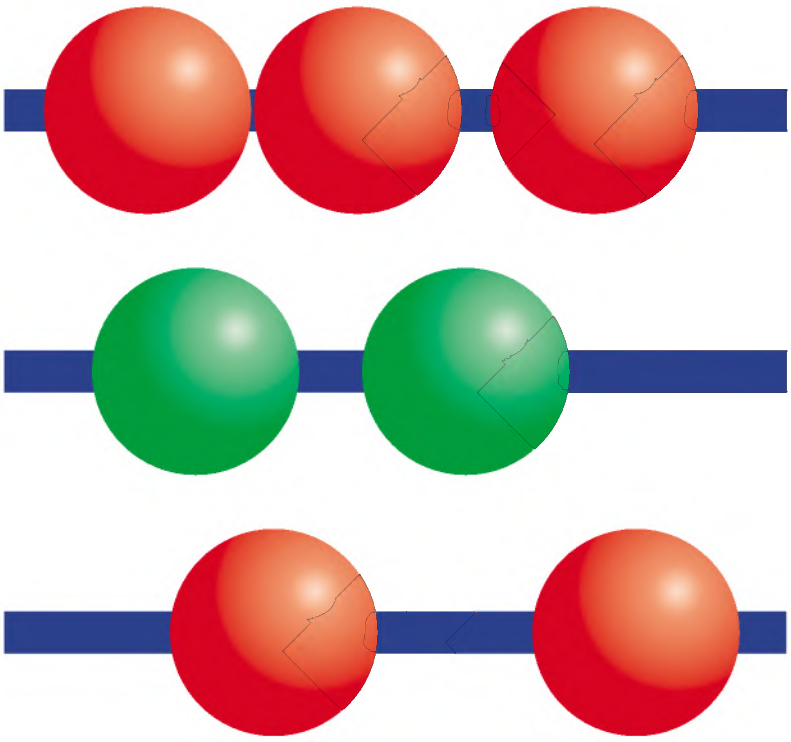
Estão a ser impressas as 7 publicações regionais com os resultados preliminares dos Censos 2001.

Cada publicação encontra-se estruturada em duas partes:

- A primeira corresponde ao nível geográfico Portugal contendo os totalizadores nacionais, desagregados por NUTS II;
- A segunda refere-se ao nível geográfico NUTS II, cuja desagregação dos dados se faz a NUTS III, concelho e freguesia.

Para cada um dos níveis geográficos acima referidos, apresenta-se um quadro com os valores recolhidos pelos Censos 2001 (dados preliminares) para as seguintes unidades estatísticas: população presente e população residente com a respectiva desagregação por sexo, famílias, alojamentos e edifícios. Constam ainda, neste quadro, os dados definitivos apurados no recenseamento anterior (1991).
Estas publicações contêm, também, cartogramas com a variação percentual da população residente, entre 1991 e 2001, para os níveis geográficos de desagregação já referidos.

Os resultados preliminares dos Censos 2001 poderão igualmente ser consultados no site do INE, no serviço de informação online, cujo endereço electrónico é **www.ine.pt**



CENSOS 2001

Gabinete dos Censos 2001
Avenida António José de Almeida - 1000-043 Lisboa
Telef.: 21 842 61 00 - Fax: 21 842 63 58
E-mail: censos2001@ine.pt

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL